

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

Nº 506 | Ano XVII | 5/6/2017



FAPERGS

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul

Coletivos criminais e o aparato policial

A vida na periferia sob cerco

Entrevistados

Luiz Antonio Machado da Silva

Daniel Hirata

Carolina Grillo

Luís Flávio Saporì

Juliana Melo

Marcelli Cipriani

Francisco Amorim

Leia também

Cesar Sanson ■

Gabriel Adam ■

Fernando Del Corona ■

Os coletivos criminais e o aparato policial

A vida na periferia sob cerco

Metrópoles, políticas públicas e tecnologias de governo têm sido o tema de quatro ciclos de estudos realizados nos últimos dois anos pelo **Instituto Humanitas Unisinos – IHU**. Neste ano, a realização do 5º Ciclo buscou compreender as dinâmicas das periferias e a (re)produção da(s) metrópole(s). O amplo material resultou em entrevistas e notas publicadas nas Notícias do Dia, atualizadas diariamente pela página do IHU, em publicações e vídeos igualmente disponíveis no mesmo local.

No decorrer dos debates, o tema da violência e dos coletivos de crime emergiu como um fenômeno que marca a vida na periferia, colocando-a – inspirados no título de uma pesquisa sobre o tema – sob o cerco. Sob o cerco da guerra de uns contra outros.

Pesquisadores e pesquisadoras, de diferentes áreas do conhecimento, analisam o tema na presente edição da revista **IHU On-Line**, trazendo importantes aproximações que contribuem para uma melhor compreensão do que comumente se denomina de periferia das metrópoles.

Participam no debate **Luiz Antonio Machado da Silva**, professor do Instituto de Estudos Sociais e Políticos na Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UFRJ, **Daniel Hirata**, professor no Departamento de Sociologia e Metodologia em Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense – UFF, antropóloga **Carolina Grillo**, pós-doutoranda do departamento de sociologia da Universidade de São Paulo – USP, vinculada ao projeto temático intitulado “A gestão do conflito na cidade contemporânea”, **Luís Flávio Sapori**, professor do curso de Ciências Sociais e coordenador do Centro de Estudos e Pesquisa em Segurança Pública – CEPESP da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas, **Juliana Melo**, professora do Departamento de Antropologia

da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, **Marcelli Cipriani**, formada em Direito, Ciências Sociais e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUCRS, e o jornalista e professor **Francisco Amorim**.

Ainda nesta edição pode ser lida a resenha do livro *A quarta revolução industrial* (São Paulo: Edipro, 2016), de Klaus Schwab, elaborada por **Cesar Sanson**, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN além dos artigos de **Fernando Del Corona**, sobre o filme *Corra!* (2017) e de **Gabriel Adam** sobre o acordo do Oriente Médio com o Ocidente.

A todas e a todos, uma boa leitura e uma excelente semana.

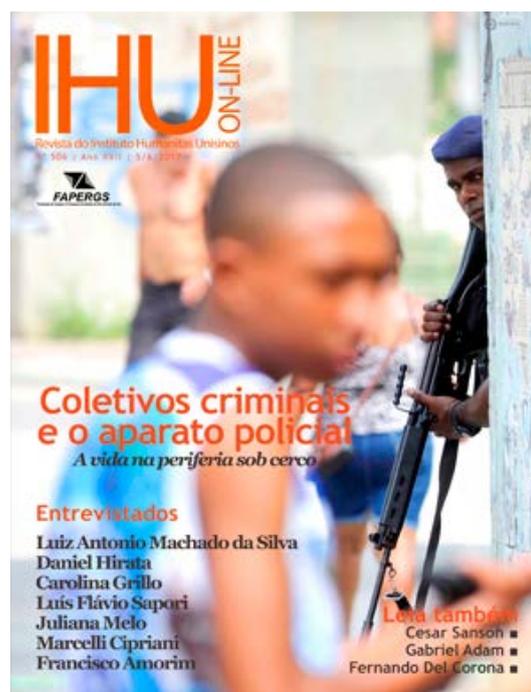


Foto: Tânia Rêgo - Agência Brasil

Sumário

- 4 ■ **Temas em destaque**
- 6 ■ **Agenda**
- 7 ■ **Cesar Sanson: Um guia para compreender a quarta Revolução Industrial**
- 14 ■ **Tema de Capa | Luiz Antonio Machado da Silva: A vida de cerco nas periferias**
- 19 ■ **Tema de Capa | Daniel Hirata: A escuta como forma de compreensão da vida na periferia**
- 23 ■ **Tema de Capa | Carolina Grillo: Lógica carioca e lógica paulista: duas formas de organização criminosa**
- 28 ■ **Tema de Capa | Luís Flávio Saporì: A racionalidade econômica sustenta o tráfico de drogas de Norte a Sul do Brasil**
- 37 ■ **Tema de Capa | Juliana Melo: A conexão entre a cadeia e a periferia no aprisionamento das famílias**
- 44 ■ **Tema de Capa | Marcelli Cipriani: Presídio Central de Porto Alegre e o início dos coletivos de crime no Rio Grande do Sul**
- 54 ■ **Tema de Capa | Francisco Amorim: Tráfico de drogas e crime organizado: a necessidade da complexificação do olhar**
- 61 ■ **Publicações | Rodrigo Karmy Bolton: O impensado como potência e a desativação das máquinas de poder**
- 62 ■ **Cinema | Fernando Del Corona: O pesadelo branco dos Estados Unidos**
- 65 ■ **Crítica Internacional | Bruno Lima Rocha: O JCPOA e os caminhos do Irã**
- 67 ■ **Outras edições**

IHU ON-LINE
Revista do Instituto Humanitas Unisinos

ISSN 1981-8769 (impresso)

ISSN 1981-8793 (on-line)

A IHU On-Line é a revista do **Instituto Humanitas Unisinos - IHU**. Esta publicação pode ser acessada às segundas-feiras no sítio www.ihu.unisinos.br e no endereço www.ihuonline.unisinos.br.

A versão impressa circula às terças-feiras, a partir das 8 horas, na Unisinos. O conteúdo da IHU On-Line é copyleft.

Diretor de Redação

Inácio Neutzling
(inacio@unisinos.br)

Coordenador de Comunicação - IHU

Ricardo Machado - MTB 15.598/RS
(ricardom@unisinos.br)

Jornalistas

João Flores da Cunha - MTB 18.241/RS
(joaoflores@unisinos.br)

João Vitor Santos - MTB 13.051/RS
(joaovs@unisinos.br)

Patricia Fachin - MTB 13.062/RS
(prfachin@unisinos.br)

Vitor Necchi - MTB 7.466/RS
(vnecchi@unisinos.br)

Revisão

Carla Bigliardi

Projeto Gráfico

Ricardo Machado

Editores

Gustavo Guedes Weber

Atualização diária do sítio

Inácio Neutzling, César Sanson, Patrícia Fachin, Cristina Guerini, Evlyn Zilch, Luísa Boéssio e William Gonçalves.



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



UNISINOS

Instituto Humanitas Unisinos - IHU

Av. Unisinos, 950 | São Leopoldo / RS
CEP: 93022-000

Telefone: 51 3591 1122 | Ramal 4128
e-mail: humanitas@unisinos.br

Diretor: Inácio Neutzling
Gerente Administrativo: Jacinto Schneider
(jacintos@unisinos.br)

Entrevistas completas em www.ihu.unisinos.br/maisnoticias/noticias

Código Florestal anistiou 41 milhões de hectares



Entre as principais consequências dos cinco anos de vigência do Código Florestal, destaca-se a anistia de “41 milhões de hectares de áreas ocupadas com a agropecuária e que deveriam ter florestas e ser restaurados”.

Luis Fernando Pinto é graduado em Agronomia, mestre em Ciências da Engenharia Ambiental e doutor em Fitotecnia - Esalq pela USP.

Papa Francisco abraçou a causa dos portadores de Huntington



Muitas vezes confundida com Parkinson ou Alzheimer antes de ser corretamente diagnosticada, a doença de Huntington compõe o conjunto das doenças genéticas hereditárias raras que atingem um a cada dez mil seres humanos, e é pouco conhecida entre a população mundial.

Entrevista com Vita Aguiar de Oliveira e Kenneth Serbin

4

O fim do protagonismo juvenil e o retorno à ação política



Nas duas últimas décadas e meia, a “ação política” foi substituída ou confundida com a “atuação social”.

Regina Magalhães de Souza é graduada em Ciências Sociais, mestra e doutora em Sociologia pela USP.

Direitos humanos do paciente: respeito e dignidade ao sujeito no momento da dor e da doença



Quem nunca foi a um consultório médico e saiu com uma dúvida: “mas o que é que tenho mesmo?”. Ou: “para o que mesmo é esse remédio que ele me receitou?”; e ainda: “essa é mesmo a melhor forma de tratar meu familiar?”.

Rogério Amoretti é graduado em Medicina pela UFRGS. Atualmente é presidente do Comitê de Bioética do Grupo Hospitalar Conceição.

Transformações no mundo do trabalho e suas implicações nas periferias urbanas



Para entender as mudanças que ocorrem nas periferias urbanas e metropolitanas hoje, é preciso também compreender as “transformações no mundo do trabalho”.

Gerardo Alberto Silva é graduado em Geografia pela Universidad Nacional de Mar del Plata, mestre em Planejamento Urbano e Regional pela UFRJ, doutor em Sociologia pela UCAM e professor da UFABC.



Textos na íntegra em www.ihu.unisinos.br/maisnoticias/noticias

Revolução 4.0. “O trabalho será diferente, mas deverá ser trabalho, não pensão”

Deve ficar claro que o objetivo verdadeiro a ser alcançado não é a “renda para todos”, mas sim o “trabalho para todos”. Porque, sem trabalho para todos, não haverá dignidade para todos. A renda básica é posta de molho, e o aplauso torna-se um rugido, debaixo das pontes rolantes da empresa Ilva.

A reportagem de Paolo Viana publicada por Avvenire e reproduzida no sítio do IHU em 29-5, disponível em <https://goo.gl/eApafo>.

Lula não unificará esquerda se propuser ‘mais do mesmo’

Para o líder do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Guilherme Boulos, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva não pode ser impedido “no tapetão” de se candidatar em 2018 ou numa eventual eleição direta para suceder a Michel Temer no Palácio do Planalto. Porém, caso o petista proponha o mesmo programa com que o PT governou o país por 13 anos, Boulos defende que a esquerda construa uma proposta alternativa.

Entrevista à BBC Brasil reproduzida no sítio do IHU em 30-5, disponível em <https://goo.gl/vuuliz>.

Xadrez da revisão do projeto dos campeões nacionais

A ideia de Luciano Coutinho – ex-presidente do BNDES – de que os “campeões nacionais” seriam os condutores do desenvolvimento é tão equivocada quanto a da turma de FHC, de que bastaria fortalecer os grandes bancos de investimento que o desenvolvimento viria como consequência.

Artigo de Luís Nassif publicado por Jornal GGN, reproduzida no sítio do IHU em 29-5, disponível em <https://goo.gl/nDyG6f>.

Indignação com política tem gerado apatia em vez de mobilização, diz sociólogo

A população brasileira está “cada vez mais indignada” com os sucessivos escândalos de corrupção e a crise política que atingiu o presidente Michel Temer, mas essa indignação, em vez de se canalizar em um “grito de basta” suficientemente forte para promover mudanças, vem se traduzindo em “desolação, apatia, conformismo”, considera o sociólogo Sérgio Abranches.

Reportagem publicada por El País e reproduzida no sítio do IHU em 31-5, disponível em <https://goo.gl/l68R2y>.

‘Contrabando legislativo’ livra bancos de punição por dano ambiental

Um dispositivo inserido, sem alarde, na Medida Provisória (MP) 752 pelo Congresso livra de punição bancos públicos e privados que investirem em atividades que provoquem danos ambientais, como o desmatamento ilegal, a não ser quando comprovada a culpa ou intenção.

Reportagem publicada por Instituto Socioambiental – Isa, reproduzida no sítio do IHU em 2-6, disponível em <https://goo.gl/BSW5Ne>.

Áudios e delações escancaram “o esquema” de Aécio & Cia

“O que temos observado, nestes tempos, não é a desconstrução das lideranças políticas, mas dos mitos criados em torno delas; expostas a olho nu, sem a mediação dos discursos ensaiados, derretem”, escreve Matheus Pichonelli.

Artigo publicado por The Intercept e reproduzida no sítio do IHU em 1-6, disponível em <https://goo.gl/PcxSYw>.

Programação completa em ihu.unisinos.br/eventos

A captura biopolítica da vida humana pelos dispositivos de poder contemporâneos

6/jun

Horário
19h30min às 22h

Conferencista
Prof. Dr. Guilherme Castelo Branco – UFRJ

Local
Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU
Campus Unisinos
São Leopoldo

Os impactos da Revolução 4.0 nas metrópoles, sociedades, nações, indústrias e indivíduos

8/jun

Horário
17h30min às 19h

Palestrante
Prof. Dr. Elcio Brito da Silva, Pós-doutorando na Poli/USP; Sócio-diretor da SPI Integração de Sistemas Ltda.

Local
Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU
Campus Unisinos
São Leopoldo

Mata Atlântica e seus ecossistemas. Desmatamento, conflitos e políticas ambientais

13/jun

Horário
19h30min às 22h

Palestrante
Mario Mantovani – Fundação SOS Mata Atlântica

Local
Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU
Campus Unisinos
São Leopoldo



Um guia para compreender a quarta Revolução Industrial

“As mudanças são tão profundas que, na perspectiva da história da humanidade, nunca houve um momento tão potencialmente promissor ou perigoso”, dessa forma **Klaus Schwab** anuncia o nascedouro daquela que já é considerada a mais desconcertante revolução produtiva em curso na história da humanidade. Schwab é o autor do livro *A quarta revolução industrial* (São Paulo: Edipro, 2016). O livro foi escrito para o encontro de 2016 do Fórum Econômico Mundial que teve como tema ‘Para dominar a Quarta Revolução Industrial’. O autor é economista e um dos idealizadores do encontro que reúne anualmente a meca do capitalismo mundial em Davos (Suíça). Na sequência, apresentamos uma resenha do livro elaborado por **Cesar Sanson**, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, parceiro e colaborador do Instituto Humanitas Unisinos – IHU.

O livro integra a programação do ciclo *Revolução 4.0, Inteligência Artificial e In-*

ternet das Coisas. Impactos no modo de produzir e viver promovido pelo Instituto Humanitas Unisinos – IHU.

Cesar Sanson atua nas áreas de docência e pesquisa na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN com o tema sociologia do trabalho. Possui graduação em Filosofia e História pela Pontifícia Universidade Católica – PUC-PR, com especialização em Economia e Trabalho pela Universidade Federal do Paraná – UFPR, mestrado e doutorado na área da sociologia do trabalho pela UFPR. É autor de *Trabalho e Subjetividade. Da Sociedade Industrial à Sociedade Pós-Industrial* (Natal: UFRN, 2014).

A resenha foi publicada originalmente nas Notícias do Dia de 30-5-2017, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, incluindo vídeos que exemplificam as transformações da revolução 4.0, disponível em <http://bit.ly/2rCgAcL>.

Eis a resenha.

A 4ª Revolução Industrial já está entre nós

O livro *A quarta revolução industrial* é apresentado por seu autor como “porta de entrada” e “guia” para a compreensão das implicações econômicas, política e social da quarta Revolução Industrial. O autor assim define o seu objetivo com a obra: “Minha intenção é oferecer uma cartilha sobre a quarta revolução indus-

trial: O que é? O que gerará? Que impactos causará a nós?”.

Na opinião de Schwab, já está em curso a quarta Revolução Industrial. Segundo ele, alguns acadêmicos e profissionais consideram que as inovações tecnológicas em curso – inteligência artificial, robótica, internet das coisas, veículos autônomos, impressão em 3D, nanotecnologia, biotecnologia, armazenamento de energia e

computação quântica – são somente mais um aspecto da terceira Revolução Industrial. Três razões, no entanto, sustentam para o autor a convicção da ocorrência de uma quarta e distinta revolução: a velocidade, profundidade e impacto sistêmico que a conduz.

Revoluções produtivas desencadeiam alterações profundas no modo de produzir e, por extensão, nas estruturas sociais e econômicas. Mudam radicalmente as sociedades. Deixaram para trás um modelo – uma forma e uma visão – de vida e de mundo que não retorna mais. Para Schwab é isso que está acontecendo. Ele cita as revoluções anteriores para dar força ao seu argumento. A Revolução Agrícola (10 mil anos atrás) se fez possível pelas inovações tecnológicas que permitiram domesticar a terra; a 1ª Revolução Industrial (1760 e 1840) foi possível graças à máquina a vapor e construção de ferrovias; a 2ª Revolução Industrial (final do séc. XIX), pelo advento da eletricidade e da linha de montagem; a 3ª (década de 60), em função da revolução digital, do computador.

Agora, nessa virada de século, iniciamos a 4ª Revolução Industrial e, como nas revoluções anteriores, inovações tecnológicas a impulsionam: inteligência artificial, robótica, internet das coisas, veículos autônomos, impressão em 3D, nanotecnologia, biotecnologia, armazenamento de energia. “O que torna a quarta revolução industrial fundamentalmente diferente das anteriores é a fusão de tecnologias e a interação entre os domínios físicos, digitais e biológicos”, afirma o autor.

A premissa é de que a quarta revolução irá mudar tudo. Segundo o autor, a velocidade das inovações e seus impactos são gigantescos. Para dar números de sua grandiosidade, cita o fato de que na década de 1990, pouco tempo atrás, as três grandes de Detroit valiam no mercado 36 bilhões de dólares e empregavam 1,2 milhões de trabalhadores. Hoje, as três maiores do Vale do Silício valem 247 bilhões de dólares e empregam apenas 137 mil trabalhadores.

Assistimos, diz ele, a disruptores que evidenciam o caráter vertiginoso das mudanças: Airbnb, Uber, Alibaba, Google (carro autônomo), WhatsApp são manifestações de algo recentíssimo. O capitalismo está mudando: “O Uber, a maior empresa de

táxis do mundo, não possui sequer um veículo. O Facebook, o proprietário de mídia mais popular do mundo, não cria nenhum conteúdo. Alibaba, o varejista mais valioso, não possui estoques. E o Airbnb, o maior provedor de hospedagem do mundo, não possui sequer um imóvel”, destaca Tom Goodwin, citado pelo autor.

Schwab faz um alerta: “A questão para todas as indústrias e empresas, sem exceção, não é mais ‘haverá ruptura em minha empresa?’, mas ‘quando ocorrerá a ruptura, quanto irá demorar e como ela afetará a mim e a minha organização?’”.

As megatendências da 4ª Revolução Industrial

Quais são as tecnologias que irão impulsionar a quarta Revolução Industrial? Segundo o autor, situam-se em três categorias: física, digital e biológica e todas as três estão inter-relacionadas.

Na categoria física, as quatro principais manifestações são: veículos autônomos, impressão em 3D, robótica avançada e novos materiais. Veículos autônomos diz respeito a carros, caminhões, aviões, barcos e drones que, sem condutor, serão capazes de executar várias tarefas.

Impressão 3D: Consiste na fabricação de um objeto por impressão, camada sobre camada, de um modelo ou desenho digital em 3D. O processo é o oposto da fabricação substrativa, isto é, a forma como os objetos foram construídos até agora: as camadas são removidas de um bloco de material até que a forma desejada seja obtida. Por contraste, a impressão em 3D começa com um material desarticulado e, em seguida, cria um objeto em três dimensões por meio de modelo digital. Robótica avançada: Superação de tarefas rígidas e interação. Avanço de sensores que capacitam os robôs a compreenderem melhor o seu ambiente e empenharem-se em tarefas variadas. Novos materiais: Mais leves, mais fortes, recicláveis e adaptáveis. Destacam-se aqui os nanomateriais como o grafeno (200 vezes mais forte que o aço, milhões de vezes mais fino que um cabelo humano e eficiente condutor de calor e eletricidade).

A categoria digital diz respeito à Internet das coisas - IdC – relação entre as coisas, serviços e pessoas através de plataformas digitais – aplicativos, a possibilidade de

rastreamento, monitoramento de produtos e também de pessoas.

Na categoria biológica, o autor destaca as inovações no campo da biologia, particularmente na genética. Cita os avanços gigantescos no sequenciamento genético. Destaca que o projeto genoma levou dez anos para ser concluído a um custo de 2,7 bilhões de dólares. Hoje, um sequenciamento de genoma é feito em poucas horas e custa menos de mil dólares. O próximo passo, diz ele, é a biologia sintética capaz de modificar organismos já existentes, alterando seus códigos genéticos possibilitando a criação de organismos personalizados. Os cientistas esperam criar micróbios que possam combater o câncer e outras doenças para as quais ainda não temos cura (medicina de precisão). Outra área é a da engenharia genética, a capacidade de interferir e modificar seres vivos (animais, plantas) e adaptá-los a condições adversas. Situa-se aqui a possibilidade do xenotransplante, a recriação de órgãos.

Os pontos de inflexão. As coisas já estão acontecendo

Klaus Schwab destaca 21 pontos de inflexão já em curso na sociedade mundial que manifestam o caráter disruptivo da 4ª Revolução Industrial. Esses pontos estão ancorados numa pesquisa realizada com 800 executivos de todo o mundo para avaliar as expectativas com as mudanças. Os resultados se encontram no relatório 'Mudança Profunda – Pontos de Inflexão Tecnológicos e Impactos Sociais' publicado em setembro de 2015 e apresentado no livro.

Destacamos aqui alguns pontos:

Tecnologias implantáveis

O ponto de inflexão: o primeiro telefone celular implantável e disponível comercialmente.

Até 2025: 82% dos entrevistados esperam que este ponto de inflexão ocorra.

Do que se trata: dispositivos implantados no corpo, permitindo a comunicação, localização, monitoramento (saúde).

A visão como uma nova interface

O ponto de inflexão: 10% de óculos de leitura conectados à internet.

Até 2025: 86% dos entrevistados espe-

ram que esse ponto de inflexão ocorra.

Do que se trata: Óculos, lentes/fones de ouvido e dispositivo de rastreamento podem se tornar 'inteligentes' e levar os olhos e a visão a se tornarem a conexão com a internet e os dispositivos conectados.

Tecnologia vestível

O ponto de inflexão: 10% das pessoas com roupas conectadas à internet.

Até 2025: 91% dos entrevistados esperam que esse ponto de inflexão ocorra.

Do que se trata: as tecnologias que se encontram nos celulares estarão integradas em roupas e acessórios (ex. babá eletrônica vestível – pais sendo substituídos pelos sensores).

Armazenamento de dados para todos

O ponto de inflexão: 90% das pessoas com armazenamento de dados ilimitados e gratuito.

Até 2025: 91% dos entrevistados esperam que esse ponto de inflexão ocorra.

Do que se trata: usuários terão acesso a plataformas (nuvens) para armazenar os seus dados gratuitamente sem se preocupar em 'apagar' para liberar mais espaço.

A internet das coisas e para as coisas

O ponto de inflexão: 1 trilhão de sensores conectados à internet.

Até 2025: 89% dos entrevistados esperam que esse ponto de inflexão ocorra.

Do que se trata: Sensores inteligentes para monitorar 'tudo' conectado à internet – percepção do ambiente de forma integral.

A casa conectada

O ponto de inflexão: 50% do tráfego da internet consumida nas casas e aparelhos dispositivos.

Até 2025: 71% dos entrevistados esperam que esse ponto de inflexão ocorra.

Do que se trata: Controle da energia, ventilação, ar-condicionado, áudio e vídeo, eletrodomésticos, sistema de segurança, robôs para serviços.

Cidades inteligentes

O ponto de inflexão: A primeira cidade com mais de 50 mil pessoas e sem semáforos.

Até 2025: 64% dos entrevistados espe-

ram que esse ponto de inflexão ocorra.

Do que se trata: cidades conectarão serviços, redes públicas e estradas à internet.

Big data e as decisões

O ponto de inflexão: O primeiro governo a substituir o censo por fontes de big data.

Até 2025: 83% dos entrevistados esperam que esse ponto de inflexão ocorra.

Do que se trata: coleta e automatização de dados para servir cidadãos e clientes.

Carro sem motorista

O ponto de inflexão: Carros sem motoristas chegarão a 10% de todos os automóveis em uso nos EUA.

Até 2025: 79% dos entrevistados esperam que esse ponto de inflexão ocorra.

Do que se trata: carros que dispensam o motorista, mais eficientes e seguros.

A inteligência artificial (IA) e a tomada de decisões

O ponto de inflexão: A primeira máquina de IA a fazer parte de um conselho de administração.

Até 2025: 45% dos entrevistados esperam que esse ponto de inflexão ocorra.

Do que se trata: armazenamento de dados e informações que auxiliam nas decisões complexas (algoritmos).

Robótica e serviços

O ponto de inflexão: O primeiro farmacêutico robótico dos EUA.

Até 2025: 86% dos entrevistados esperam que esse ponto de inflexão ocorra.

Do que se trata: robôs agilizando as cadeias de fornecimento.

Bitcoins e blockchain

O ponto de inflexão: 10% do PIB armazenado pela tecnologia de blockchain.

Até 2025: 58% dos entrevistados esperam que esse ponto de inflexão ocorra.

Do que se trata: moedas e transações digitais.

Economia compartilhada

O ponto de inflexão: globalmente, mais viagens/trajetos por meio de compartilhamento em carros particulares.

Até 2025: 67% dos entrevistados esperam que esse ponto de inflexão ocorra.

Do que se trata: compartilhamento e uso de um bem/ativo físico.

Ex – uso do carro em comum, da casa... etc.

Impressão em 3D e fabricação

O ponto de inflexão: a produção do primeiro carro em 3D.

Até 2025: 84% dos entrevistados esperam que esse ponto de inflexão ocorra.

Do que se trata: Produtos complexos sem equipamentos complexos.

A impressora 3D utilizando plástico, alumínio, aço inoxidável, ligas de cerâmica simultaneamente em processo de fabricação aditiva.

Impressão em 3D e saúde humana

O ponto de inflexão: o primeiro transplante de um fígado impresso em 3D.

Até 2025: 76% dos entrevistados esperam que esse ponto de inflexão ocorra.

Do que se trata: utilização de material específico para produzir órgãos a partir de um modelo digital.

Impressão em 3D e produtos de consumo

O ponto de inflexão: 5% dos produtos aos consumidores impressos em 3D.

Até 2025: 81% dos entrevistados esperam que esse ponto de inflexão ocorra.

Do que se trata: impressão de eletrodomésticos, por exemplo, feitos por qualquer um que tenha uma impressora.

Seres projetados

O ponto de inflexão: nascimento do primeiro ser humano cujo genoma foi direta e deliberadamente editado.

Do que se trata: o barateamento do sequenciamento do genoma humano possibilita a expansão de experimentos.

Neurotecnologias

O ponto de inflexão: O primeiro humano com memória totalmente artificial implantada no cérebro.

Do que se trata: monitorar e comandar a atividade do cérebro.

Impactos da quarta Revolução Industrial

Mercado de trabalho

Na escala e amplitude, a atual revolução



tecnológica irá desdobrar-se em mudanças econômicas, sociais e culturais de proporções tão fenomenais que chega a ser quase impossível prevêê-las, alerta Klaus Schwab. Particularmente, no mundo do trabalho, a 4ª Revolução Industrial será devastadora. O autor comenta que há duas posições em debate: Aqueles que acreditam num final feliz (trabalhadores deslocados pela tecnologia encontrarão novos empregos desencadeados pelas novas tecnologias) e aqueles que veem um processo crescente de destruição de empregos. O que está claro é que a onda de inovações irá alterar profundamente a estrutura ocupacional.

Um estudo da Oxfam Martin School afirma que os efeitos das inovações tecnológicas afetarão 702 profissões. O estudo aponta ainda que 47% do emprego total nos EUA está em risco, ou seja, sofrerá profunda transformação. Haverá alteração também da remuneração: cargos criativos e cognitivos de altos salários e ocupações manuais de baixos salários. Muitas relações de trabalho serão alteradas (no sentido de mudança do padrão do emprego tradicional). Cada vez um número maior de empregadores utilizará a ‘nuvem humana’ – trabalhadores que podem ser localizados em qualquer parte do mundo para resolução de problemas e projetos. As vantagens são a flexibilidade no trabalho, tempo e local. As desvantagens, porém, é de que se trata de trabalho não regulamentado.

Uma coisa é certa, ainda não é possível prever o que exatamente acontecerá, mas o talento, mais que o capital, representará o fator crucial de produção, diz Schwab. Teremos um mercado de trabalho cada vez mais segregado em segmentos de baixa competência/baixo salário e alta competência/alto salário. A quarta revolução industrial exigirá e enfatizará a capacidade dos trabalhadores em se adaptar continuamente e aprender novas habilidades.

Negócios

Teremos um grande impacto sobre como as empresas deverão ser lideradas, organizadas e administradas. Segundo Schwab, a capacidade do líder de continuamente aprender, adaptar-se e desafiar os seus próprios modelos conceituais e operacionais de sucesso é o que irá distinguir a próxima geração de líderes comerciais bem-sucedida.

A quarta Revolução Industrial obrigará as empresas a imaginar o funcionamento prático entre os mundos off-line e on-line e estabelecer parcerias, principalmente com aquelas que estão na ponta do capitalismo cognitivo. Por exemplo, a parte eletrônica de um carro hoje já custa 40% do seu valor. Essa revolução exigirá também que as empresas consigam combinar as dimensões digitais, físicas e biológicas. O exemplo bem-sucedido nesse caso é o Uber: “A popularidade do aplicativo Uber começa com a melhor experiência do cliente – acompanhamento da posição do carro através de um dispositivo móvel, uma descrição dos padrões do carro e um processo de pagamento dinâmico, evitando atrasos para chegar ao destino”. Temos aqui a combinação dos bens digitais com o físico e o biológico (aplicativo-carro-pessoa).

A questão central colocada para as empresas com a chegada da quarta Revolução Industrial, segundo o autor: “Empresas, indústrias e corporações enfrentarão pressões darwinianas contínuas e, como tal, a filosofia para sempre na versão beta (sempre evoluindo) vai se tornar mais predominante”.

Nacional e Global

Os impactos da quarta Revolução Industrial no mundo da política. Os governos – nacionais, regionais e locais – precisam se reinventar encontrando novas formas de colaboração com os seus cidadãos e o setor privado. Essa revolução coloca em perspectiva a situação de ‘lidar’ com o empoderamento dos cidadãos. Citando Moisés Naím: “No séc. XXI, será mais fácil chegar ao poder, mais difícil usá-lo e mais fácil perdê-lo”. Como exemplo é mencionado o WikiLeaks, o confronto entre uma entidade não estatal e minúscula e um Estado gigantesco. O autor, porém, faz um alerta: as tecnologias que podem empoderar o cidadão também podem vigiá-lo.

A quarta Revolução Industrial terá um impacto profundo sobre a natureza dos estados e a segurança internacional, destaca o autor. Estamos diante da possibilidade da guerra cibernética; dos robôs voadores (drones); de armas autônomas que atacam alvos de acordo com critérios predefinidos; da real militarização espacial – nova geração de armas hipersônicas (12 mil km); de dispositivos vestíveis – produção de exoesqueletos que melhoram o desempenho

dos soldados; da fabricação aditiva; da reposição de peças no lugar do conflito; de energias renováveis, a produção de energia no local sem necessidade de deslocamento ou abastecimento remoto.

Ainda mais, os avanços na nanotecnologia permitirão armas mais leves, móveis e inteligentes e aumentarão os riscos de armas biológicas: armas letais que podem se propagar pelo ar; de armas bioquímicas: armas do tipo ‘faça você mesmo’. Há ainda o desenvolvimento de neurotecnologias para fins militares. Computadores ligados ao cérebro ou a partes do corpo que poderão desenvolver o soldado biônico. “O cérebro será o próximo campo de batalha”, afirma James Giordano, citado pelo autor.

Destaca também o crescente uso da ‘mídia social’, plataformas digitais para recrutamento de ‘militantes’. Como exemplo, tem-se o Estado Islâmico do Iraque e da Síria – ISIS, em inglês.

Sociedade-Comunidade-Indivíduo

Na opinião de Klaus Schwab, a quarta Revolução Industrial poderá levar a um aumento da desigualdade. Lembra que metade dos ativos do mundo é hoje controlada por 1% (os mais ricos) da população mundial, enquanto a metade mais pobre da população mundial possui, em conjunto, menos de 1% da riqueza global. Há uma tendência de que a riqueza continue concentrada, uma vez que o domínio das inovações tecnológicas estará e será controlada por um pequeno grupo de empresas.

A quarta revolução industrial, por outro lado, não está mudando apenas o que fazemos, mas também o que somos. Estamos frente ao surgimento da sociedade centrada no indivíduo. “Ao contrário do passado, a noção de pertencer, de fazer parte de uma comunidade, é hoje definida mais pelos interesses e valores individuais e por projetos pessoais que pelo espaço (comunidade local), trabalho e família”, destaca o autor.

Schwab destaca estudo do MIT em que 44% dos adolescentes nunca se desplugam, mesmo ao praticar esportes ou durante a refeição com a família e amigos. “As interrupções frequentes dispersam

nossos pensamentos, enfraquecem nossa memória e nos deixam tensos e ansiosos”, afirma Nicholas Carr, escritor de tecnologia e cultura, citado pelo autor.

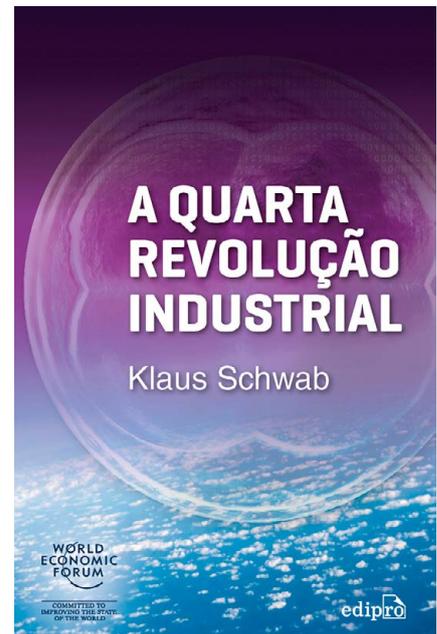
Por outro lado, a revolução industrial está redefinindo o que significa ser humano. Crianças podem ser feitas sob encomendas? Podemos nos livrar de doenças? Viver mais tempo? Ser mais inteligente? Correr mais rápido? Ter certa aparência?, pergunta o autor. Isso é desejável? Quais são as implicações éticas?

O caminho a seguir – Epílogo

Concluindo o livro, o autor expressa a sua posição sobre a quarta revolução industrial: Segundo ele, “o eventual curso tomado pela quarta revolução industrial será, em última instância, determinado por nossa capacidade de moldá-lo de modo que ela desencadeie todo o seu potencial (...) os desafios são assustadores como as oportunidades convincentes. Juntos, devemos trabalhar para transformar esses desafios em oportunidades, ao nos prepararmos de forma adequada – e proativa – para seus efeitos e impactos”.

Sugere que “assumamos uma responsabilidade coletiva por um futuro em que a inovação e a tecnologia estejam focadas na humanidade e na necessidade de servir ao interesse público, e estejamos certos de empregá-las para conduzir-nos para um desenvolvimento mais sustentável”.

Finalmente, conclui: “Acredito firmemente que a nova era tecnológica, caso seja criada de forma ágil e responsável, poderá dar início a um novo renascimento cultural que irá permitir que nos sintamos parte de algo muito maior que nós mesmos – uma verdadeira civilização global”. ■



Título: A Quarta Revolução Industrial
 Autor: Klaus Schwab
 Editora: Edipro
 Edição: 1ª (2016)

Assista na íntegra

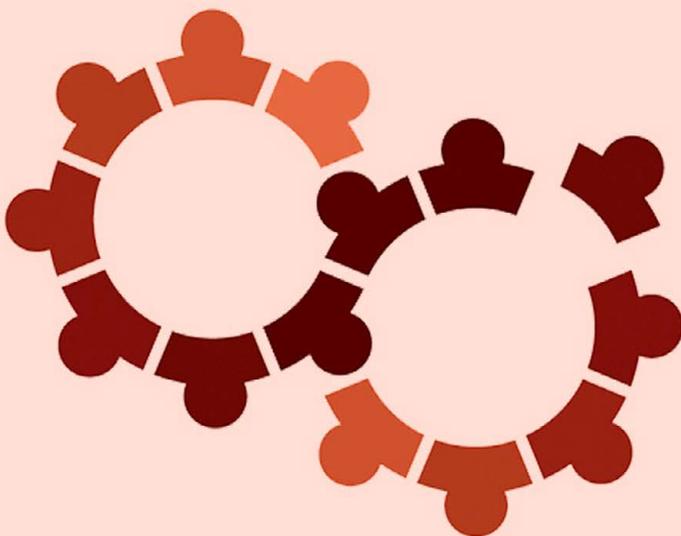
Veja a conferência de Cesar Sanson, em que faz a apresentação do livro, disponível em <http://bit.ly/2s8ZVAn>.

Leia mais

- *Movimento Sindical: desafios e perspectivas para os próximos anos*. Artigo de Cesar Sanson, publicado no Cadernos IHU ideias, nº 94, disponível em <http://bit.ly/2siyiSA>.

- *A emergência da nova subjetividade operária: a sociabilidade invertida*. Artigo de Cesar Sanson, publicado no Cadernos IHU ideias, nº 60, disponível em <http://bit.ly/2qF2jLf>.

- *Trabalho e subjetividade: da sociedade industrial à sociedade pós-industrial*. Artigo de Cesar Sanson, publicado no Cadernos IHU, nº 32, disponível em <http://bit.ly/2qFkyQo>.



Curso em EAD

A CRISE DA SOCIEDADE SALARIAL:

QUE TRABALHO PARA
QUE SOCIEDADE?

01 de maio a 02 de julho de 2017

Carga horária: 60 horas

Local: Plataforma Moodle

Coordenador: Prof. Dr. Cesar Sanson – UFRN / IHU

E-mail: cesarsanson@gmail.com

ihu.unisinos.br

A vida de cerco nas periferias

Luiz Antonio Machado da Silva observa como milícias, polícia, o tráfico e as disputas numa guerra de todos contra todos sítiam moradores e deixam a vida nas favelas em suspenso

João Vitor Santos

Imagine viver num local de intensas disputas, onde para se viver é preciso desfilar sobre o fio de uma navalha. Esse andar sob risco constante ainda tem que hora seguir numa direção, hora noutra. Para o sociólogo Luiz Antonio Machado da Silva, é assim que se traduz o cerco a que são submetidos os moradores das periferias brasileiras. “Tráfico, milícia e polícia oprimem e infernizam o cotidiano local dos moradores”, destaca. “Todos os atores reais agem como se estivessem em guerra uns com os outros, com as instituições policiais funcionando como recursos de poder e, ao mesmo tempo, como um dos ‘inimigos’”, completa.

Na entrevista a seguir, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, o professor ainda destaca que esse “cerco” não é o único problema de quem vive nas bordas da metrópole. Segundo ele, mesmo imaginando que acabassem essas condições de disputa entre diversos atores, a vida ainda não seria “um mar de rosas”. Isso “devido ao rampante desemprego relacionado aos interesses do capital financeiro e suas implicações sociais”. Para ele, o enfraquecimento das comunidades, que até os anos 1990 tinham papel de mediação entre as hierarquias, também tem papel importan-

te nessa equação. “Com o aparecimento do tráfico organizado, que se baseava nas favelas por questões políticas e logísticas, elas foram cooptadas ou muito enfraquecidas pelo poder armado dos traficantes e, mais tarde, pelas milícias. Em ambos os casos, houve infiltrações nos aparelhos de Estado (especialmente executivo e legislativo; porém, pelo menos no Rio e por enquanto, julgo que essa “contaminação” é incipiente)”, completa o pesquisador.

Luiz Antonio Machado da Silva possui graduação em Sociologia e Política pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, especialização em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia, mestrado em Antropologia Social pelo Museu Nacional - Universidade Federal do Rio de Janeiro, doutorado em Sociologia pela Rutgers - The State University of New Jersey. Atualmente é professor do Instituto de Estudos Sociais e Políticos na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Entre seus livros publicados, destacamos *Vida sob cerco - violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro* (Rio de Janeiro: Faperj/Nova Fronteira, 2008).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – De que forma o senhor analisa a configuração da vida social nas periferias brasileiras hoje, que vivem, de um lado, as tensões e disputas por espaços por grupos organizados e, por outro, as tensões pelas ações policiais?

Luiz Antonio Machado da Silva – Em 2008 organizei uma coletânea (Nova Fronteira/Faperj) intitulada *Vida sob cerco (...)*¹, resultado de ampla pesquisa qualitativa, em

¹ *Vida sob cerco - violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro* (Rio de Janeiro: Faperj/Nova Fronteira, 2008) (Nota da **IHU On-Line**)

que já comentávamos esta mesma situação. Portanto, esse “cerco” aos moradores de favelas (e periferias em geral, se incluirmos tráfico e milícia; não incluimos as milícias na pesquisa, porque elas eram raras e incipientes na época) é coisa bem antiga. Tráfico, milícia e polícia opri-

“Tráfico, milícia e polícia oprimem e infernizam o cotidiano local dos moradores”

mem e infernizam o cotidiano local dos moradores. Acrescente-se que a vida diária, ali, mesmo na hipótese abstrata da suspensão do “cerco”, já não seria, nos últimos tempos, um mar de rosas, devido ao rampante desemprego relacionado aos interesses do capital financeiro e suas implicações sociais.

Até por volta dos anos 1990, as associações de moradores, onde existiam, desempenhavam o papel de mediação entre as hierarquias locais e a institucionalidade supralocal, ainda que sob a forma de organizações subordinadas. Com o aparecimento do tráfico organizado, que se baseava nas favelas por questões políticas e logísticas, que podemos tratar mais adiante, elas foram cooptadas ou muito enfraquecidas pelo poder armado dos traficantes e, mais tarde, pelas milícias. Em ambos os casos, houve infiltrações nos aparelhos de Estado (especialmente executivo e legislativo; porém, pelo menos no Rio e por enquanto, julgo que essa “contaminação” é incipiente).

IHU On-Line – Quais são e como se estabelecem os grupos de poder nas periferias?

Luiz Antonio Machado da Silva – Primeiro, considero que o oficialato da Polícia Militar - PM é menos corrompido do que a tropa, apesar do forte corporativismo (e/ou medo de retaliação pelos pares, não sei dizer) que domina as instituições policiais. Acho que o motivo se liga ao autoritarismo típico das instituições militares, que também

afeta a polícia civil, e que afasta a tropa dos superiores. É muito comum – quase uma regra – que o tráfico compre os policiais da ponta operacional, que tendem a decidir como orientar o policiamento local, embora não seja incomum a corrupção de oficiais superiores. No caso das milícias, entre os membros sempre há policiais da ativa e/ou da reserva que garantem a paz com os segmentos menos corrompidos dessas corporações.

Todos os atores reais agem como se estivessem em guerra uns com os outros, com as instituições policiais funcionando como recursos de poder e, ao mesmo tempo, como um dos “inimigos”. Entretanto, qualquer observador menos envolvido pode reconhecer, com facilidade, que esses conflitos ocorrem ao nível das rotinas cotidianas e só na superfície afetam o conjunto das atividades institucionais. Por outro lado, há décadas tem havido interrupção de aulas e prestação de serviços médicos provocados pelos frequentes conflitos armados.

Um bom exemplo de que há um clima de guerra nas rotinas dos segmentos inferiores da população são as Unidades de Polícia Pacificadora - UPPs: obviamente, a Polícia Militar não proporia um programa de pacificação se não tivesse, como pressuposto, a ocorrência de uma guerra. O programa, ainda que doutrinariamente exploratório, obteve grande aprovação popular no início. (Quando a coletânea mencionada na primeira resposta foi para a gráfica, as UPPs ainda não estavam

implantadas; por isso, o mesmo grupo que coordeno realizou outra pesquisa, publicada em dois números da revista *Dilemas*, do PPGSA/IFCS/UFRJ.) Ao longo do tempo, porém, o programa deixou de ser uma novidade, começou a provar-se um novo nome para as práticas policiais autoritárias de sempre, e sucumbiu em um processo de racionalização perversa, que desmanchou a tímida inovação por falta de apoio político dentro da própria corporação. Aliás, deve-se sublinhar que a iniciativa da criação do programa não partiu da pressão da sociedade organizada, e sim do clima difuso de medo e revolta; tratou-se de uma tentativa interna de melhorar a imagem dos poderes institucionais e teve um forte *sobretom* eleitoral. Hoje, pode-se resumir a trajetória do programa afirmando sua extinção atual: ficou a casca – o nome – e nada mais.

Esses são os poderes armados, os que geram a “vida sob cerco” dos moradores das periferias. No caso das favelas, são os “donos dos morros”, já que, nas periferias, em geral mais planas, os “donos” são as milícias mancomunadas com as polícias (e os bombeiros, informantes etc.).

Há instituições sociais cujos braços nas localidades tentam fazer a mediação com os dispositivos de controle e regulação. Refiro-me especificamente às igrejas pentecostais de várias denominações e exigências quanto ao comportamento dos respectivos crentes, bem como a Organizações Não Governamentais - ONGs, também de várias tendências.

Quanto ao sistema partidário, ele só se manifesta nos períodos eleitorais ou na forma de agrupamentos permanentes de prestação de serviços ligados a uns poucos vereadores e deputados, em uma clara relação de patronagem. Na condição de agrupamentos civis, todos eles precisam, para utilizar a expressão popular, “desenrolar” com os poderes armados de modo a lhes ser permitido o exercício regular de suas atividades.

As denominações pentecostais têm mais trânsito com o tráfico, que as respeita e vez por outra chega a tornar-se crente (sem abandonar o comércio de drogas, como é o caso de alguns traficantes). No entanto, a intenção de “salvar” os membros do “movimento” acaba, mesmo contra a vontade dos crentes, a funcionar como um recurso de poder para o tráfico. Além do mais, os esforços de conversão constituem uma espécie de “guerra santa”: o catolicismo tem perdido muito espaço no mercado religioso devido à atuação agressiva das igrejas pentecostais, e os centros de umbanda e candomblé foram praticamente eliminados das favelas (com a ajuda do tráfico). Não disponho de informações sobre as relações das religiões com as milícias, até porque a atividade destas tende a ser menos ostensiva.

IHU On-Line – Como compreender a lógica que engendra grupos de crime organizado que ocupam vazios do Estado nas periferias? Por que as comunidades acabam aderindo e, muitas vezes, aceitando a instituição e o estabelecimento desses grupos?

Luiz Antonio Machado da Silva – Pelas respostas anteriores, percebe-se que absolutamente não compartilho a ideia muito comum, contida na pergunta, que pensa o “vazio de Estado” como a condição contextual mais básica para o aparecimento dos grupos de criminosos organizados. Tenho a mais plena convicção de que esse é um erro crasso, talvez o principal responsável pela crença muito generalizada

na metáfora de uma guerra que simplesmente não existe. É meridiano, em minha opinião, que sem a interferência dos órgãos que compõem os dispositivos institucionais de controle e regulação social, seria impossível a formação de grupos com existência de longo prazo (crime, evidentemente, existiria; falo de sua organização e rotinização).

O consumo de drogas ilícitas é antiquíssimo, e seu estatuto como problema social e político depende das representações coletivas a respeito do significado de seu uso. No Rio, fora as drogas sintéticas, cujo consumo é menor e de classe média, parece haver três grandes tipos: maconha, cocaína e crack. A primeira sempre foi bastante difundida entre as classes populares e a natureza de sua aceitação – sempre problemática, claro – é semelhante à do álcool; a cocaína migrou da burguesia para as periferias a partir mais ou menos de meados dos anos 1970, tendo dado origem às cadeias de distribuição para consumo final que se chama genericamente de tráfico, pelos altos preços dos períodos iniciais e, em consequência, altas taxas de acumulação; o crack é a cocaína dos muito pobres que, aparentemente, se difundiu na medida em que o comércio desta droga veio enfrentando lucros decrescentes. Cocaína e principalmente crack são drogas fortemente rejeitadas por toda a população.

A distribuição de drogas ilícitas para consumo final, por serem mercadorias (sublinhe-se este termo) que não recebem proteção formal dos aparelhos de controle e regulação social, precisa ser protegida pelas próprias aglomerações vendedoras, de modo que suas divergências não são resolvidas juridicamente, mas na forma de relações de força. Neste sentido, creio ser possível dizer, apesar de não conhecer pesquisas específicas a respeito, que ocorre uma escalada desses conflitos usando armas cada vez mais pesadas, na medida em que a queda dos lucros eleva o nível de competição e a cobrança de proteção policial aumenta

em razão da proliferação da defesa armada dos pontos de venda.

Adicionalmente, as próprias tentativas intencionais de racionalização econômica, que possui uma evidente faceta logística, levaram à substituição muito ampla das lideranças dos pequenos traficantes locais, de membros das próprias localidades, com vínculos interpessoais com a população moradora, por jovens de outras localidades, que desfrutam de muito mais liberdade para exercer a opressão. Esta é fundamental para assegurar o medo dos moradores comuns e, assim, a “lei do silêncio” que muitas vezes é confundida com adesão. Por outro lado, há um certo *trickle down* dos lucros do tráfico pelo contingente de moradores que desenvolve atividades econômicas locais (bares e refeições, serviços de cuidado pessoal etc. – mas este favorecimento é tão decrescente que se pode dizer que está longe de ser intencional e explicitamente reconhecido ou estimulado.

As pesquisas de meu grupo demonstram claramente que não existe adesão da população ao tráfico; no máximo, parentes próximos de jovens traficantes desenvolvem argumentos não tanto de aceitação, mas sim considerações que procuram realizar uma espécie de “limpeza simbólica” (ele é traficante, mas...) dos jovens de sua família envolvidos no “movimento”, como o tráfico é chamado nas favelas.

No caso das milícias a situação é um pouco diferente, na medida em que o discurso de limpeza simbólica é produzido pelos próprios milicianos: o domínio armado das localidades existiria para evitar sua contaminação pelo tráfico. Isso torna a população local presa de ambiguidade na recepção da presença e do argumento da milícia. Por um lado, é sensível à ausência de conflitos entre traficantes em seu espaço de moradia e, eventualmente, de trabalho. Por outro lado, é muito difundida a reclamação quanto às arbitrariedades da milícia que afetam suas rotinas diárias.

IHU On-Line – Por que ainda é importante para os grupos de crime organizado se estabelecerem e dominarem regiões periféricas, já que o tráfico de drogas, por exemplo, se dá nos mais variados ambientes das cidades?

Luiz Antonio Machado da Silva – “Crime organizado” não chega a ser propriamente um conceito, é antes uma avaliação moral de um enorme conjunto de práticas político-econômicas. Falar em conjunto significa generalizar, isto é, abstrair, um ou alguns aspectos dessas práticas, reunidas simplesmente porque são culturalmente desqualificadas, assim como seus autores; e o atributo de “organizado” implica certa capacidade de permanência no tempo ou, no jargão sociológico de origem marxista, “reprodução”. Por outro lado, se grande parte de uma população considera que o “crime organizado” existe como um domínio do real jurídica e moralmente desviante, os efeitos dessa representação são reais, como as respostas anteriores vêm sugerindo.

Considero que o efeito mais importante, que também venho, implicitamente, sugerindo, é que essa dualização – crime organizado x ações (mesmo divergentes) que compõem o domínio legítimo da vida social – dá origem a políticas públicas que ignoram diferenças internas muito significativas entre as práticas ilícitas. Há grandes variações nos níveis de violência (ou ameaça) física, de internacionalização das práticas, de aceitação sob reserva (falei acima de tentativas de limpeza simbólica), de estilos de organização grupal (milícias são máfias, aproximam-se de uma organização “familiarista”; o tráfico se organiza na forma de empresa de “capitalismo aventureiro”, para citar Weber²; o próprio grau

de ilegitimidade é bastante variado, apesar de formalmente todas essas práticas serem juridicamente ilícitas; etc.).

Continuemos admitindo que a expressão pluralizada “periferias”, apesar de suas muitas ambiguidades, seja indicação aproximada dos espaços apropriados pelo “crime organizado” como sua base de atuação. A primeira observação a se fazer é que só pode ser “organizado” aquilo que está institucionalizado, ainda que sob a forma de ilegalidade avaliada como imoral pelos segmentos dominantes da população, e ainda que, como eu disse no parágrafo anterior, sejam muitas as formas concretas da ilegalidade/imoralidade. Essa mesma observação permite acrescentar que a ilegalidade é “civil”, porém necessita de algum aval dos dispositivos estatais de controle e regulação, em geral obtido por alguma modalidade de corrupção (financeira, clientelística etc.). E que a viabilidade de negociações dessa natureza é tanto maior quanto mais distantes elas forem dos centros de poder – embora este seja apenas o momento do “encaixe” (A. Giddens³), pois as negociações sobem, isto é, “desencaixam” e depois retornam, fechando o círculo. Trata-se de uma logística que se revela como versão em negativo das relações institucionais regulares; várias perspectivas teórico-críticas convergem para esse ponto, que é quase consensual.

IHU On-Line – Como o conceito de desigualdade se atualiza nas periferias brasileiras hoje? E como os grupos organizados

o **Cadernos IHU em formação** nº 3, de 2005, chamado *Max Weber – o espírito do capitalismo*, disponível em <http://bit.ly/ihuem03>. (Nota da **IHU On-Line**)

³ **Anthony Giddens**: sociólogo inglês, foi diretor da “London School of Economics and Political Science” (LSE). É autor de 34 obras, publicadas em 29 línguas, e de inúmeros artigos. Em 1985 foi cofundador da “Academic Publishing House Polity Press”. É também conhecido como o mentor da ideia da Terceira Via. Entre suas obras publicadas em português citamos *As Consequências da Modernidade* (Oeiras: Celta, 1992); *Capitalismo e moderna teoria social: uma análise das obras de Marx, Durkheim e Max Weber* (Lisboa: Editorial Presença, 1994); *Transformações da Intimidade – Sexualidade, Amor, e Erotismo nas Sociedades Modernas* (Oeiras: Celta Editora, 1996). (Nota da **IHU On-Line**)

surgem e se movimentam em meio a esse cenário de desigualdade?

Luiz Antonio Machado da Silva – Pode-se identificar, a partir dos anos 1990, uma inflexão da “estrutura da conjuntura”, para utilizar a feliz expressão de Louis Althusser⁴. O auge do período anterior foi a chamada constituição cidadã, que tinha duas grandes marcações: no plano subjetivo, a referência à polaridade de classe; no plano objetivo, um forte consenso em torno da proteção do trabalho. O núcleo duro das divergências girava em torno da amplitude e profundidade da proteção institucional do trabalho, cuja referência histórica eram os famosos trinta anos gloriosos da social democracia na Europa Ocidental. A partir dos anos 1990 vem se consolidando um quadro muito diferente. No plano subjetivo, as identidades de classe, que põem em questão o processo produtivo, perderam força para as chances de mercado (e sua variante, o acesso aos serviços públicos), que pulverizam o conflito; essa transformação obscurece o conflito social, com especial consideração à ideologia do empreendedorismo, que leva o trabalho, de uma maneira geral, a se pensar como autoempresariamento. Não me estenderei mais nesse muitíssimo conhecido debate.

No plano objetivo, a variável rico/pobre é estritamente numérica e não mais nominal, pulverizando as divergências. Pode-se, mesmo, especular que essa dupla mudança, com o incisivo individualismo aquisitivo que implica, talvez seja o leito no qual proliferam as ilegalidades mencionadas em resposta anterior; mas seria preciso percorrer as inúmeras mediações entre os dois processos, coisa que, se foi tentada sistematicamente, eu desconheço. De qualquer maneira estou convencido de que o empreendedorismo é uma ideologia e não uma perspectiva teórica como costuma se apresentar, pois

⁴ **Louis Althusser** (1918-1990): filósofo marxista francês. Seu envolvimento com a ideologia marxista pode ser devido ao tempo gasto nos campos de concentração nazista, durante a segunda guerra mundial, depois da qual começou sua carreira acadêmica. (Nota da **IHU On-Line**)

² **Max Weber** (1864-1920): sociólogo alemão, considerado um dos fundadores da Sociologia. *Ética protestante e o espírito do capitalismo* (Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2004) é uma das suas mais conhecidas e importantes obras. Cem anos depois, a **IHU On-Line** dedicou-lhe a sua 101ª edição, de 17-5-2004, intitulada *Max Weber. A ética protestante e o espírito do capitalismo 100 anos depois*, disponível em <http://bit.ly/ihuon101>. Sobre Max Weber, o IHU publicou

sua fonte material continua sendo a remuneração do trabalho: mesmo nos casos em que há obtenção de crédito para a formação do capital inicial de pequenos e médios “empreendedores” (da indústria, do comércio, de serviços, aí incluídos os consultores), o acesso a esse recurso *sempre* depende, não de uma poupança gerada pela própria acumulação (com a extração da mais valia), mas de *consumo adiado*, ou seja, da remuneração do trabalho, qualquer que seja sua modalidade. Esta reviravolta explícita com toda a clareza que a exploração e a dominação (e a previsível concentração que as acompanha) têm se aprofundado. Em termos políticos da relação entre as forças sociais, o trabalho está muito enfraquecido, no mundo, no Brasil e no Rio. Deixo em aberto, para não perder o foco da entrevista, o óbvio efeito da financeirização sobre tudo isso.

18 “O empreendedorismo é uma ideologia e não uma perspectiva teórica como costuma se apresentar”

IHU On-Line – No que consiste a ideia de sociabilidade violenta e como aparece entre os grupos organizados? E como essa sociabilidade incide sobre os moradores de periferias?

Luiz Antonio Machado da Silva – Desenvolvi essa noção na virada dos anos 1980 para 1990, como uma forma geral de interação destituída do que N. Elias⁵ chamou de autocontro-

le dos atores. Tratava-se de um tipo histórico completamente utilitarista, dirigido por pulsões e não por valores intersubjetivamente compartilhados (ver o conceito weberiano de “conexão de sentido”). O exemplo mais acabado da sociabilidade violenta é o ator que a população das periferias, especialmente das favelas, assim como os próprios traficantes denominavam na época e ainda denominam de *bicho louco*, representação que enfatiza o caráter incontrolável e aleatório das práticas de alguns traficantes. Na época, minha reflexão a partir da análise empírica sugeria fortemente que esses atores eram os “portadores” (outra vez Weber, ao final da *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*⁶) do “espírito” do tráfico.

Com o passar do tempo, a noção de sociabilidade violenta não perdeu completamente sua vigência, especialmente porque as empresas do tráfico se conformam à noção weberiana de “capitalismo aventureiro” até hoje, na medida em que não há regulação estatal visando disciplinar e limitar a competição entre elas, como já afirmei em outras respostas. No entanto, a noção se enfraqueceu, devido ao amplo processo de racionalização das atividades de acumulação econômica do tráfico. O eixo principal, mas não o único, da racionalização parece ser a substituição dos “portadores” da sociabilidade violenta e dos traficantes com laços interpessoais nas localidades onde atuam por quadros mais autônomos em relação às raízes locais e, ao mesmo tempo, por lideranças menos irracionais. Por outro lado, o caráter altamente autoritário e personalizado da organização interna do tráfico permanece, levando a que o funcionamento dos “tribunais” que julgam ações tidas como desviantes – cuja atividade é denominada de “desenrolo” na linguagem popular – seja pouco previsível e dependa do sempre cambiante *mood* do “dono do morro”. Detalhar essa questão

seria excessivamente demorado. Em síntese, o processo de racionalização é parcial, mas afeta tanto a cúpula quanto a base da organização do tráfico; talvez o mais importante seja enfatizar que os *bichos loucos* continuam incontroláveis, mas tendem a ser substituídos por lideranças menos atrabiliárias.

IHU On-Line – Como o senhor compreende o conceito de violência urbana e de que forma polícia e grupos de crime organizado se estabelecem como polos nesse contexto?

Luiz Antonio Machado da Silva – Violência em geral, sem nenhum atributo que a singularize, é uma palavra sem sentido do ponto de vista da compreensão sociológica, que sempre se refere aos valores intersubjetivos dos atores concretos em suas práticas efetivas. Violência urbana é uma forma que recorta e confere sentido a um amplo conjunto de práticas, todas percebidas pelos atores como relativas às rotinas cotidianas da população das cidades. É um conceito prático-moral que possui um sobretom claramente descritivo de uma construção sócio-histórica (ele não é eterno) das disposições de sentido dos próprios atores; é necessário para a compreensão sociológica de/em uma conjuntura específica, mas não configura uma interpretação de segunda instância.

Polícia e grupos de crime organizado estão no centro da representação da violência urbana, na qualidade de seus atores fundamentais. Tudo leva a crer que violência urbana configura os riscos da vida cotidiana nas cidades, especialmente nas maiores. Pode-se considerar que, como atores coletivos, eles são polos – mas isto desde que se entenda que são os pontos finais de um *continuum*, pois, como venho insistindo, as relações práticas entre esses dois atores são amplamente diferenciadas, chegando a envolver, em muitos momentos, clara identidade de interesses. Não se pode pensar, portanto, em uma ruptura completa entre eles. ■

⁵ **Norbert Elias** (1897-1990): sociólogo alemão. De família judaica, teve de fugir da Alemanha nazista exilando-se em 1933 na França, antes de se estabelecer na Inglaterra onde passou grande parte de sua carreira. Em 1954, começou como professor na Universidade de Leicester. Suas obras focaram a relação entre poder, comportamento, emoção e conhecimento na História. Devido a circunstâncias históricas, Elias permaneceu durante um longo período como um autor marginal, ten-

do sido redescoberto por uma nova geração de teóricos nos anos 1970, quando se tornou um dos mais influentes sociólogos de todos os tempos. A obra mais importante de Elias foram os dois volumes de *O processo civilizatório*. (Nota da **IHU On-Line**)
⁶ São Paulo: Martin Claret, 2013. (Nota da **IHU On-Line**)



A escuta como forma de compreensão da vida na periferia

Daniel Hirata defende que Estado e academia incursionem mais pelas comunidades e ouçam quem vive nas bordas das metrópoles para só então pensar em políticas de fato efetivas

João Vitor Santos

Discutir a realidade de comunidades de periferia esconde uma série de armadilhas, pois muitas vezes se olha para esses lugares com a turbidez de um olhar a distância, que não se aproxima. O resultado é uma série de inferências de lugar comum que geram políticas públicas e ações muito pouco efetivas para aquelas realidades. São os limites para compreensão da vida nas periferias. “Um limite importante, tanto para os operadores do Estado como para a própria academia compreender as periferias, é ouvir as pessoas”, aponta o professor da Universidade Federal Fluminense - UFF Daniel Hirata. “Faz uma grande diferença – antes de pensar, reproduzir e atuar sobre um certo lugar – ouvir as pessoas que são concernidas”, completa.

Na entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Hirata também analisa os coletivos criminais que, justamente por esse distanciamento, não são compreendidos em sua complexidade. “Crime organizado é uma categoria que simplesmente não funciona. Não me parece que os coletivos criminais sejam iguais ou que tenham tanto em comum

a ponto de justificar colocarmos todos eles em uma mesma categoria”, aponta.

Segundo ele, essa categorização ainda recai num empobrecido dualismo entre bons e maus, bandidos e mocinhos etc. Assim, segundo ele, por exemplo, compreender de fato o comércio de drogas requer observar suas relações com a própria polícia. “Somente sobrepondo os pontos, que são as *biqueiras*, e os pontos das delegacias de polícia podemos entender como funciona, na escala urbana, o mercado varejista da droga”, exemplifica. Para Hirata, nesse exemplo, é preciso deslocamentos. “Uma maneira de deslocar a discussão da corrupção, como se fosse uma disfunção institucional ou moral, mas uma compreensão conjunta de como o crime e a polícia se constroem conjuntamente, de forma articulada”.

Daniel Hirata é professor no Departamento de Sociologia e Metodologia em Ciências Sociais da *Universidade Federal Fluminense* - UFF. É doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo - USP, com estágio doutoral na Université de Toulouse-le Mirail e na École des Hautes Études en Sciences Sociales.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Quais são e como compreender minimamente os inúmeros processos transversais que, na prática, fazem a gestão das periferias brasileiras de hoje?

Daniel Hirata – Como você mesmo disse, não inúmeras coisas, e também vejo isso de forma proces-

sual, como processos que se entrelaçam e se encadeiam para formar a complexidade das periferias brasileiras. Há, portanto, uma multiplicidade de histórias urbanas que têm que ser contadas para que se entenda como as coisas tomaram a forma da nossa atualidade: uma história dos mercados e dos empregos, uma história das casas e da habitação, uma

história da violência, uma história das circulações que as pessoas têm pela cidade, enfim, me parece que somente o cruzamento dessas várias histórias poderia fornecer elementos para que a gente possa compreender o que está em jogo nesses lugares. E, o que muitas pesquisas nessa direção vêm mostrando, é que cada cidade e, mais ainda, cada território de uma

mesma cidade tem sedimentações históricas particulares.

Essas várias camadas da história urbana também têm relação com as formas de gestão, se entrelaçam com elas. Isso é uma coisa bem interessante de se atentar: de que maneira a gestão urbana, ou melhor, o governo do urbano vem sendo construído e quais efeitos percebemos nisso tudo. Isso eu acho que é um bom começo para entender problemas que por vezes aparecem descolados dos efeitos dessa multiplicidade que são as periferias.

IHU On-Line – Quais os limites do Estado, e da própria academia, para compreender a realidade das periferias?

Daniel Hirata – Acho que um limite importante, tanto para os operadores do Estado como para a própria academia compreender as periferias, é ouvir as pessoas. Claro que há, tanto em um como em outro espaço, pessoas que procuram ouvir o que as pessoas falam, mas acho que não é a regra e, nesse ponto, acho que faz uma grande diferença – antes de pensar, reproduzir e atuar sobre um certo lugar – ouvir as pessoas que são concernidas. Se isso fosse feito, me parece que muitos dos problemas poderiam ser evitados, ou melhor, poderiam ser formulados em termos um pouco diferentes.

Um trabalho de escuta atenta e de longa duração é o que de melhor pode ser feito para saber o que anda acontecendo por aí, mas isso nem sempre é feito: via de regra sempre se procuram soluções de curto prazo para “problemas urgentes”. E a urgência não é o melhor tempo para se basear o pensamento e a ação – como diz Vera Telles¹, companheira

de muitas reflexões, quando a “casa cai” não há mais espaço para a negociação política, mas diria também que o tempo da urgência estabelece uma espécie de “agenda” por onde os pesquisadores ficam presos também, respondendo só às questões mais imediatas.

Assim, o que encontramos para o caso das políticas públicas são experimentações baseadas em modelos de “boa gestão” que funcionam como uma grande panaceia, deixando de lado coisas simples e que, por vezes, poderiam ser chaves para pensarmos sobre o que anda acontecendo. É fundamental ouvir as pessoas que estão diretamente ou indiretamente implicadas na vida das periferias para estabelecermos os contornos do que é pertinente e do que não é para determinadas questões. Isso tanto para a academia como para a ação.

IHU On-Line – No que consiste a adesão de comunidades de periferias a grupos associados ao crime organizado?

Daniel Hirata – Isso que você chama de adesão eu chamaria de vinculação, mas antes, há diferentes maneiras de isso acontecer porque o que você chama de “crime organizado” é uma categoria que simplesmente não funciona. Não me parece que os coletivos criminais sejam iguais ou que tenham tanto em comum a ponto de justificar colocarmos todos eles em uma mesma categoria e, muito menos, que esse “mínimo comum” seria a melhor maneira de tratar desse tema.

Mas ainda há um segundo problema: essa categorização serve para o que e para quem? O Comando Vermelho – CV² e o Primeiro Comando

da Capital – PCC³ têm tantas diferenças quanto semelhanças, mas acho que são as diferenças aqueles elementos que mais ajudam a entender como eles operam. Por que continuar chamando tudo de crime organizado? Porque é uma categoria operativa, que só faz continuamente simplificar uma ambivalente relação entre o “crime organizado” e o “estado” que vêm produzindo cada vez mais criminalização dos mais pobres, mais combate militarizado nos territórios periféricos, intensificando um ciclo perverso que está se reproduzindo mais uma vez na nossa atualidade.

Depois, tem a questão da vinculação. O que significa isso? O que significa dizer que alguém “faz parte do PCC”? Isso é uma questão anterior que tem que ser respondida. É muito importante. Agora todo mundo diz: “O PCC chegou nas fronteiras”. O que significa isso? Bom, vou contar uma história, que talvez ajude a tornar o meu ponto mais claro. Na *quebrada* em que faço trabalho de campo, houve um momento em que se falava “O PCC chegou”. O que significava isso? Significava, naquele lugar, que algumas pessoas teriam que “assumir” um ponto de venda de drogas que tinha ficado sem “patrão” em um determinado momento pelo falecimento do antigo “patrão”. A “bandeira branca” havia sido levantada na época, isso quer dizer que o

tros estados brasileiros como Rondônia, Roraima, Tocantins, Mato Grosso, Espírito Santo, Acre, Pará, Maranhão, Alagoas, Rio Grande do Norte, Ceará, Mato Grosso do Sul, Amazonas e algumas partes de Minas Gerais, Piauí, Paraíba, Pernambuco e da Bahia. Nos estados do Rio de Janeiro, Rondônia, Mato Grosso, Acre, Ceará e Tocantins o CV é maioria no sistema penitenciário. (Nota da **IHU On-Line**)

³ **Primeiro Comando da Capital (PCC)**: é uma organização criminosa do Brasil. O grupo comanda rebeliões, assaltos, sequestros, assassinatos e narcotráfico. A facção atua principalmente em São Paulo, mas também está presente em 22 dos 27 estados brasileiros, além de países próximos, como Bolívia e Paraguai. É considerada uma das maiores organizações criminosas do país. A organização é financiada principalmente pela venda de maconha e cocaína, mas roubos de cargas e assaltos a bancos também são fontes de faturamento. O grupo está presente em 90% dos presídios paulistas e fatura cerca de 120 milhões de reais por ano. O grupo surgiu em 1993 no Centro de Reabilitação Penitenciária de Taubaté, no Vale do Paraíba, local que acolhia prisioneiros transferidos por serem considerados de alta periculosidade pelas autoridades, e calcula-se que hoje tenha cerca de seis mil integrantes dentro do sistema penitenciário e outros 1,6 mil em liberdade, apenas no estado de São Paulo. (Nota da **IHU On-Line**)

produtivos. (Nota da **IHU On-Line**)

² **Comando Vermelho**: denominado Comando Vermelho Rogério Lemgruber, mais conhecido como Comando Vermelho e pelas siglas CV e CVRL, é uma das maiores organizações criminosas do Brasil. Foi criada em 1979 na prisão Cândido Mendes, na Ilha Grande, Angra dos Reis, Rio de Janeiro, como um conjunto de presos comuns e presos políticos, militantes de grupos armados, sendo os presos comuns membros da conhecida Falange Vermelha. Entre os integrantes da facção, que se tornaram notórios depois de suas prisões, estão o líder Fernandinho Beira-Mar, Marcinho VP, Mineiro da Cidade Alta, Elias Maluco e Fabiano Atanazio (FB). O CV já possui ramificações em ou-

¹ **Vera Telles**: professora livre-docente do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo - USP e vice-coordenadora do Laboratório de Pesquisa Social (LAPS/USP). No Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS-USP), coordena a linha de pesquisa Cidade e trabalho: nas interfaces entre a sociologia urbana e a sociologia do trabalho, são desenvolvidas pesquisas sobre trajetórias sociais e formas de mobilidade urbana; sobre as mediações urbanas do trabalho, suas formas de regulação e modos de territorialização, bem como as relações entre o informal, o ilegal, por vezes o ilícito, na produção dos espaços urbanos e territórios

PCC estava em uma política de diminuição dos conflitos entre aqueles que “corriam com o crime” – o lema “paz entre os ladrões e guerra com a polícia” estava marcando a “chegada” do PCC no lugar. Bom, depois de muitas conversas, os meus interlocutores decidiram, como eram os mais “das antigas” da quebrada, assumir a “biqueira”. Ao mesmo tempo, o acerto nas conversas é de que não “seriam irmãos”, não “entrariam no partido”, apesar de estarem em “sintonia” (que é uma categoria muito bem explorada por Karina Biondi⁴) com o PCC. Então, veja como é a complexidade da “chegada” do PCC: “chegam” sem haver presença física, mas estão conectados com o lugar. Esse nível de complexidade é que deveria ser levado em conta quando falamos em “adesão”.

“Um trabalho de escuta atenta e de longa duração é o que de melhor pode ser feito”

IHU On-Line – O que é o chamado “dispositivo de gestão das mortes” e como se manifesta nas periferias? Quais os efeitos desse dispositivo quando vaza para regiões mais centrais?

Daniel Hirata – O que eu chamaria de “dispositivo de gestão das mortes” é algo difuso, que realiza uma triagem daqueles que têm mais chances de morrer em comparação com outros. E faz isso de uma certa maneira. Isso passa pela atuação legal e extralegal da polícia, pelos coletivos criminais em seus muitos modos de ação, pelas políticas de segurança em seus efeitos intencionais e não inten-

cionais, além de uma série de outras práticas como o jornalismo, a mídia em geral, e de outros atores fundamentais nos territórios periféricos, como as igrejas, os comerciantes, as ONGs etc. Foi Michel Foucault⁵ quem trabalhou com o conceito de dispositivo com essa rede de elementos heterogêneos, difusos, que tem, contudo, vetores estratégicos muito bem delimitados. No nosso caso, é bem claro que se mata mais pretos, pobres e periféricos...

Para ser mais específico, vou falar apenas de uma linha de tensão desse dispositivo: a panaceia ao redor do “combate ao crime organizado” e a suposição do nexos causal que vincula circulação de drogas com violência. Essa relação causal entre mercados e violência deveria ser tratada com mais cuidado, rigor e precisão. É sobre essa relação que ando trabalhando nos últimos tempos, e me parece que estabelecer criteriosamente se e em quais condições encontramos relação entre circulação de certas mercadorias e indicadores de segurança pública é um primeiro passo para qualificar o que se está fazendo e quais as suas consequências.

Digo isso porque me parece que nesse ponto só temos a aprender com a lógica antiproibicionista. A proibição é parte do problema a ser compreendido e, justamente por isso, a relação que justifica essa proibição, entre certos mercados e violência, deveria ser a mais estudada empiricamente – e não é. Então como fazemos todo um monstrego sobre algo que não se tem uma discussão aberta, qualificada, bem es-

tabelecida em suas várias controvérsias, enfim, como algo que carece de ser debatido pode justificar todo esse dispositivo e, conseqüentemente, a vida de tantas pessoas? São 60.000 mortes por ano, é absurdo!

IHU On-Line – Como compreender a complexidade dos coletivos criminais de hoje? De que forma se constituem como agente econômico, político e moral, conectado e conectando uma série de outros agentes?

Daniel Hirata – Os coletivos criminais são muito complexos, justamente porque atuam de formas variadas nesses diversos domínios da política, da economia, da moral, que normalmente vemos como esferas separadas. Eles dão consistência às conexões entre essas dimensões e cada pesquisador vai explorar algumas dessas dimensões. E cada coletivo vai ser diferente.

Eu trabalho especificamente com mercados e em São Paulo, então, desse ponto de vista, o que eu posso dizer é que há uma sobreposição de diversos mercados atravessando de fora a fora o PCC, mas isso não significa que ele “domina” esses mercados. São Paulo, ao contrário do Rio de Janeiro, tem um coletivo hegemônico, o PCC, mas do ponto de vista territorial há uma sobreposição de atores muito maior que no Rio, onde o “dono do morro” faz convergir para si diversos mercados. Escrevi faz pouco tempo um artigo com Carolina Grillo⁶ no qual tratamos dessa comparação dos mercados varejistas da droga em São Paulo e no Rio de Janeiro. É bastante diferente do que um senso comum supostamente informado diz sobre essas cidades: “O PCC tem o monopólio da droga em São Paulo”, “No Rio é tudo fragmentado pela guerra”, mas então como o comércio varejista em São Pau-

4 **Karina Biondi** (1983): é uma escritora e antropóloga brasileira, formada pela Universidade de São Paulo - USP, autora do livro *Junto e Misturado: Uma etnografia do PCC* (São Paulo: Fapesp, 2010). (Nota da **IHU On-Line**)

5 **Michel Foucault** (1926-1984): filósofo francês. Suas obras, desde a *História da Loucura* até a *História da sexualidade* (a qual não pôde completar devido a sua morte), situam-se dentro de uma filosofia do conhecimento. Foucault trata principalmente do tema do poder, rompendo com as concepções clássicas do termo. Em várias edições, a **IHU On-Line** dedicou matéria de capa a Foucault: edição 119, de 18-10-2004, disponível em <http://bit.ly/ihuon119>; edição 203, de 6-11-2006, disponível em <https://goo.gl/C2rx2k>; edição 364, de 6-6-2011, intitulada '*História da loucura*' e o discurso racional em debate, disponível em <https://goo.gl/wjqFL3>; edição 343, *O (des)governo biopolítico da vida humana*, de 13-9-2010, disponível em <https://goo.gl/M95yPv>, e edição 344, *Biopolítica, estado de exceção e vida nua. Um debate*, disponível em <https://goo.gl/RX62qN>. Confira ainda a edição nº 13 dos **Cadernos IHU em formação**, disponível em <http://bit.ly/ihuem13>, *Michel Foucault – Sua Contribuição para a Educação, a Política e a Ética*. (Nota da **IHU On-Line**)

6 **Carolina Grillo**: doutora em Ciências Humanas pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, mestra em Sociologia, graduada em Ciências Sociais pela UFRJ. É, ainda, pós-doutoranda do departamento de sociologia da Universidade de São Paulo - USP. (Nota da **IHU On-Line**)

lo é tão pulverizado? Hegemonia é diferente de monopólio! No Rio, um “dono de morro” pode ter uma série de pontos de venda e até “estéticas”, ainda diz como o roubo de carros vai funcionar lá dentro. Em São Paulo tudo isso funciona diferente, são topologias dos poderes funcionando nos diferentes mercados, porque se sobrepõem!

Essas diferenças têm a ver, portanto, com a maneira como a venda é feita, com o tipo de coletivo criminal que estamos pensando e com as relações com as forças da ordem, como disse anteriormente. Esse é só um exemplo da complexidade do que

“É bem claro que se mata mais pretos, pobres e periféricos”

22

estamos falando, mas tudo isso fica um pouco encoberto, porque aí a categoria “crime organizado” não funciona e as políticas dirigidas para o “inimigo”, que é o “monopolista” ou o que quer que seja, fica muito mais matizado e esse não é o interesse, o melhor é se afundar no mercado das políticas de segurança e de compra de armamentos.

IHU On-Line – De que forma os conceitos de Segurança Pública e a Ordem Urbana são pensadas nas metrópoles

de hoje? Como esses conceitos tensionam disputadas de poder entre coletivos de crimes organizados e o Estado?

Daniel Hirata – Veja, “Segurança Pública” e “Ordem Urbana” são objetos de estudo para mim, não conceitos. Isso vai na direção do que Luiz Antônio Machado da Silva⁷ já colocava com relação à “violência urbana” faz um tempão. Por que isso é importante? Porque eles concatenam parte do que tem que ser entendido. Não dá para começar a conversa com a separação, de um lado o “crime organizado”, a “violência”, a “desordem” e de outro o “Estado”, a “democracia”, a “ordem”.

Isso pode servir para o mundo da política, constrói enunciados que são importantes para a continuidade das coisas como estão, mas de um ponto de vista analítico não se sustenta. Vamos pelo mais elementar, escrevi um artigo justamente sobre o “ponto”, ou seja, a “biqueira”. Os policiais sabem não só onde estão todos os pontos, como também mantêm relações regulares com aqueles que fazem as vendas. Há todo um mercado da proteção que faz atuar conjuntamente traficantes e policiais, mesmo nos seus enfrentamentos. Então um possível mapa contendo os pontos de venda de drogas não faria sentido sem outros pontos que são as delega-

cias de polícia e os batalhões da PM, ou seja, sem uma cartografia conjugada entre tráfico de drogas e suas instâncias de controle.

Somente sobrepondo os pontos que são as biqueiras e os pontos das delegacias de polícia podemos entender como funciona, na escala urbana, o mercado varejista da droga. Na linguagem nativa, essa interação decisiva entre policiais e traficantes é chamada de “o acerto”. Conceitualmente, essas interações que constroem os agenciamentos práticos e cotidianos que regulam a venda de drogas serão pensadas a partir do conceito de “mercadorias políticas” de Michel Misse⁸. Na maneira como eu vejo a grande contribuição de Misse, que tem a ver com as pesquisas que fiz junto com Vera Telles, trata-se de uma maneira de deslocar a discussão da corrupção, como se fosse uma disfunção institucional ou moral, mas uma compreensão conjunta de como o crime e a polícia se constroem conjuntamente, de forma articulada.

Então, desse ponto de vista, todo um novo horizonte se abre para ser pesquisado. Como as políticas de segurança atuam nesse jogo? Para que serve a escalada de militarização das políticas? Ela tem um efeito de construção do problema que tem que ser entendido.■

⁸ **Michel Misse**: bacharel em Ciências Sociais pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestre e doutor em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ/SBI/UCAM. Atualmente é professor associado do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Publicou “Crime e Violência no Brasil Contemporâneo. Estudos de sociologia do crime e da violência urbana” (Rio de Janeiro, Editora Lumen Juris, 2006; 2a. edição: 2011), “Acusados e Acusadores: estudos sobre ofensas, acusações e incriminações (Rio de Janeiro, Editora Revan/Faperj, 2008), “As Guardas Municipais no Brasil” (Rio, Booklink/Finep, 2010) e “O Inquérito Policial no Brasil” (Rio, Booklink/Fenapef, 2010). (Nota da **IHU On-Line**)

⁷ **Luiz Antônio Machado da Silva**: é o entrevistado que abre o Tema de Capa desse número da IHU On-Line. Graduado em Sociologia e Política pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, especialista em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia, mestre em Antropologia Social pelo PPGAS/Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, doutor em Sociologia pela Rutgers - The State University of New Jersey (1979). Realizou dois pós-doutorados no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. (Nota da **IHU On-Line**)

Leia mais

- São Paulo: uma metrópole mundial, altamente desigual e com múltiplas disputas sobre o seu futuro. Entrevista especial com Daniel Hirata, publicada nas Notícias do Dia de 25-8-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2rVylGI>.

Lógica carioca e lógica paulista: duas formas de organização criminosa

Carolina Grillo analisa as particularidades dos grupos que operam no tráfico de drogas no Rio de Janeiro e em São Paulo, as maiores metrópoles do país

Patricia Fachin | Edição: João Vitor Santos

O Comando Vermelho – CV, no Rio de Janeiro, e o Primeiro Comando da Capital – PCC, em São Paulo, são dois dos maiores e mais famosos coletivos de crime organizado no Brasil. Entretanto, na sua engrenagem há diferenças que podem ser compreendidas no seu modo de atuação no varejo de drogas. Enquanto no Rio há uma concorrência entre grupos para o tráfico de drogas, gerando a partir disso o que se chama “guerra do tráfico” entre CV e outros grupos, em São Paulo o comércio é mais hegemônico. “Os confrontos armados com a polícia são também mais intensos e recorrentes no Rio de Janeiro, onde traficantes reivindicam o controle dos territórios em que ocorre a venda de drogas, ao passo que em São Paulo a polícia circula normalmente por toda a cidade e os traficantes apostam mais no pagamento de subornos do que no confronto armado”, pontua a socióloga Carolina Grillo, que tem trabalhado as organizações criminais nas maiores metrópoles do país.

Na entrevista a seguir, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, a pesquisadora aponta que no Rio os comandos geram redes horizontais de proteção mútua, a partir da relação entre os “donos de morro”, que chefiam o tráfico no âmbito local. “Já a estrutura organizacional

do PCC não corresponde à hierarquia empresarial do tráfico e há, inclusive, muitos ‘patrões’ que, embora se orientem pela conduta prescrita do PCC, não são ‘irmãos’ [membros efetivos do grupo]”, completa. Segundo a pesquisadora, “todas essas diferenças impactam a sociabilidade local e cooperam para que, no Rio de Janeiro, a experiência dos moradores de favelas seja mais gravemente afetada pelo tráfico e a violência policial do que em São Paulo”.

Carolina Christoph Grillo é doutora em Ciências Humanas, Antropologia Cultural, pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, com período de estágio de doutorado Sanduíche na Université de Lille 1-Sciences et Technologies. Também possui mestrado em Sociologia e graduação em Ciências Sociais pela UFRJ. É pós-doutoranda do departamento de sociologia da Universidade de São Paulo – USP, vinculada ao projeto temático intitulado “A gestão do conflito na cidade contemporânea”. Atua ainda como pesquisadora associada do Núcleo de Estudos da Cidadania Conflito e Violência Urbana – NECVU/IFCS/UFRJ.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – No início deste ano, o Brasil assistiu às rebeliões no Nordeste do país, especialmente as disputas entre o Primeiro Comando da Capital – PCC, o Comando Vermelho, Família do Norte, e Sindicato do Crime do RN. Pode nos dar um

panorama geral sobre o surgimento dessas facções, quais razões motivam o seu surgimento e quais disputas estão envolvidas entre elas?

Carolina Grillo – Eu nunca fiz pesquisa de campo no Amazonas

ou no Rio Grande do Norte, portanto desconheço a história social do crime nesses estados e o pouco sei sobre essas facções. Mas em uma pesquisa do NECVU/UFRJ sobre a segurança pública nas fronteiras, da qual eu participei, identificamos que esses dois estados são bastante

estratégicos para as rotas da cocaína que sai do Peru e Colômbia em direção à Europa. É bem possível que pessoas ligadas ao PCC e CV estejam envolvidas com o transporte de cocaína na parte da rota que atravessa o território brasileiro e, para isso, precisam se associar aos grupos locais que já atuam nestas regiões. Principalmente no caso do Amazonas, onde a Família do Norte parece estar intimamente ligada aos barqueiros que operam o transporte fluvial da cocaína.

Acredito que a morte do empresário Jorge Rafaat Toumani¹, na fronteira entre o Mato Grosso do Sul e Paraguai, tenha desestabilizado as relações de confiança em que se respaldavam os negócios do tráfico e, por isso, tenha promovido a ruptura da aliança entre CV e PCC, que reverberou em diversas regiões do país. Os dois principais comandos brasileiros que oferecem garantias às transações comerciais do tráfico passaram a disputar este mercado de proteção e os grupos locais podem ter sido pressionados a escolher um lado. O que parece estar em jogo, na guerra entre facções, é antes o mercado de proteção do que propriamente o controle das rotas.

Os massacres em prisões, por exemplo, foram motivados pelo controle de espaços prisionais e não de rotas comerciais. À medida que se espalhou a notícia de que membros de um ou outro comando não eram mais considerados aliados, os massacres tornaram-se iminentes, sendo imprescindível a transferência dos coletivos de presos que estivessem em minoria nas prisões. Estas rivalidades também impactaram as

dinâmicas do crime nas favelas e bairros periféricos onde a presença dos comandos vinha sendo enunciada pelos envolvidos.

IHU On-Line – Ainda neste ano, o PCC organizou um assalto no Paraguai e o mesmo grupo tentava resgatar Marcola² da prisão. Qual é o alcance de atuação do PCC hoje no país, seja dentro ou fora dos presídios, e no exterior?

Carolina Grillo – A prática de grandes roubos é uma importante frente de atuação de pessoas ligadas ao PCC que, se forem membros “batizados”, possuem a prerrogativa de usar armas pertencentes ao comando e ficam obrigados a contribuir com uma parte do lucro obtido para o caixa desta organização. No entanto, os integrantes possuem relativa autonomia para conduzir os seus próprios negócios, seja no tráfico de drogas ou na prática de roubos, desde que se mantenham em “sintonia” com o PCC. Baseio-me na leitura dos trabalhos de Karina Biondi³, Adalton Marques⁴, Gabriel Feltran⁵, Daniel Hirata⁶, Paulo Malvasi⁷ e ou-

tros para concluir que o PCC não é propriamente uma facção do tráfico de drogas como são os comandos do Rio de Janeiro. As posições políticas ocupadas no PCC não correspondem à hierarquia empresarial do tráfico de drogas, mas, como observou Biondi, às responsabilidades assumidas por “irmãos” para a manutenção da “disciplina” e da “sintonia do comando” no âmbito deste “movimento”, que se pensa também como “Partido” ou “Família”.

É claro que existem hierarquias organizacionais, mas trata-se de um movimento mais horizontal e capilarizado do que muitas vezes se supõe. Aí reside a sua força e a sua capacidade de espalhar-se pelas prisões e periferias de diversos estados. Basta o convite de um “irmão” para que outro “ladrão” possa ser “batizado” e, então passe a ter os deveres e privilégios de um membro do PCC. A influência deste comando também transborda para muito além dos seus “irmãos”, pois a maioria dos que aderem aos repertórios de ação do PCC, “correm lado a lado” com o “Partido”, sem passar pelos procedimentos de batismo. Assim, o PCC é enunciado até mesmo onde não há nenhum “irmão”, como apontado por Fábio Mallart⁸ a respeito dos institutos de internação do sistema socioeducativo.

Não há um comando centralizado que coordena a expansão para outros estados e países vizinhos. O PCC se espalha para onde quer que existam pessoas “sintonizadas” ao PCC conduzindo os seus próprios negócios, respaldando-se na “ética” do comando como uma garantia nas transações e propagando os seus repertórios de ação, especialmente no que concerne à organização do convívio nas prisões. É deste modo que a

¹ **Jorge Rafaat Toumani**: morto em 15-6-2016, em meio à guerra pelo controle do tráfico, foi um poderoso narcotraficante para a Polícia Federal do Brasil. No entanto, por nunca se comprovar vínculos com o mercado de drogas no Paraguai, circulava livremente pelo país, embora indícios contundentes em contrário. Conhecido como um “próspero empresário de Pedro Juan Caballero”, chegou a disputar a gerência deixada na fronteira pelo “Rei das Drogas”, Fernandinho Beira Mar. Foi processado pela justiça brasileira quando tentou enviar do Paraguai 492 kg de cocaína em agosto de 2004 e a operação foi abortada por agentes federais que interceptaram o enorme carregamento em 22 de agosto de 2004, e São José do Rio Preto. (Nota da **IHU On-Line**)

² **Marcola** [Marcos Williams Herbas Camacho] (1968): é um criminoso brasileiro considerado, pelo Estado de São Paulo, o líder da organização criminosa Primeiro Comando da Capital - PCC. Marcola nega, porém o PCC tem liderança. Atualmente está preso no presidio de segurança máxima de Presidente Vencesles, no estado de São Paulo. (Nota da **IHU On-Line**)

³ **Karina Biondi** (1983): é uma escritora e antropóloga brasileira, formada pela Universidade de São Paulo – USP, autora do livro *Junto e Misturado: Uma etnografia do PCC* (São Paulo: Fapesp, 2010). (Nota da **IHU On-Line**)

⁴ **Adalton Jose Marques**: professor do Colegiado de Ciências Sociais da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. Realizou sua pesquisa de mestrado em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo – USP, da qual resultou o livro “Crime e proceder: um experimento antropológico” (Alameda Editorial, 2014). (Nota da **IHU On-Line**)

⁵ **Gabriel Feltran**: é professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, coordenador de Pesquisa do Centro de Estudos da Metrópole - CEM e pesquisador do Núcleo de Etnografias Urbanas do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento - Cebrap. É doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp. Ele concedeu inúmeras entrevistas para **IHU On-Line**, entre elas, *Perifera de São Paulo. “Polícia, crime, igreja e trabalho são esferas de vida que se interpenetram”*, publicada nas Notícias do Dia de 5-7-2016, disponível em <http://bit.ly/2smkFGS>. (Nota da **IHU On-Line**)

⁶ Daniel Hirata é um dos entrevistados dessa edição do **IHU On-Line**. (Nota da **IHU On-Line**)

⁷ **Paulo Malvasi**: possui Mestrado em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo e doutorado em Saúde Pública pela Universidade

de São Paulo. Professor das Faculdades de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo. Coordenador do Mestrado Profissional Adolescente em Conflito com a Lei UNIAN/SP. Pesquisador do Núcleo de Etnografias Urbanas (NEU/CEBRAP). Pesquisador Associado do Projeto Temático Gestão do Conflito na Produção da Cidade Contemporânea: a experiência paulista (FAPESP). (Nota da **IHU On-Line**)

⁸ **Fábio Mallart**: mestre em Antropologia Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP) e membro do Núcleo de Etnografias Urbanas (CEBRAP). (Nota da **IHU On-Line**)

atuação do PCC se faz hoje notar em diversos estados de todas as regiões do país e também no Paraguai.

IHU On-Line – Alguns especialistas em segurança falam da possibilidade de o Brasil se tornar um narco-Estado dada a atuação e expansão do PCC para áreas de fronteiras. Essa é de fato uma possibilidade?

Carolina Grillo – Quem ainda acredita que o PCC é a maior organização criminosa do Brasil não deve estar acompanhando as recentes delações da Odebrecht e JBS. Temos hoje maior clareza sobre como os grandes grupos empresariais atuam para eleger políticos em todas as instâncias de governo e corrompê-los para garantir que resguardem os seus próprios interesses. Estamos falando de empresas legalizadas de ampla projeção no mercado internacional que coordenam gigantescos esquemas de corrupção.

O PCC jamais alcançará este grau de influência sobre o poder público. Trata-se de uma organização formada principalmente por pessoas pobres e incriminadas. Não à toa surgiu dentro dos presídios, que ainda são os principais espaços de articulação do PCC. Todas as pessoas apontadas como “lideranças do PCC” encontram-se presas, o que não ocorreria se eles conseguissem de fato corromper altas instâncias do Estado.

Como eu já disse, a expansão do PCC para diversos estados brasileiros e para os países vizinhos se dá de maneira mais horizontal e capilarizada do que se supõe. A enunciação do PCC no Paraguai ou no Ceará não implica necessariamente em conexões objetivas entre os grupos que atuam em regiões tão distantes uma das outras, mas no emprego de um repertório comum para lidar com as contingências dos mercados ilegais de drogas e roubo e do convívio no cárcere. A adesão ao PCC contribui para pacificar as relações entre presos e as negociações entre os atores dos mercados ilegais, pois, além de estabelecer diretrizes de conduta,

oferece garantias em transações que envolvem grandes riscos por violarem as leis do Estado e ocuparem o foco da repressão policial.

IHU On-Line – Muitos falam que a “guerra” do tráfico se dá na rua, comandada de dentro das prisões. A partir das suas pesquisas, como tem percebido essa questão?

Carolina Grillo – No Rio de Janeiro, onde há de fato “guerras” entre traficantes pelo controle de territórios, isso é muitas vezes verdade devido à maioria dos “donos de morro” estar na prisão, o que é uma consequência da intensiva repressão ao tráfico. A ordem para que se inicie uma guerra é dada por um ou mais “donos de morro”, presos ou não, que são a liderança máxima do tráfico em suas próprias áreas de atuação e aliam-se a outros “donos de morro”, constituindo os comandos. Nos últimos anos, os traficantes de uma das áreas onde eu fiz pesquisa de campo vêm tentando invadir a favela vizinha, controlada por uma facção rival, e a ordem para a invasão é dada pelo “dono do morro” que se encontra em liberdade.

Diferentemente do PCC, os comandos cariocas - Comando Vermelho, Amigos dos Amigos e Terceiro Comando Puro – se organizam em torno do varejo de drogas em áreas de moradia de baixa renda. Não há lideranças acima dos “donos de morro” e a hierarquia do tráfico é eminentemente local. Já as alianças estabelecidas ou rompidas entre os “donos de morro” historicamente se deram sobretudo no interior das prisões, de onde surgiram os comandos. As prisões continuam despontando como importantes espaços de articulação dos comandos, principalmente porque as suas principais lideranças encontram-se presas e desenvolveram estratégias para driblar a incapacitação do cárcere.

Se os “donos de morro” conseguem chefiar o tráfico em determinadas áreas, mesmo quando estão presos, é justamente porque se respaldam

nas alianças com outros “donos de morro” para garantir que os “responsáveis” ou “frentes” por eles encarregados de gerenciar o tráfico em suas áreas se mantenham fiéis e não reivindicuem o controle da “firma” para si. Quando um “frente de morro” rompe com o “dono do morro”, orquestrando um chamado “golpe de Estado”, ele rompe também com toda a sua facção e deve respaldar-se em outro comando. Neste tipo de situação, a guerra é iniciada por uma liderança que se encontra em liberdade, mas costuma depender de articulações políticas com outras lideranças que normalmente encontram-se presas.

IHU On-Line – Quais são as causas do crime no Brasil? Nesse sentido, qual é a centralidade que o tráfico de drogas e de cargas ocupa hoje no crime organizado?

Carolina Grillo – Imagino que você esteja se referindo à criminalidade comum violenta, relacionada aos roubos, mercados criminalizados e homicídios. Cada cidade ou região possui uma história da violência muito particular, que pode envolver conflitos por terra, lutas sociais, matadores, grupos de extermínio, disputas do narcotráfico, roubos, etc. A que eu conheço melhor é a do Rio de Janeiro, cuja “acumulação social da violência” foi estudada por Michel Misse⁹. Não há no caso variáveis que possam ser isoladas umas das outras, mas um complexo de fatores em circularidade causal acumulativa, que envolve o crescimento da pobreza urbana, a acumulação de desigualdades, a cartografia e topografia

⁹ **Michel Misse**: bacharel em Ciências Sociais pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestre e doutor em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ/SBI/UCAM. Atualmente é professor Associado do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Publicou recentemente “Crime e Violência no Brasil Contemporâneo. Estudos de sociologia do crime e da violência urbana” (Rio de Janeiro, Editora Lumen Juris, 2006; 2a. edição: 2011), “Acusados e Acusadores: estudos sobre ofensas, acusações e incriminações (Rio de Janeiro, Editora Revan/Faperj, 2008), “As Guardas Municipais no Brasil” (Rio, Booklink/Finep, 2010) e “O Inquérito Policial no Brasil” (Rio, Booklink/Fenapef, 2010). (Nota da **IHU On-Line**)

da cidade, o surgimento dos grupos de extermínio dentro da própria polícia, o efeito-demonstração da guerrilha contra a ditadura, a especialização dos assaltantes, as péssimas condições das prisões, o surgimento dos comandos, a repressão aos roubos a banco, a entrada do Rio de Janeiro na rota do tráfico internacional de cocaína para a Europa, o racha dos comandos, etc.

Por certo, é o tráfico de drogas quem hoje oferece as bases econômicas para a reprodução das redes de criminalidade violenta no Rio de Janeiro e em boa parte das regiões brasileiras onde a violência é um problema grave. O tráfico financia a compra de armas e suas disputas e acertos de contas são causas relevantes da violência letal no país. As polícias são corruptas e violentas, asseverando a situação. E, onde há uma profunda desigualdade social somada à ampla disponibilidade de armas de fogo, a alta incidência do roubo à mão armada parece ser uma consequência inevitável.

IHU On-Line – Sua pesquisa recente faz um estudo comparado entre a questão da criminalidade urbana em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, analisando a estruturação das redes do mercado ilegal de drogas, os processos de organização da criminalidade e as dinâmicas de sociabilidade em favelas e bairros pobres. Quais são os resultados já alcançados com essa investigação?

Carolina Grillo – Escrevi junto com Daniel Hirata um artigo que esboça uma comparação do varejo de drogas no Rio de Janeiro e São Paulo e que será publicado no próximo número da revista Tempo Social¹⁰. Tínhamos de saída a existência de guerras concorrenciais entre as facções do tráfico de drogas cariocas e a hegemonia de um único comando em São Paulo. Os confrontos armados com a polícia são também mais

intensos e recorrentes no Rio de Janeiro, onde traficantes reivindicam o controle dos territórios em que ocorre a venda de drogas, ao passo que em São Paulo, a polícia circula normalmente por toda a cidade e os traficantes apostam mais no pagamento de subornos do que no confronto armado. Não há nas “biqueiras” paulistas, “soldados” responsáveis por funções estritamente bélicas, como ocorre nas “bocas” cariocas.

Constatamos haver uma significativa diferença de escala nas “firmas” locais do tráfico, pois cada “patrão” paulista costuma possuir apenas um ponto de venda de drogas, ao passo que os “donos de morro” cariocas tendem a comandar as diversas “bocas” de uma mesma favela. Destacamos ainda, que esta diferença de escala se relaciona às dinâmicas organizacionais dos comandos. No Rio de Janeiro, os comandos são redes horizontais de proteção mútua – fundadas na “amizade” – entre “donos de morro”, que chefiam “firmas” do tráfico, cuja hierarquia é local. Já a estrutura organizacional do PCC não corresponde à hierarquia empresarial do tráfico e há, inclusive, muitos “patrões” que, embora se orientem pela conduta prescrita do PCC, não são “irmãos”. Como já foi dito, as posições políticas ocupadas no PCC visam à manutenção da “sintonia” no “crime”, o que independente da participação nos negócios do tráfico. Todas essas diferenças impactam a sociabilidade local e cooperam para que, no Rio de Janeiro, a experiência dos moradores de favelas seja mais gravemente afetada pelo tráfico e a violência policial do que em São Paulo.

Atualmente, estou trabalhando em uma pesquisa comparativa sobre os homicídios decorrentes da ação policial nas duas cidades e redigindo um artigo sobre as retóricas de guerra e pacificação nos diferentes comandos.

IHU On-Line – Quais são hoje os principais conflitos existentes na cidade do Rio de Janeiro,

envolvendo o Comando Vermelho, a disputa por territórios e a segurança pública?

Carolina Grillo – O tráfico de drogas na Cidade Alta é controlado há muitas décadas pelo Comando Vermelho e foi recentemente tomado por traficantes do Terceiro Comando Puro, desencadeando uma guerra pelo controle deste território. O referido episódio foi uma tentativa de retomada por parte do Comando Vermelho e novas batalhas ainda serão travadas.

Nos últimos três anos, houve um acirramento dos conflitos entre facções em dezenas de regiões da cidade, o que está relacionado à crise do Estado do Rio de Janeiro e reflete o fracasso do projeto das Unidades de Polícia Pacificadora – UPP. As ocupações militares em favelas desestabilizaram os arranjos de poder locais, ao impor uma contiguidade territorial entre Polícia Militar e traficantes em diversas áreas. Nos primeiros anos, as UPPs arrefeceram os conflitos nas áreas ocupadas, deixando-os em suspenso, mas com o passar do tempo, novos conflitos emergiram, especialmente por tratar-se de uma polícia extremamente violenta e corrupta, que extorque os traficantes e se utiliza do confronto armado para impor estes pagamentos.

Com as UPPs, tais dinâmicas de confronto e acordo passaram a ocorrer entre atores que compartilham o mesmo território e não mais entre o dentro e o fora da favela. À medida que as “firmas” locais do tráfico foram enfraquecidas pelas UPPs, tornaram-se mais susceptíveis às invasões. Segundo moradores, a polícia também tem estimulado as guerras, recebendo dinheiro para facilitar invasões e tentativas de retomada. A crise do Estado contribuiu para agravar a situação, pois as UPPs ficaram desguarnecidas e há atrasos no pagamento dos salários de policiais.

IHU On-Line – Alguns especialistas em segurança apostam na liberação das drogas

¹⁰ Endereço eletrônico: revistas.usp.br/ts. (Nota da IHU On-Line)

como uma alternativa para reduzir os conflitos com o tráfico. Quais são as vantagens e desvantagens dessa proposta? Ela seria suficiente para erradicar o tráfico ou ele se reestruturaria a partir de outras questões?

Carolina Grillo – A legalização das drogas é uma medida absolutamente necessária, pois as drogas devem ser tratadas como uma questão de saúde pública e não de segurança pública. São pouquíssimas as mortes por consumo de drogas se comparadas às mortes relacionadas ao mercado ilegal de drogas e seu combate. Se a comercialização dessas substâncias fosse legal e regulada, o tráfico continuaria a existir, assim como há contrabando de cigarro, porém em uma escala muito menor e sob moldes menos violentos. A criminalização e repressão aos mercados é determinante para a violência letal a eles associada, de modo que os mercados ilegais que contam com maior tolerância, como os de contrabando, descaminho e pirataria, não são tão violentos. O tráfico de drogas acaba sendo o principal financiador do tráfico de armas no país, contribuindo para aumentar a disponibilidade das armas que depois serão empregadas em roubos e homicídios.

A legalização das drogas não implicaria num aumento do consumo e abuso de substâncias, pois conhecer a população de usuários e sua distribuição facilita a implementação das políticas de prevenção, redução de danos e tratamento, cujos recursos poderiam vir da própria taxação desses produtos. Não existe hoje qualquer dificuldade no acesso às drogas pelos usuários e enormes dificuldades no acesso a tratamentos. Ademais, os usuários expõem-se a uma série de riscos que poderiam ser evitados se este mercado não fosse controlado por grupos armados e houvesse controle de qualidade das substâncias. O maior perigo da legalização, na verdade, seria a formação de grandes grupos empresariais da droga, capazes de formar um lobby político. Isto, contudo, pode ser evitado de diversas maneiras.

IHU On-Line – **O que seria uma alternativa para resolver o crime e os problemas de segurança pública no país?**

Carolina Grillo – Enquanto perseverar esta criminosa desigualdade social que temos no Brasil, nenhuma segurança pública é possível ou mesmo justa. Já o crime, enquanto houver leis, sempre haverá. O que se

pode fazer hoje por meio de políticas públicas para amenizar a situação é priorizar a redução da violência letal. Um bom começo seria as instituições policiais buscarem meios para impedir que os seus próprios homens praticassem homicídios e que os Ministérios Públicos estaduais fiscalizassem com maior afinco as violações de direito praticadas por agentes do Estado, hoje responsáveis por uma importante parcela das mortes violentas no país.

As polícias civis também poderiam conceder maior atenção à investigação de homicídios, cuja taxa de esclarecimento é muito baixa. A maioria das pessoas que hoje se encontram na prisão cumpre pena por tráfico de drogas ou roubo e foi presa em flagrante, o que revela uma deficiência dos procedimentos investigativos e a tendência das polícias a considerarem o homicídio um crime de menor gravidade. A legalização das drogas seria também uma importante medida no sentido de desarmar o tráfico e reduzir drasticamente a violência associada a este mercado, mas isso se encontra ainda num horizonte bem distante. Por ora, focar mais na repressão ao tráfico de armas do que ao tráfico de drogas já seria de grande valia. ■

Ouse pensar
o que ninguém pensou.
ihu.unisinos.br

A racionalidade econômica sustenta o tráfico de drogas de Norte a Sul do Brasil

Segundo o sociólogo Luís Flávio Saporì, a proliferação desse tipo de crime nas periferias visa ao lucro econômico, mas é consequência da negligência das elites com esses territórios

Patrícia Fachin e João Vitor Santos

A novidade em relação à reconfiguração da violência nos últimos anos no Brasil “é a ostensividade do tráfico de drogas, principalmente nas periferias urbanas”, diz o sociólogo Luís Flávio Saporì à **IHU On-Line**, na entrevista a seguir, concedida pessoalmente quando esteve no Instituto Humanitas Unisinos – IHU na semana passada, participando do “5º Ciclo de Estudos Metrôpoles. Políticas Públicas e Tecnologias de Governo – A centralidade das Periferias”, ministrando a palestra “A escalada da violência diante dos avanços econômico-sociais”.

Ele explica que o tráfico de drogas se sustenta e se impõe nas periferias brasileiras de Norte a Sul por pelo menos duas razões. De um lado, “porque muitos traficantes são oriundos dessas comunidades e veem no comércio da droga uma oportunidade ímpar de enriquecer. Esta é a motivação básica do tráfico: ganhar dinheiro e realizar os desejos que qualquer um de nós tem de consumo, de aquisição de bens materiais”. De outro, “porque historicamente a periferia sempre foi um território

da cidade deixado em segundo plano pelas elites brasileiras; esse é o lado perverso da desigualdade”, constata. Saporì frisa que a “racionalidade” que está por trás do tráfico de drogas é estritamente “econômica” e é justamente por isso que os traficantes disputam territórios nas cidades.

Na entrevista a seguir, o sociólogo explica de que forma a violência se reconfigurou no Brasil nos últimos trinta anos, comenta a forma de ação do tráfico de drogas nas periferias e bairros de classe média brasileiros, e a situação do sistema prisional que tem favorecido o surgimento de facções.

Luís Flávio Saporì é doutor em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ e foi secretário adjunto de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais no período de janeiro de 2003 a junho de 2007. Atualmente é professor do curso de Ciências Sociais e coordenador do Centro de Estudos e Pesquisa em Segurança Pública – CEPESP da PUC Minas.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Como o senhor entende o fenômeno da violência e consequentemente o fenômeno da violência urbana?

Luís Flávio Saporì – A violência na realidade brasileira se aproxima muito do espaço urbano. E aí estamos falando de crimes violentos, porque o conceito de violência pode

abranger comportamentos sociais para além de crimes, e nem todos os crimes são violentos. Mas se entendermos a violência urbana como uma série de comportamentos criminosos com maior ou menor grau, utilizando-se da força física contra a vítima, ela está muito mais relacionada à sociabilidade das cidades do

que da sociabilidade do espaço rural.

Diagnóstico da violência brasileira

O diagnóstico que temos apresentado do Brasil nos últimos 30 anos evidencia o crescimento da violência nos maiores aglomerados urbanos.

“A prevenção social no Brasil é capenga e não se transformou em política pública consistente”

Nas décadas de 80 e 90 a violência cresceu muito nas metrópoles brasileiras, nas regiões metropolitanas, principalmente no Sudeste e no Sul. A partir dos anos 2000 há uma crescente disseminação do fenômeno para as cidades de médio e pequeno porte, portanto há evidências de que cidades com 40 mil habitantes apresentaram crescimento sustentável dos homicídios desde os anos 2000, e esse fenômeno atingiu o Brasil como um todo.

Eu diria que, a partir da segunda metade dos anos 2000, o fenômeno da violência no meio rural também se apresenta de uma forma intensa, e não há mais como separar a violência da cidade da violência do campo. A violência que ocorre no campo não é a violência entre proprietários de terras e posseiros ou mineiros; ao contrário, o roubo, o homicídio e o tráfico de drogas estão atingindo os pequenos distritos. Apesar dessa vinculação quase umbilical da violência com o urbano, eu diria que ela não é mais exclusiva do espaço urbano, porque a violência hoje na sociedade brasileira espalhou-se de uma maneira muito intensa.

IHU On-Line – A que atribui essa mudança do fenômeno da violência na última década e sua expansão para cidades menores?

Luís Flávio Saporì – Há fatores sociais claros que estão impulsionando essa realidade, embora essa compreensão não seja unânime entre os pesquisadores sobre o tema. De todo modo, tenho defendido no debate nacional que a realidade que

enfrentamos hoje é bem diferente da realidade que tínhamos há trinta anos, portanto o crescimento da violência não está simplesmente relacionado com o crescimento da população, e a violência de hoje não é a mesma que existia nos anos 40 e 60. Há uma história de violência ao longo da história da nossa sociedade, inegavelmente, mas tenho argumentado que há algo novo no cenário e nas décadas recentes. Outros fatores estão impulsionando comportamentos violentos dos indivíduos, e dois crimes são os que mais conformam hoje o cenário de violência: os homicídios e os roubos, principalmente o roubo à mão armada, e subsidiariamente podemos inserir nesses casos os estupro.

Tráfico de drogas, o elemento detonador

Consigo identificar o começo desse processo com um início mais acentuado nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, nas décadas de 80 e 90. Esses foram os estados onde o fenômeno se tornou mais nítido e ali ficou clara a presença do tráfico de drogas no cenário da violência urbana como nunca antes na história do Brasil. A partir dos anos 2000, esse fenômeno atingiu os estados do Norte e Nordeste, enquanto os estados do Centro-Oeste e do Sul já apresentavam essa deterioração desde os anos 90.

O que explica essa dinâmica e o que tem de novo na história brasileira, principalmente no espaço urbano, é a ostensividade do tráfico de drogas, sobretudo nas periferias ur-

banas. É fato que o tráfico já existia, especialmente o tráfico da maconha, que já estava presente nas periferias nas décadas de 60, mas há algo novo nesse processo que veio a reboque de uma metropolização intensiva da sociedade brasileira a partir da década de 60. Então houve uma mudança estrutural na década de 60 para 80, com a formação de grandes aglomerados urbanos. Esse foi um período em que a sociedade brasileira se rejuvenesceu muito, e a população jovem adquiriu uma proeminência demográfica como nunca antes na história do país. Soma-se a isso um elemento denotador, que é o tráfico de drogas, especialmente com a entrada da cocaína em pó, que ficou barata a partir dos anos 80. A cocaína ficou barata em função da ação dos cartéis colombianos e chegou ao Brasil via o Rio de Janeiro e São Paulo. Ela foi se disseminando pelo país afora e logo em seguida, na década de 90, surgiu o crack e, mais recentemente, as drogas sintéticas. Então, há uma história de consolidação do tráfico de drogas porque a lucratividade e a demanda do tráfico aumentaram.

O tráfico de drogas trouxe outras criminalidades

A demanda do tráfico veio no bojo da melhoria da economia e da renda da população, inclusive dos mais pobres. Nesse sentido, o tráfico na periferia se consolidou com uma estrutura muito conflituosa, ou seja, se apresentou através de uma rede de comercialização baseada em gangues juvenis com uma estrutura incipiente: ele não é tão organizado no varejo

como foi em países como a Colômbia, em que existiam várias quadras dividindo a venda da droga em várias favelas. Essa pulverização significou, na prática, uma disputa por territórios, por clientela, por acertos de contas, por corrupção policial, com uso de muita arma de fogo. Ou seja, o tráfico de drogas trouxe no seu bojo uma série de outras criminalidades, principalmente o uso da arma de fogo e o recrutamento dos jovens das periferias. Trata-se de um processo social que foi se construindo ao longo do tempo. Além disso, à medida que o jovem passou a ver o tráfico como uma alternativa sedutora de ganhos econômicos, o uso da arma de fogo também se tornou intensivo, e os domínios territoriais nas periferias das cidades acontecem quase de forma automática, porque os traficantes passam a se tornar as referências morais e de ordem nas periferias. Imagine isso acontecendo ao longo de dez, 20 e 30 anos.

O despreparo estatal

O aparato estatal está completamente despreparado para lidar com o tráfico e foi pego, como dizemos na linguagem popular, “de calças na mão”, porque nunca diagnosticou claramente o problema; sempre se adotou uma estratégia equivocada de enfrentamento, que até hoje persiste. Rio de Janeiro e São Paulo são exemplos sintomáticos dessa ineficiência: a polícia enfrenta o tráfico trocando tiro com os meninos do tráfico nas periferias, com mortes de ambos os lados.

IHU On-Line – Como se dá a organização do tráfico nas periferias? Ele se organiza a partir da formação de várias gangues e grupos que disputam o mesmo território? Nesse sentido, como ele se diferencia ou se aproxima da organização das facções criminosas?

Luís Flávio Saporì – Nós chamamos essas gangues e grupos que existem nas periferias de crime organizado, porque eles atuam a partir

do tráfico de drogas ilícitas, que envolve lavagem de dinheiro e agentes do Estado. Mas o tráfico de drogas na periferia não é tão organizado como imaginamos. Quando se trata de falar de tráfico, muitas vezes as imagens que temos são as de Pablo Escobar ou das máfias italianas, mas o que mais se aproxima disso no Brasil é o Primeiro Comando da Capital - PCC. Se existe crime organizado no Brasil, ele se chama PCC, embora ele divida espaço com o Comando Vermelho - CV e com alguns outros grupos que parecem emergir no Nordeste.

A estruturação do tráfico na periferia

Mas na periferia de maneira geral o tráfico de drogas é desorganizado e fragmentado, porque os grupos estão dividindo, em uma mesma favela, pontos de venda de drogas. Uma única favela com quatro ou cinco mil moradores pode ter seis ou sete pontos de venda, os quais, no Sudeste são chamados de “biqueiras”, ou “boca de fumo”, no Sul. Ou seja, são pontos fixos de venda de drogas, onde tem um grupo de jovens disponíveis para oferecer o produto à clientela. Assim o cliente vai até lá comprar o produto, e geralmente os traficantes e vendedores estão armados de forma mais ou menos ostensiva, dependendo da região. De outro lado, eles são estruturados, porque existe uma hierarquia mínima: geralmente existe o patrão da boca, ou seja, o dono, aquele que investe o dinheiro, que compra a droga no atacado para repassar para o varejo; depois tem um gerente, que faz a contabilidade, que é responsável pela articulação da droga, pela montagem dos produtos, ou seja, da maconha, da cocaína, do crack. Geralmente esse gerente ainda é responsável pela administração dos jovens que participam do grupo, daqueles que são os vendedores, daqueles que são os matadores e da garotada que faz a vigilância da área. Ou seja, eles têm uma organização, mas não se trata de um crime organizado sofisticado como o PCC se tornou em São Paulo.

Numa mesma favela podem existir dois padrões e, se isso acontece, a possibilidade de conflito é muito grande. Mas numa favela em que há um único padrão dominando todas as bocas de fumo, aí a região tende a ser mais tranquila, uma vez que o domínio monopolizado do varejo evita conflitos.

Mas o problema do domínio monopolizado é que o patrão, o dono do varejo, se torna a referência de lei e ordem da comunidade, porque esse passa a ser um território da cidade em que a polícia entra, mas não fica, onde a polícia entra em confronto, prende drogas, troca tiros e depois sai. No dia a dia, o trabalhador que mora nessas regiões está vivendo sob as regras impostas por esses traficantes, e todos os estudos brasileiros têm mostrado que isso é assim em todas as cidades em que o tráfico se instalou na periferia; esse é um fenômeno que ocorre de Norte a Sul do Brasil.

IHU On-Line – Por que o tráfico consegue se impor nas periferias?

Luís Flávio Saporì – Isso é fácil de explicar: porque ele tem o poder armado, porque ele é um poder paralelo e as armas impõem ao traficante e ao grupo dele uma autoridade grande sobre os demais moradores, ou seja, eles podem impor as suas vontades no sentido de favorecer o negócio. A racionalidade é sempre em torno do que dificulta ou facilita o lucro da venda de drogas. Então, o toque de recolher ou a proibição ou permissão de um agente público fazer uma visita a famílias beneficiadas por algum programa social acontecem porque os traficantes controlam quem entra e quem sai da região para evitar espíões, concorrentes, e a presença da polícia. Esse controle territorial tem por trás uma racionalidade econômica que é perversa para os moradores. Esses traficantes não chegam a ser um Estado paralelo, porque o Estado é provedor de vários serviços, enquanto o tráfico não é provedor de serviços de saúde e educação, apesar de alguns trafi-

cantes serem benfeitores locais — mas esse não é o padrão.

O tráfico nessas regiões periféricas é um poder paralelo que usa da força, do medo, da coerção e causa danos para a região. Isso porque os serviços públicos, como saúde e educação, ficam comprometidos e a qualidade desses serviços cai muito uma vez que os funcionários públicos, os professores, passam a não querer trabalhar mais nessas regiões, porque eles têm medo. A aula que um professor dá numa região dessas não é a mesma que ele daria num bairro de classe média. Portanto, é um equívoco achar que o poder paralelo do tráfico se instala nessas regiões porque elas não têm serviços públicos. Isso é um erro: tudo está lá.

IHU On-Line – Mas por que o tráfico se instala nessas regiões?

Luís Flávio Saporì – Porque muitos traficantes são oriundos dessas comunidades e veem no comércio da droga uma oportunidade ímpar de enriquecer. Esta é a motivação básica do tráfico: ganhar dinheiro e realizar os desejos que qualquer um de nós tem de consumo, de aquisição de bens materiais. Então, a venda da droga resulta de uma motivação econômica.

Contudo, a forma de instalar o tráfico na periferia é diferente da forma com que o tráfico se organiza nos bairros de classe média, porque também existem traficantes nos bairros de classe média. A diferença é que o tráfico nos bairros de classe média não envolve o uso ostensivo da arma de fogo, não envolve gangues da mesma maneira que acontece na periferia. Além disso, há uma dificuldade de identificar o traficante porque ele tem uma racionalidade diferente, ele quer ser discreto, enquanto o traficante da periferia não quer ser discreto, ele precisa ser visível, porque o cliente é quem o procura na biqueira.

O problema é que, para essa biqueira existir, ela tem que contar com a tolerância do poder público, por-

que a biqueira é conhecida por todo mundo: moradores, vizinhos, vereadores, polícia. Mas se todo mundo sabe, por que isso existe? Porque historicamente a periferia sempre foi um território da cidade deixado em segundo plano pelas elites brasileiras; esse é o lado perverso da desigualdade. A favela e os bairros operários sempre foram regiões de atividades ilícitas, do “gato de luz”, do uso indevido da água, de uma série de ocupações e moradias irregulares. A ilicitude, em boa medida, é a marca histórica desses territórios, e o tráfico apenas vem nesse bojo e se aproveita dessa história de um território relegado a segundo plano.

Apesar de ao longo do tempo as periferias terem recebido políticas públicas, terem se organizado, terem adquirido aspecto de bairros e não de favelas, o problema é que, depois que o tráfico se instalou, não adianta mais urbanizar essas regiões, regularizar as moradias, levar luz elétrica, esgoto para todo mundo, porque os benefícios sociais não mudarão a realidade.

IHU On-Line – Isso significa que não há como acabar com o tráfico de drogas e com o modo de organização dele, seja na periferia ou nos bairros de classe média?

Luís Flávio Saporì – Isso é muito difícil porque não vamos resolver o problema do tráfico apenas levando serviços públicos às comunidades, como uma visão ingênua preconiza. Alguns dizem que é preciso levar trabalho, escola, saúde, mas isso foi levado para essas comunidades nos últimos 20 anos e todas as comunidades da periferia melhoraram muito nas últimas décadas. Os indicadores sociais estão longe de serem iguais aos de primeiro mundo, mas o acesso aos serviços públicos da comunidade mais pobre é muito melhor do que era há 20 anos, inegavelmente. O jovem da periferia tem mais chance hoje de construir uma vida de dignidade e de trabalho através de uma profissão próxima da classe média do que tinha há 20

anos. Mesmo assim o tráfico cresceu, revelando que políticas sociais convencionais não vão resolver o problema. Outros dizem que é preciso distribuir renda, mas veja, o Brasil redistribuiu renda nos últimos anos em alguma medida e a situação não melhorou. Então, o desafio passa a ser, em primeiro lugar, reconhecer que não se acaba com o tráfico de drogas; essa meta é irreal. Enquanto existir demanda pela droga e o comércio for ilegal, vai haver traficante. Só se acaba com o tráfico se regularizar tudo, mas aí o jogo muda, e também não é tão fácil assim regularizar todas as drogas.

IHU On-Line – O que seria uma alternativa à legalização?

Luís Flávio Saporì – Me parece que o desafio imediato fora da legalização é atuar em duas frentes. A primeira consiste em reduzir a violência associada ao tráfico na favela, e essa é uma ação que deve ser feita pela polícia e pela Justiça, impondo limites à violência, ou seja, prendendo quem está portando arma, quem está matando na periferia, prendendo o patrão do tráfico, que impõe restrições aos moradores locais, ou seja, passando a mensagem ao traficante de que a polícia e a Justiça não vão aceitar algumas ações. A mensagem tem que ser muito clara: quanto mais violentos eles forem, mais prejuízo terão, e isso significa que tem de haver a presença da polícia na comunidade, inspirada no modelo da Unidade de Polícia Pacificadora - UPP, que deu certo no Rio de Janeiro enquanto ela funcionou.

De outro lado, temos que reduzir as chances de os jovens serem recrutados pelo tráfico, porque esse processo é diário, semanal e invisível e alimenta boa parte dessa estrutura de criminalidade. Nesse caso não é a polícia quem deve atuar, mas deve haver um sistema de prevenção social. É preciso oferecer aos jovens de 12 a 16 anos, que geralmente abandonam a escola e que têm um perfil de consumo de drogas ilícitas, iniciativas de interação social para evitar que eles sejam cooptados pelo

tráfico. Isso envolve a participação comunitária, a música, o esporte, a geração de renda para esses adolescentes e outro tipo de formação educacional. Ainda fazemos pouco nesses âmbitos, e a prevenção social no Brasil é capenga e não se transformou em política pública consistente. Temos que reconhecer que nós ainda não sabemos muito bem como fazer isso, principalmente as autoridades públicas não sabem.

No curto prazo essa é a melhor maneira de enfrentar o problema, e é preciso ser realista: não vamos acabar com o tráfico da favela. O que podemos fazer é criar alternativas para que o tráfico da favela não seja tão violento como é o tráfico nos bairros de classe média. E para que isso aconteça, a forma de a droga ser vendida e comercializada na periferia tem que mudar.

IHU On-Line – Mas em última instância não lhe parece que, embora seja possível diminuir os índices de violência, não se resolve o problema do tráfico, porque hoje existe uma relação direta entre os presos e os traficantes que estão na rua?

Luís Flávio Saporì – Mas aí as prisões precisam ser mais bem administradas, tem que se cortar a comunicação entre a liderança da prisão e os traficantes que estão na rua. Isso significa que é preciso colocar bloqueadores de celulares nas prisões e ter mecanismos de inteligência e de informação para identificar os advogados que estão sendo transmissores de ordens e mensagens da prisão para a rua. É fundamental hoje cortar esse nexo da comunicação da prisão com a rua, que de fato existe. O seu diagnóstico está correto e o modo como as prisões funcionam hoje estão retroalimentando o crime da rua, que é gerido de dentro da prisão.

É possível enfraquecer o tráfico, mas não há como acabarmos com ele. O mundo não acabou com o tráfico, nenhum país conseguiu acabar com o tráfico e ele existe de modo muito forte na Holanda, na França,

na Inglaterra, mas a questão é que nesses países o tráfico mata menos. Esses países conseguem manter uma ordem pública razoável mesmo não acabando com o tráfico. Portanto, ter essa postura realista é fundamental para lidarmos com o tráfico.

IHU On-Line – Então o que torna o Brasil violento é o modo de enfrentamento que se faz aqui ao tentar combater o tráfico?

Luís Flávio Saporì – Isso também, mas a primeira questão é que o tráfico no Brasil se consolidou na periferia e se apropriou de uma história de uma periferia urbana abandonada, o que é diferente de outros países. Então, estamos pagando o preço pelo nosso passado, pela nossa história de desigualdades, de ocupação urbana desordenada. Quando acordamos para o problema e começamos a tentar atuar sobre ele, o tráfico já estava lá e já atuava como poder paralelo.

No Brasil a situação de violência é pior em relação aos outros países por conta do modo de enfrentamento, que é via confronto. O jovem da periferia, muitas vezes, é vítima do traficante e da polícia, ou seja, são duas forças paralelas disputando e tutelando a vida da comunidade, sendo que a polícia deveria adquirir a confiança do morador e do jovem da comunidade. Isso envolve uma mudança de orientação governamental, de comando de polícia, de atuação do policial no dia a dia, de metodologia de trabalho. E volto a dizer, a UPP, durante o tempo em que funcionou, mostrou que isso é possível e é um caminho viável para o Brasil como um todo. Então, essas duas questões explicam por que o tráfico mata mais no Brasil do que nos outros países.

Nos guetos americanos, nas periferias de Paris, nos bairros de imigrantes, o tráfico ainda é muito forte. É um comércio internacional, é a atividade mais lucrativa do mundo e não somos nós que vamos resolver esse problema. Temos que ter clareza de

que se trata de um tráfico internacional e de que o que acontece na ponta, nos bairros e nas periferias, faz parte de uma rede muito maior. Apesar de o tráfico ser desorganizado na ponta, no varejo, no âmbito do atacado ele é muito sofisticado, ou seja, é uma atividade econômica global, que começa nas regiões onde a matéria-prima é produzida. Então, estamos lidando com máfias internacionais sofisticadas, e muitos dos traficantes não moram nas periferias, ao contrário, ocupam cargos públicos e são pessoas acima de qualquer suspeita.

IHU On-Line - O senhor tem relatos de quais são os principais problemas relacionados à violência entre os membros do tráfico nas periferias? Fala-se que eles têm tribunais públicos de julgamento, caso algum membro faça uma ação que não é permitida pelo grupo.

Luís Flávio Saporì – Há muitos estudos nesse sentido em São Paulo, principalmente em relação ao PCC. O que sei, a partir de meus estudos sobre o tráfico de drogas em Minas Gerais, é que existe uma ordem no tráfico; ou seja, eles não se matam o tempo inteiro, e o tráfico não é regido por pessoas cruéis, psicopatas, matadores a sangue frio. Dificilmente se identificam indivíduos com esse perfil psicótico, justamente porque o tráfico como negócio precisa de previsibilidade, precisa de “paz”. O traficante, mais do ninguém, sabe que muita briga, muita morte, muito conflito, muita violência, implica prejuízo, e o dono, o patrão do negócio sabe disso. O problema é que os garotos do tráfico muitas vezes não são controlados e começam a se matar por motivos fúteis que fogem dos parâmetros de quem está administrando o tráfico.

Na regra básica do tráfico, o que não se perdoa é a dívida do usuário por muito tempo. Dívida é tolerada só até certo ponto, e alguns administradores fazem com que os seus clientes devedores se tornem revendedores do produto. Mas o problema surge porque esse revendedor

pega algumas buchas de maconha e pedras de crack e, ao invés de vendê-las, as consome. Isso é imperdoável e nesse caso a morte passa a ser inevitável. É assim que se começa a explicar por que grande parte de mortes que rondam o tráfico é de usuários, muitos deles dependentes químicos. O crack foi decisivo nisso, como pude constatar na minha pesquisa, pois o seu consumo gera um grau de dependência química muito grande. Muitos usuários de crack morrem mais assassinados do que por problemas de doenças. A outra traição no mundo do tráfico é em relação ao X-9. Ser X-9 é um dos maiores crimes no mundo do tráfico, pois o delator se torna um informante da polícia, e esse indivíduo, se identificado, não dura muito.

Moralidade do PCC

Agora, em São Paulo, na medida em que o PCC se consolidou, ele impôs uma moralidade para além dessas questões, ou seja, o PCC, enquanto crime organizado, trouxe regras para além do negócio. Isso que é interessante, porque ele se tornou uma referência de lei e ordem em todo o território para resolver todo e qualquer tipo de conflito, como conflitos entre marido e mulher, eventuais problemas na escola, eventuais problemas no que diz respeito a serviços públicos. Assim, o traficante se torna então provedor e, ao mesmo tempo, um moralizador. Por isso o PCC instituiu os tribunais informais para julgamento de infrações diversas ocorridas na comunidade, para além dos conflitos dentro do comércio da droga. Mas eu não diria que isso acontece de maneira generalizada nas cidades. Isso varia de acordo com o perfil do traficante que está na comunidade ou numa certa cidade, o qual pode assumir essa pretensão de referência suprema, mas não é o mais comum nas periferias em geral.

Embora os tribunais do tráfico não estejam generalizados Brasil afora, na medida em que esse fenômeno se consolidar, em que o tráfico for se oligopolizando e se monopolizando — o que pode ser uma tendência ao

longo do tempo —, os conflitos podem diminuir e isso pode resultar numa moralidade instituída. À medida que as facções criminosas vão surgindo e se consolidando, é muito grande a probabilidade de essa moralidade ser levada de dentro para fora da prisão. Isso sim é uma hipótese que, no momento, eu diria que não é tão decisiva, mas que tende e pode acontecer.

IHU On-Line – Qual a atuação do PCC no Brasil? No início do ano, devido aos conflitos que assistimos nos presídios, muitos especialistas disseram que o surgimento de novas facções é uma reação ao poder do PCC, que está se articulando nas regiões de fronteira do país. Como o senhor compreende o surgimento dessas novas facções e suas relações com o PCC?

Luís Flávio Saporì – É inegável que o PCC se expandiu para o Brasil como um todo e que tem pretensões de desenvolver um negócio no atacado da droga, tanto na fronteira do Norte quanto na fronteira do Paraná com o Paraguai. Isso tudo são evidências da própria investigação do Ministério Público de São Paulo, que é a instituição que mais conhece a realidade do PCC. Aliás, o Ministério da Justiça não conhece praticamente nada sobre o PCC, o que inclusive é um problema. O serviço de inteligência no âmbito nacional em relação ao conhecimento do PCC está restrito a alguns policiais federais, mas mesmo assim não existe um corpo de policiais que conheça de fato o PCC, e isso é um problema. Mas, fora isso, é fato que o PCC se expandiu para além do varejo em São Paulo e tem ramificações no atacado da droga, principalmente da maconha e da pasta de cocaína, e não há dúvida que ele passou a ter uma política de recrutamento de novos membros no Norte e Nordeste do Brasil, tanto que gerou essa reação nos presídios de lá. Boa parte dos estados está enfrentando esse problema. Mas o PCC tem também uma forte presença nos estados do Centro-Oeste e uma pre-

sença muito grande nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Paraná — coincidência ou não, existe em Foz do Iguaçu uma fronteira que é central.

Portanto, já não falamos mais só de PCC e Comando Vermelho. Estamos falando de facções que já existem e são identificadas dentro dos presídios, que atingem Ceará, Rio Grande do Norte, Bahia, Amazonas, Pará.

IHU On-Line – E todas elas nascem de disputas com o PCC?

Luís Flávio Saporì – Não. Elas nascem dentro das prisões por conta da má administração dos presídios: quanto mais os presos são relegados a segundo plano, quanto menos assistência eles recebem, quanto mais superlotados são os presídios, quanto mais violência há e quanto mais corrupção existe, maior a probabilidade de emergência de facções criminosas. Foi assim que o PCC surgiu, foi assim que o Comando Vermelho surgiu.

IHU On-Line – O surgimento de novas facções, como a Família do Norte e o Sindicato do Crime do RN, é uma surpresa?

Luís Flávio Saporì – Sim, estamos tendo surpresas em relação ao surgimento de novas facções, e os serviços de inteligência do Brasil são frágeis. Esses serviços deveriam antecipar essas situações, mas não as antecipam e ficamos sabendo do surgimento de novas facções pelos jornais. De qualquer maneira, esses eventos estão revelando um cenário de consolidação de facções criminosas, o que significa que o PCC já não reina sozinho, apesar de ele ter pretensões abrangentes. Está nítido que o CV também parece não se contentar mais com o Rio de Janeiro.

IHU On-Line – Inclusive, no Rio de Janeiro, o CV fechou a Av. Brasil há algumas semanas.

Luís Flávio Saporì – É, infelizmente, com a crise das UPPs o trá-

fico voltou a ter um domínio fortíssimo no Rio de Janeiro, e a situação está se degradando num ritmo aceleradíssimo, destruindo as boas conquistas que tinham sido feitas nos anos anteriores, muito em função da crise fiscal do Rio de Janeiro. Mas o cenário nacional é de facções criminosas surgindo dentro das prisões, e o pior, passando a administrar o crime fora das prisões. Geralmente essas facções surgem dentro das prisões para criar proteções aos presos. Elas surgem como irmandades para que o preso não seja violentado, estuprado, para que não morra facilmente. E isso envolve que o preso ou a família dele pague algum valor para a facção. O problema é que com o tempo essas facções que atuam dentro do presídio começaram a dominar o crime do lado de fora, ou seja, começaram a criar estruturas de poder fora das prisões.

IHU On-Line – E isso implica também a dívida das famílias com as facções?

Luís Flávio Saporì – Sim, implica, sem dúvida, mas essas famílias também são beneficiadas, porque elas recorrem às facções quando um membro da família é morto ou preso, pois é a entidade quem protege a família. Ou seja, essas facções são estruturas poderosas de recrutamento. Elas não podem ser comparadas ainda às máfias, como as máfias italianas, russas ou mesmo as norte-americanas, que têm uma estrutura de organização muito mais sofisticada. Mas essas facções podem se tornar máfias, e nada impede que ao longo do tempo elas se sofisticem na forma de comando, nas regras de convivência, nos mecanismos de lavagem de dinheiro. O que falta é definir com mais clareza a estrutura de comando e qualificação, porque elas são ainda relativamente fragmentadas, pulverizadas em rede, com elos de lealdade estabelecidos de uma forma muito aleatória no espaço.

IHU On-Line – Já há relatos de facções que financiam polí-

ticos, vereadores. Quais são as implicações disso?

Luís Flávio Saporì – Sim, isso acontece. O que não sabemos ainda é em que medida a vinculação dessas facções com o poder público envolve decisões mais centralizadas. Isso pode envolver decisões de criminosos, de traficantes da ponta do varejo, que atuam numa certa cidade, podem envolver uma decisão muito local. Mas, de qualquer maneira, o PCC dá sinais de que já tem uma estrutura de comando relativamente verticalizada, com uma linha de transmissão de informação do comando para a linha de ponta de uma forma relativamente ágil. Quando isso acontece, estamos falando em uma estrutura mais profissionalizada, quase organizacional, e aí está se aproximando da máfia.

IHU On-Line – Dada essa realidade, o que se pode esperar para os próximos anos caso nada seja feito?

Luís Flávio Saporì – Se não fizermos nada a situação vai piorar, as facções vão crescer. O exemplo do PCC tende a acontecer com as outras facções. Por outro lado, conforme as facções crescem isso pode acarretar a estabilização ou até a queda dos homicídios, porque na medida em que há uma oligopolização, ou seja, quando os traficantes do varejo passam a se filiar a facções, as decisões que eles tomam de matar ou não matar passam a depender de autorizações superiores. Então, eles não seriam mais “donos deles próprios” para administrarem somente os seus negócios, porque eles devem prestar esclarecimentos a autoridades superiores.

IHU On-Line – Isso já acontece parcialmente nos presídios, ou seja, há um acordo entre o Estado e os traficantes para reduzir o número de mortes. Mas, de outro lado, quais as implicações dessa aposta?

Luís Flávio Saporì – Sim, isso foi o que aconteceu em São Paulo em

alguma medida. Mas isso não é bom, porque significa que o crime organizado vai se expandir, que a corrupção de policiais, juízes e promotores vai aumentar. Significa ainda cada vez mais sofisticação nos roubos, que passam a ser fundamentais para gerar dinheiro e capital de giro para o tráfico de drogas. Os roubos cinematográficos a que assistimos hoje, como aquele realizado pelo PCC no Paraguai, tendem a acontecer com mais frequência. Além disso, significaria o enfraquecimento do poder público.

O desafio é o fortalecimento do Estado de Direito: o desafio para a próxima década é efetivamente priorizar a segurança pública. O governo federal e os governadores precisam tomar uma decisão, precisam de um grande pacto nacional pela segurança pública; nenhum governador sozinho vai conseguir mudar essa situação.

IHU On-Line – E isso implicaria que tipo de mudança nos presídios especificamente?

Luís Flávio Saporì – Significaria, primeiro, investir nos presídios para melhorar a qualidade dos serviços prestados: tem que dar dignidade ao prédio, ao espaço físico; tem que investir na capacitação dos agentes penitenciários, dar armamento adequado a eles, equipamentos de segurança, capacitá-los; tem que definir protocolos de segurança, porque os agentes precisam saber como trabalhar em situações adversas; também tem que investir em equipamento como bloqueadores de celulares — é inadmissível que boa parte dos presídios brasileiros não tenha esses bloqueadores de celulares. Ou seja, é preciso administrar o sistema prisional da maneira mais básica possível, tirando o controle que os presos têm hoje do sistema prisional. Por isso é fundamental investir na construção de novas unidades. Um presídio como o de Porto Alegre [Presídio Central] é inadministrável. Não tem como recuperar aquela unidade, tem que desativá-la e transformá-la em pequenas novas unidades. Esse

caso de Porto Alegre é sintomático, e em outras cidades brasileiras essa situação também é comum. Tem que ser elaborado um Plano Nacional de Profissionalização do Sistema Prisional, com investimentos diversos em várias frentes ao mesmo tempo. É preciso vagas, qualificação, equipamentos de segurança, melhora dos serviços que se oferece ao preso.

IHU On-Line – No início do ano, por conta da rebelião no presídio do Rio Grande do Norte, muitos especialistas mencionaram as penitenciárias do Espírito Santo como exemplos de boas penitenciárias. Aquele é um modelo adequado ou se fez muita propaganda à época?

Luís Flávio Saporì – Dois estados que fizeram mais ou menos o dever de casa e que estão enfrentando menos crises são Minas Gerais e o Espírito Santo. São Paulo padece do problema do PCC, mas seu sistema prisional não é ruim. Mas Minas Gerais e o Espírito Santo, nos últimos dez anos, fizeram investimentos justamente nessas perspectivas que eu mencionei, de forma técnica, tirando presos que estavam em delegacias – muitos estados brasileiros ainda têm carceragem em delegacias e ainda existe muito policial cuidador de preso. Isso tem que acabar. É preciso qualificar equipes de agentes, assessores jurídicos, equipes médicas e de educação dos presídios, tem que oferecer mais oportunidade de trabalho ao preso, tem que fazer parceria com empresas. Minas Gerais e o Espírito Santo fizeram isso. Não é nada maravilhoso, mas são os melhores sistemas penitenciários que existem no país.

O sistema penitenciário do Rio Grande do Sul era modelo até dez anos atrás, era referência brasileira, mas depois se deteriorou. Os governadores pararam de investir nos presídios em função das questões fiscais do estado, e aí deu no que deu. O que era bem gerenciado, tecnicamente gerenciado, referência de gestão para o Brasil agora, agora é palco de desmandos e de superlotações de facções.

IHU On-Line – Muitos defendem a privatização dos presídios. Isso seria uma saída ou que outros modelos seriam eficientes?

Luís Flávio Saporì – Eu não gosto da privatização pura e simples, como os americanos fazem ao entregarem o presídio para uma empresa e deixá-la administrar. Prefiro o modelo inglês, que é baseado na perspectiva da parceria público-privada, que é diferente: não se trata de entregar o presídio para o empresário ou para a empresa para que ela possa lucrar da maneira que bem entender. A parceria público-privada prisional é um modelo de privatização lastreado num contrato muito sofisticado de parceria do poder público com a empresa que prestará o serviço. Primeiro, é a empresa que tem de construir a prisão, e é ela que administra a prisão em alguma medida. O poder público pode até colocar os agentes armados nas guaritas, mas os agentes internos de saúde, educação e assistência são pagos pela empresa gestora. Ela ganha dinheiro pelas vagas que oferece, e não pelo número de presos. Assim, a empresa não vai ganhar mais ou menos se o presídio estiver superlotado ou não. O contrato é definido pelo número de vagas e ela é remunerada mensalmente com um valor máximo a partir do número de vagas oferecido. Para tanto, ela tem que cumprir uma série de indicadores de qualidade e é isso que me parece interessante: se ela não atingir os parâmetros de excelência dos indicadores, a remuneração vai baixando e a lucratividade dela diminui.

Esse modelo inglês foi implantado no Brasil apenas no Complexo de Ribeirão das Neves, em Minas Gerais, onde existem dois mil presos, com três unidades, duas de regime fechado e uma de regime semiaberto. Eu tenho acompanhado esse modelo mais de perto e faço a avaliação de que ele funciona bem, porque a qualidade do serviço prestado é inigualavelmente melhor do que qualquer outra unidade pública.

IHU On-Line – E nesse modelo há maior probabilidade de reduzir o surgimento de facções?

Luís Flávio Saporì – Sim. Não tem como surgir facção nesse modelo, porque a facção só surge quando o preso está abandonado. O Estado não dá sabonete, as celas dos presos são imundas, os agentes muitas vezes são corruptos e violentos, os presos se matam o tempo todo, o estupro é disseminado e, portanto, as facções nascem para garantir a proteção do preso. Na medida em que melhor se administra o presídio e se cumpre a lei de execução penal e quanto mais dignidade se dá ao preso, não há como surgir facções criminosas, porque o controle é rígido. Isso é melhor do que o sistema convencional.

IHU On-Line – Ao longo da entrevista o senhor mencionou que as UPPs tiveram sucesso enquanto funcionaram. O que aconteceu para que elas deixassem de ser efetivas? A ineficiência está relacionada à crise fiscal do Rio de Janeiro?

Luís Flávio Saporì – Entendo que a UPP é um projeto que apresentou sucesso e várias pesquisas mostram que houve resultados expressivos não somente em relação à diminuição de roubos e homicídios nas comunidades, mas melhorou a qualidade de vida dos moradores, a percepção deles em relação à segurança, houve maior dinamismo econômico, ou seja, houve ganhos sociais, econômicos e de segurança. Diria que cientificamente não há como negar o sucesso da UPP.

Entendo que a decadência decorre da crise fiscal porque o Rio de Janeiro faliu nos últimos quatro anos e essa falência tem deteriorado todos os serviços sociais do estado, porque o que acontece com a UPP está acontecendo nos hospitais públicos, nas escolas públicas e nos serviços providos pelo governo estadual. Na prática isso significa que os policiais estão desmotivados, porque os salários estão muito atrasados, e, quando se

perde motivação, a qualidade do serviço diminui. Por fim, a ausência de uma referência no governo do estado e a saída do secretário José Beltrame significaram uma perda de referência da UPP.

A gestão da UPP se deteriorou e a polícia militar do Rio de Janeiro perdeu o controle da situação. Tanto que o nível de confrontos e de mortes entre policiais e traficantes nas favelas voltou a crescer nos últimos anos, o que estava em declínio: nos últimos três anos os níveis de homicídios no Rio de Janeiro estavam caindo de forma impressionante se comparados aos últimos vinte anos. Portanto, não diria que há um fracasso do modelo, mas o modelo está fracassando por conta da crise fiscal. Nesse sentido, a perspectiva do confronto voltou a ser adotada. Eu lamentaria completamente se decretassem o fim das UPPs. É preciso retomá-la fazendo as correções dos erros, porque a lógica básica da UPP é a da polícia comunitária no bairro, tendo uma relação com o morador, o que é central.

IHU On-Line – Nas últimas semanas, a ação do prefeito João Doria na Cracolândia foi muito comentada na internet. Qual sua avaliação do modo como ele fez a intervenção no local?

Luís Flávio Saporì – O prefeito Doria paga o preço pela excessiva exposição dele nas redes sociais. Além do mais, ele errou ao achar que com essa ação a Cracolândia tinha acabado, ou seja, ele está se precipitan-

do ao tomar essas medidas, porque ele quer resultados rápidos. Isso é um problema, porque os resultados não são o que ele está dizendo que são. Entretanto, eu diria que ele está certo na metodologia, na virtude e na coragem que teve de enfrentar o problema: ele combinou ação policial num primeiro momento e atuação da área social, médica e da saúde pública num segundo momento.

Num primeiro momento — e essa ação é meritória — era preciso desmontar a Cracolândia do modo como ela existe em São Paulo, porque aquilo é um espaço urbano completamente deteriorado, desumano; aquilo é para mim a expressão máxima de agressão dos direitos humanos. Manter a Cracolândia é negar a humanidade das pessoas que vivem ali. Portanto, eu não vejo a ação do prefeito como higienização. Aliás, esse discurso da higienização é perverso, perigoso, é um discurso de agressão aos direitos humanos, ou seja, é um discurso que está negando a humanidade do dependente químico. A operação de desmontagem da Cracolândia foi um sucesso: prenderam traficantes, apreenderam drogas e armas de fogo e os usuários não foram presos, nem houve massacre de usuários como alguns estão dizendo. A lógica foi desmontar o tráfico e espalhar os usuários, e era inevitável que grupos de usuários fossem se espalhar pelos quarteirões vizinhos.

Em segundo lugar, o prefeito está certo em querer reurbanizar aquela região; tem que fechar aqueles hotéis que estavam servindo para ser-

viços diversos, como a prostituição e venda de drogas, porque o tráfico dominou aquela região.

O desafio agora não é mais policial, e a abordagem deve se dar do modo como eles começaram a fazer, ou seja, oferecendo assistência aos dependentes químicos. Doria está se conscientizando que esse processo não será rápido, e é um erro ele achar que poderá fazer internação de usuários à força. Ele errou ao solicitar uma autorização judicial para a prefeitura determinar quem seria compulsoriamente ou não internado. Tem que fazer as equipes multidisciplinares abordarem os usuários e oferecerem tratamento àqueles que querem recebê-lo, e esse tem que ser um processo diário, ininterruptamente. É fundamental essa articulação da prefeitura com o governo estadual a partir do Projeto Recomeço, que é coordenado pelo professor Ronaldo Laranjeira. Esse parece ser um programa muito melhor do que o programa anterior, do governo Haddad, porque o Projeto de Braços Abertos visava exclusivamente à redução de danos e era incapaz de resolver o problema da Cracolândia.

Agora, o Doria tem que se conter na pressa, na ansiedade, deixar que as áreas da saúde trabalhem, e parar de fazer discurso demagógico, porque a Cracolândia está espalhada e não vai acabar tão facilmente. Mas ao mesmo tempo ele tem o grande mérito de ter acabado com o maior foco de agressão aos direitos da cidade de São Paulo. Aquilo ali era um acinte a qualquer cidadão que defende os direitos humanos. ■

Leia mais

- **A violência brasileira não é mais produto da miséria e da pobreza; tem origem na fragilidade moral da sociedade.** Entrevista especial com Luis Flávio Saporì, publicada nas Notícias do Dia de 8-7-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2slyHNw>.

- **Sistema prisional brasileiro é o primo pobre da segurança pública.** Entrevista especial com Luís Flávio Saporì, publicada nas Notícias do Dia de 8-11-2013, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2rsGmlm>.



A conexão entre a cadeia e a periferia no aprisionamento das famílias

Juliana Melo observa que grupos de crime organizado se apropriam dos vazios do Estado, que, por inércia, ainda reitera o poder de facções sobre as vidas dentro e fora das penitenciárias

João Vitor Santos

Os coletivos de grupos de crime organizado têm seus tentáculos espalhados pelos diversos espaços na geografia da metrópole, mas é na periferia e dentro do sistema carcerário que estabelecem seu quartel general. Isso não é dado ao acaso. “As redes prisionais e do crime costumam se apropriar, preferencialmente, de espaços e de pessoas vulneráveis que, devido à falta de alternativas, passam a ver no tráfico e na prática de atividades ilegais uma possibilidade de reconhecimento”, aponta a antropóloga Juliana Melo. Segundo ela, a política de criminalização das drogas é outro elemento significativo nessa equação. “Além da disputa por territórios, por pessoas e recursos que estão fora e dentro da prisão, as organizações criminosas disputam a hegemonia do sistema prisional”, completa, em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**.

Assim, como o Estado de fato não se faz presente, acabam presos não só “criminosos”, mas toda a família. “As mulheres são as que lutam constantemente pela humanização dos seus parentes e o fazem oferecendo acolhimento du-

rante as visitas, lutando por direitos e denunciando violações, bem como cuidando dos negócios, das crianças e daqueles que ficam nesse espaço liminar entre a rua e a prisão”, explica Juliana. Ou seja, nessa luta por dignidade para o detento e para manter a família, elas se veem envoltas na teia das facções. “Se muitas delas já eram vulneráveis antes da prisão de seus maridos ou filhos, ficarão mais vulneráveis ainda quando seus parentes estiverem presos, pois precisarão sustentar a ‘casa’ do lado de fora e garantir a vida de seus parentes na prisão”, sintetiza a antropóloga.

Juliana Melo é doutora em Antropologia Social, com estágio pós-doutoral pela Universidade de Brasília – UnB, onde pesquisou a situação de mulheres presas por entrarem na prisão portando drogas. Atualmente é professora adjunta do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Desde janeiro de 2017, vem apoiando familiares de presos após o massacre de Alcaçuz¹ e aprofundando o debate sobre a relação entre justiça e criminalidade no país.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Quais são e como compreender a lógica de grupos de crime organizado

1 Em janeiro de 2017, houve uma rebelião penitenciária de Alcaçuz, na região metropolitana de Natal, no Rio Grande do Norte, que resultou em muitas mortes de detentos. O IHU publicou diversos textos sobre o episódio nas Notícias do Dia, no seu sítio. Entre eles *Penitenciária do Rio Grande do Norte vira campo de guerra em contagem regressiva*, reproduzida em 18-1-2017, disponível em <http://bit.ly/2s9mDIn>; e *Crise em Natal chega às ruas com ataques a ônibus após transferência de presos*, reproduzida em 19-1-2017, disponível em <http://bit.ly/2qXyEHC>. Leia mais sobre o tema em ihu.unisinos.br/maisnoticias/noticias. (Nota da IHU On-Line)

que atuam no Norte do Brasil? De que forma se inserem nas regiões mais periféricas das cidades?

Juliana Melo – E difícil compreender a lógica dos grupos de crime organizado no Brasil e mais difícil precisar quantos seriam exatamente, pois esses grupos se constituem a partir de alianças, “contratos tácitos” e rupturas que se diferenciam

no tempo e regionalmente. A questão é bastante dinâmica e envolve redes complexas que, inclusive, podem (ou não) estar distantes geograficamente. Em geral, contudo, o surgimento de facções criminosas está diretamente vinculado à situação prisional, e o embrião de formação de grupos como o Comando Vermelho ou o Primeiro Comando da Capital nasce de situações de opressão

extrema vivenciadas em prisões do Rio de Janeiro e São Paulo, especificamente. A formação desses grupos expõe a falência do sistema prisional e surge como resultado disso. É também uma estratégia usada pelos presos especialmente para denunciar maus-tratos, violações e desrespeito para com seus familiares de modo geral, sobretudo durante as revistas vexatórias.

Aqui no Rio Grande do Norte, por exemplo, antes de acontecer o massacre do dia 14 de janeiro no Presídio de Alcaçuz, os presos tinham feito uma greve de fome reivindicando melhores condições e denunciando maus-tratos para com eles e suas famílias. Suas queixas, porém, não conseguiram romper os muros prisionais e chamar a atenção da sociedade local – ao contrário dos episódios que envolveram a decapitação e o esquartejamento de pessoas durante o massacre de janeiro. Ou seja, nesse caso, a violência serviu também como uma forma de comunicar algo e foi possibilitada pela organização em torno de um “comando”, de um “grupo” com maior poder de resposta e capacidade de reação a um sistema que classificam como de opressão. Assim, o fato de se organizarem e deterem condições de realizar ataques a ônibus e assaltos a carros-fortes pode ser visto como uma reação e demonstra o poder de força e de organização de indivíduos que se unem em busca de melhores condições de vida e pelo seu reconhecimento, bem como de suas famílias, como pessoas dignas.

Por outro lado, em um momento que o crime ganha feições empresariais, fazer parte de uma facção significa ter poder e lutar pela disputa por territórios, recursos, rotas de fuga e pela gestão dos próprios ilegalismos e dos lucros que proporcionam. A política de criminalização e de “guerra às drogas” é parte fundamental dessa estrutura, pois grande parte dos recursos advindos das atividades criminosas provém do tráfico e da política de criminalização das drogas, sendo que muitos “soldados do crime” enxergam no tráfico não

só uma possibilidade de emprego, mas também de reconhecimento como gente, por poder usar roupas de marca, “ostentar”, usar uma arma na cintura e ser disputado por inúmeras mulheres. Em determinadas situações, por outro lado, fazer parte de um grupo criminoso é também a possibilidade de ter proteção em determinadas situações. Como é possível perceber entre membros do PCC, se uma pessoa vinculada ao grupo é presa e se pagou as mensalidades e foi batizada como “irmão”, pode ter acesso a um advogado de defesa ou pedir ajuda material para a família no lado de fora. Desse modo, as organizações criminosas parecem se configurar como uma espécie de guarda-chuva que abriga um número cada vez maior de pessoas em situação de vulnerabilidade, garantindo-lhes, ainda que momentaneamente, maneiras de conseguir recursos necessários para a reprodução da vida, para a “ostentação”, mesmo que momentânea, e proteção para si, quando inserido na prisão, e para os familiares, que estão do lado de fora.

Natal, RN

No caso de Natal, especificamente, a formação e o fortalecimento do Sindicato do Crime² estão diretamente vinculados a toda essa conjuntura e resultam, também, de um rompimento de um contrato tácito entre o Comando Vermelho e o Primeiro Comando da Capital no ano de 2005. A partir do rompimento dessa aliança, que estabelecia certas regras e determinava territórios de atuação para cada grupo e seus aliados, passou a haver uma intensa disputa pelo mercado do crime e grupos minoritários que, se antes conviviam entre si, passaram a disputar os mesmos territórios e recursos e a se matar mutuamente. Nesse processo, como pude observar em Natal, amigos que antes realizavam práticas em conjunto passam a

ser rivais e essa situação se expande em espirais que afetam todos, inclusive seus familiares.

Aliás, no caso específico do Sindicato do Crime, além de ser uma reação ao sistema como um todo, estamos diante também de uma reação dos grupos locais à expansão das redes do PCC no Estado, aqui considerado como o “talibã do crime” por cobrar altas mensalidades e por levar às últimas consequências os deslizes cometidos como, por exemplo, usar crack.

Do mesmo modo, se em janeiro de 2017 o governo do RN não reconhecia a presença do Sindicato do Crime, hoje o grupo ocupa um lugar central no discurso midiático. Assim sendo, é possível que futuramente o grupo deixe de existir ou que tenha sua organização fortalecida. Rupturas, por outro lado, podem dar origens a cisões e inclusive novos grupos. Ou seja, é muito difícil definir quantas organizações e quais são essas organizações, pois estamos diante de processos extremamente dinâmicos e complexos, quando envolvem a situação prisional; a busca de reconhecimento por pessoas que estão inseridas nos lixões urbanos, que são nossas periferias, prisões e centros socioeducativos; processos pela disputa de territórios e recursos advindos do tráfico de drogas e outras atividades ilegais altamente lucrativos e disputados. Ainda que estejamos diante de histórias variáveis e vinculadas a eventos particulares (como a relação entre o PCC e o Massacre do Carandiru³, por exemplo), é possível evidenciar como as organizações estão ocupando e se nutrido nos espaços de miséria deixados pelo Estado.

IHU On-Line – Quais as particularidades desses grupos do Norte brasileiro em relação a outros baseados mais no Sudeste, como Comando Verme-

² **Sindicato do Crime:** é uma organização criminosa que atua dentro dos presídios e redutos de narcotráfico do Rio Grande do Norte. Assim como outras organizações do Norte e Nordeste do país, foi criada como reação ao controle exercido pelo Primeiro Comando da Capital (PCC) nas atividades do tráfico. Em março de 2016, em uma série de rebeliões dentro dos presídios e atos de violência nas ruas de Natal, os membros do PCC foram reduzidos de 300 para 200. (Nota da **IHU On-Line**)

³ **Massacre do Carandiru:** ocorreu no Brasil, em 2 de outubro de 1992, quando uma intervenção da Polícia Militar do Estado de São Paulo, para conter uma rebelião na Casa de Detenção de São Paulo, causou a morte de 111 detentos. (Nota da **IHU On-Line**)

Iho - CV e Primeiro Comando da Capital - PCC?

Juliana Melo – Em geral, o *modus operandi* desses grupos parece bastante semelhante, ainda que se afirmem como variados e que se diferenciem em termos de organização, captação de recursos e inserção social. É comum ainda que todos esses grupos tenham um Estatuto e definam não só regras morais que cabem a todos os membros de uma ou outra facção, mas também que organizem uma rede de relações fundamentadas na ideia do parentesco. Assim, se há um “comando”, esse comando está organizado em torno de uma rede de “irmãos”, “primos”, “cunhados” e assim sucessivamente. É comum ainda que esses grupos elaborem discursos imagéticos que visam destruir a reputação do outro e encontrar uma justificativa moral para a adesão (ou repúdio) de determinados grupos ou organizações.

Nesse sentido, se considerarmos o que aconteceu depois do massacre em Alcaçuz há pessoas vinculadas ao Sindicato do Crime que afirmam que o PCC aceita, localmente, pessoas que cometeram crimes sexuais, o que reputam como uma das práticas criminais mais ofensivas e reprováveis. Nesse sentido, é como se os membros do PCC não “andassem pelo certo”. Isto mostra que aderir a uma facção ou outra não envolve apenas uma questão estratégica e pragmática, mas também valores morais que são defendidos (ou não) por membros dessas organizações a partir de estatutos, “salves” e modos de proceder considerados corretos.

Não obstante, paradoxalmente, é importante notar que essas imagens são construídas mutuamente e estão o tempo todo sendo disputadas entre os membros de diferentes grupos ou organizações. Assim, se os membros do Sindicato do Crime acusam membros do PCC de aceitarem pessoas que cometem crimes sexuais em Natal, é comum ouvir esse mesmo discurso entre membros do PCC que falam sobre os “soldados” do Sindicato. A estratégia de desumanização do outro, por

esse princípio, é semelhante.

Por outro lado, tanto em um grupo como em outro, a violência e a habilidade para o uso da força são fundamentais para garantir a liderança de determinadas pessoas. Desse modo, como posso comprovar localmente, tanto o PCC como o Sindicato do Crime adotam práticas de execução, esquartejamentos e decapitações que são semelhantes entre si e usam essas práticas para demonstrar e medir forças entre si e com o governo. Ademais, ambos os grupos estão fazendo uma gestão da miséria e se fortalecendo a partir de situações que envolvem a criminalização da pobreza, a falta de acesso à justiça e a seletividade penal e policial. Isto é, embora não seja uma pesquisadora de facções como o PCC e o Comando Vermelho particularmente, acredito que – a despeito de diferentes capacidades de organização, captação de recursos e de armas, por exemplo – as estruturas são semelhantes e tendem a se reproduzir em diferentes organizações.

IHU On-Line – Como se dão as disputas entre a polícia e os grupos organizados locais e outros grupos que visam inserir-se na região? E como o sistema carcerário se insere enquanto ingrediente nesse cenário de disputas?

Juliana Melo – As disputas entre grupos organizados se dão de diferentes formas, mas sempre associadas a questões de ordem mais estrutural. As redes prisionais e do crime costumam se apropriar, preferencialmente, de espaços e de pessoas vulneráveis que, devido à falta de outras alternativas, passam a ver no tráfico e na prática de atividades ilegais uma possibilidade de reconhecimento e de obtenção de uma vida digna tendo em vista os parâmetros definidos em nossa sociedade de consumo.

A política de criminalização das drogas e da pobreza no país, por outro lado, alimenta o tráfico de drogas e de armas (consequentemente) e

perpassa a organização desses grupos em diferentes sentidos e contextos. Além da disputa por territórios, por pessoas e recursos que estão fora e dentro da prisão, as organizações criminosas disputam a hegemonia do sistema prisional. Ora, no ambiente prisional são aglutinadas pessoas consideradas indignas, tratadas de forma indigna e oprimidas tanto pelos sistemas de justiça criminal como também por outros presos. Embora tenham que pagar por seus crimes com a pena da privação de liberdade, muitas têm seus direitos humanos elementares violados sistematicamente na prisão e são submetidas a um contexto de humilhação e ociosidade.

Abandonados nos caldeirões do diabo superlotados que são nossas prisões, principalmente os “novatos” precisam aprender rapidamente as estratégias para sobreviver na prisão e ao mesmo tempo manter suas famílias (e vice-versa) em segurança do lado de fora. Afinal, se o Estado, com suas práticas inquisitoriais, macula direitos individuais e coletivos, é comum que os presos vivenciem situações de opressão e violência por parte de seus próprios companheiros na prisão. Nesse sentido, e diante dos absurdos do sistema prisional brasileiro (que inclusive já colocou uma mulher em uma cela com 35 homens), é comum que os presos precisem adotar estratégias para que permaneçam vivos na prisão, o que, às vezes, significa aderir a um grupo ou outro.

Por outro lado, os presos são deixados à própria sorte e são eles os responsáveis pela sua socialização e realização de trabalhos essenciais no interior do presídio (como a distribuição de alimentos, de remédios e de informações). Essa situação também fortalece as organizações criminosas e dá espaço para que se constituam. Além disso, em nossos presídios, encontramos desde pessoas que não foram julgadas a pessoas que são *serial killers*, que passam a conviver e trocar experiências entre si. Para aqueles que chegaram agora na prisão, se são vistos como não

“malandro”, os desafios podem ser piores, pois podem ser oprimidos e obrigados a assumir crimes que não realizaram, entre outras questões.

Complementa o quadro o fato de que há um número crescente de pessoas que são presas com pouca quantidade de drogas e classificadas como traficantes, já que a Lei anti-drogas de 2006 não tipificou o que caracterizaria o tráfico de drogas e o seu uso apenas. Ao contrário de uma política de saúde pública, a resposta ao tráfico é o aprisionamento e a punição. Como resultado, tivemos um aumento de quase 30% de “traficantes” presos nos últimos 11 anos. Porém, muitos eram e são apenas usuários de drogas e, em alguns casos, dependentes químicos. Para esses a situação é ainda mais delicada, pois precisaram lidar com a dependência química e transformar-se em robôs que fazem “qualquer coisa” em troca de drogas.

em maior densidade e evitar reiterar essas dinâmicas através de uma postura omissa em relação ao sistema prisional como um todo.

“Soldados do crime enxergam no tráfico não só uma possibilidade de emprego, mas também de reconhecimento como gente”

facções rivais, o Estado e a sociedade como um todo.

Assim sendo, a regulamentação desse mercado, somada a uma política de desencarceramento daqueles que ainda não foram julgados e que cometeram crimes de menor potencial ofensivo, seria uma estratégia fundamental para reverter esse quadro. Poderia, assim, promover mudanças significativas nas dinâmicas atuais que favorecem, em diferentes regiões do país, as facções criminosas.

Norte e Nordeste

O crime organizado no Norte e no Nordeste, assim como em outras partes do país, está diretamente vinculado a essas questões e diz respeito centralmente às falências estruturais do sistema de justiça criminal, à degradação de nossas prisões e à disputa pelo mercado e redes do tráfico. É preciso considerar ainda noções que envolvem o conceito de honra e virilidade, bem como estar atentos a disputas simbólicas. No caso de Natal, membros do Sindicato dizem estar defendendo o território em que se vive e de suas famílias e, nesse sentido, afirmam que estão se organizando para impedir a expansão de grupos criminosos “de fora” que, com suas regras e hierarquias, tentam impor um modelo de sociabilidade específico e colonizar o crime local. Nesse sentido, por exemplo, cobram mensalidades muito caras para o contexto local e querem tomar à força o espaço dos “irmãos”.

IHU On-Line – Qual o papel da família e das mulheres nas periferias dominadas por organizações associadas ao tráfico de drogas, essencialmente nos contextos em que muitos homens estão presos?

Juliana Melo – O papel das famílias e das mulheres é fundamental na condução da vida tanto nas áreas da periferia quanto no sistema prisional. As mulheres, aliás, são verdadeiras guardiãs de seus parentes, sejam esposos, filhos, pais e irmãos,

Fortalecimento dos grupos pelo Estado

Vale dizer, ainda, que, em determinadas situações, é o próprio Estado que impõe e fortalece a identificação desses grupos. Novamente, se considerarmos o que aconteceu em Alcaçuz, percebemos claramente como pessoas que antes não eram filiadas a uma facção ou outra estão sendo cooptadas para fazerem parte de uma facção e, de fato, precisaram fazer isso para se manterem vivas nos primeiros dias de massacre, quando foram deixadas para que se matassem mutuamente. Hoje, estão separados pela própria Direção do Presídio em alas a e b, identificadas como sendo do PCC e Sindicato, o que significa ignorar os evangélicos e os membros da massa, isto é, que não se identificam com nenhuma facção.

O quadro, como um todo, favorece a organização dos grupos criminosos e demonstra como há uma relação de continuidade direta entre o mundo da prisão e o mundo fora das prisões. Há inúmeras formas de cooptar cada vez mais pessoas para fazer parte dessas organizações criminosas, cabendo analisar a questão

IHU On-Line – De que forma é possível compreender a lógica de cooptação das comunidades que vivem nas periferias das cidades do Norte e Nordeste por parte de grupos associados ao crime organizado?

Juliana Melo – A desigualdade social não é determinante para que uma pessoa seja considerada um criminoso ou não. Todavia, a falta de políticas de inclusão social e de uma educação cidadã, aliada a uma justiça que é seletiva e desigual, voltada para a captura de pessoas pobres, negras e periféricas e que reconhece que as pessoas executadas em nossas favelas e comunidades são apenas “traficantes”, bem como reitera o mito de que “bandido bom é bandido morto”, constitui um terreno favorável para a reprodução e fortalecimento de organizações criminosas no Brasil. Como falei anteriormente, acredito ainda que a política de guerra às drogas vigente em nosso país contribui para que esses “bens” tenham um preço elevadíssimo no mercado e fomenta a reprodução de um quadro de guerra que envolve

e não desistem deles quando estão na cadeia, nem mesmo quando são ameaçadas em sua integridade física e emocional. Como venho observando no meu contato com parentes de presos de Alcaçuz nos últimos meses, pude perceber que as mulheres são as que lutam constantemente pela humanização dos seus parentes e o fazem oferecendo acolhimento durante as visitas, lutando por direitos e denunciando violações, bem como cuidando dos negócios, das crianças e daqueles que ficam nesse espaço liminar entre a rua e a prisão.

Se os presos estão sendo ameaçados de morte, elas se postam diante dos presídios e fazem vigílias mesmo que levem spray de pimenta no rosto e sejam ameaçadas com balas de borracha. Se os presos comem uma comida que nem os porcos apreciariam, elas se dedicam a cozinhar algo que possa fazer com que eles se sintam momentaneamente em casa e minimamente confortados. Se seus maridos e filhos estão fedendo por falta de acesso a produtos de higiene, elas os abraçam no dia de visita e os chamam de “amor”, de “guerreiros”. Se direitos de seus parentes presos são sistematicamente violados, elas se mobilizam para ir aos órgãos competentes e lutar pela efetivação dos direitos, afirmando que na “prisão tem pai de família, que na prisão tem gente que tem família”. Ou seja, as famílias e especialmente as mulheres têm um papel central da humanização daqueles que são constantemente animalizados na prisão. Elas são centrais nesse processo de estar, sobreviver e tentar sair da prisão.

Garantia de sobrevivência na cadeia

Se há essa dimensão de ordem subjetiva e moral, que acaba configurando padrões de gênero específicos, as famílias e as mulheres são também centrais para a sobrevivência dos presos na prisão, pois são elas que possibilitam que tenham acesso a uma escova de dentes, a um sabonete, a um lençol e assim sucessivamente. A vida na prisão, aliás, é

muito cara, justamente porque o Estado não provê o mínimo. Por deixar que os presos conduzam atividades como a de entrega de comida e de remédios, as famílias assumem um papel central para fazer essa economia da miséria circular. Assim, um único cigarro, na prisão, pode ser vendido por mais de 5 Reais e, invariavelmente, há preços estabelecidos para você dormir em um local melhor, ter direito a uma cama e assim sucessivamente. Nesse sentido, se as mulheres são centrais para “puxar cadeia junto”, é comum que se tornem ainda mais vulneráveis do que já são quando seus parentes são presos.

Aprisionamento das famílias

Aliás, durante minha pesquisa de Pós-Doutorado junto às mulheres presas por levarem drogas para a prisão na condição de visitantes no Presídio Feminino do Distrito Federal, percebi como nenhum preso vai preso sozinho. É comum encontrar não somente famílias inteiras presas, como também observar que essa condição pode perpassar diferentes gerações. As mulheres e as crianças, nesse sentido, parecem se constituir como a parte mais vulnerável do sistema. Se muitas delas já eram vulneráveis antes da prisão de seus maridos ou filhos, ficarão mais vulneráveis ainda quando seus parentes estiverem presos, pois precisarão sustentar a “casa” do lado de fora e garantir a vida de seus parentes na prisão, que é muito onerosa. Muitas só terão como fazer isso assumindo as “bocas” deixadas por seus maridos, e grande parte delas será capturada pelo sistema e aprisionada, o que deixará ainda mais vulneráveis seus filhos, muitas vezes crianças e menores de idade.

Trata-se, portanto, de um ciclo sem fim e que tem contribuído para o vertiginoso crescimento das taxas de encarceramento feminino no Brasil. É bastante sintomático que aproximadamente 70% da população feminina aprisionada esteja associada ao tráfico de drogas, embora ocupem, em grande medida, os papéis hierárquicos mais baixos, qual seja, os de

“mulas”, que são as primeiras a serem descartadas nas redes do tráfico. O paradoxal, aliás, é que, a despeito de todos os seus esforços para “zelar pela família” e “humanizar seus parentes presos”, uma vez presas, são completamente abandonadas.

“Estamos diante de processos extremamente dinâmicos e complexos”

IHU On-Line – Em que medida podemos considerar que o vazio do Estado, a morosidade da Justiça e a ineficácia do sistema carcerário contribuem para o fortalecimento do chamado “poder paralelo” nas comunidades de periferia?

Juliana Melo – O vazio do Estado ou, antes, a falta de políticas sociais inclusivas e apenas focadas na criminalização da pobreza e das drogas, está diretamente vinculado ao fortalecimento do poder paralelo. As facções se alimentam da gestão da miséria deixada pelo Estado e se alimentam de um mito que associa justiça e punição e que se espalha nas áreas de periferia e em nossas prisões. A sensação de impunidade e a desconfiança em relação aos mecanismos de justiça oficiais também são parte desse processo, assim como a seletividade policial e a forma como policiais entram nas periferias e nas prisões, tratando pessoas despossuídas como não dignas. Tudo isso corrobora para esse processo de fortalecimento de um poder paralelo que não apenas disputa o acesso a territórios e bens extremamente valiosos, como as drogas ilícitas, mas também oferece uma alternativa de reconhecimento para que determinadas pessoas, ainda que por um breve período de tempo, se sintam como “gente”. A violência policial, a

execução de companheiros e de “irmãos do crime”, que é parte desse cotidiano, também alimentam ciclos de ódio, marcados pelos sentimentos de honra e vingança que se espalham socialmente.

Entretanto, é preciso que se considere um fato: se prendemos muito no Brasil (já somos uma das maiores populações carcerárias do mundo), prendemos mal. Isto é, prendemos muitos “soldados” e os transformamos em chefes do tráfico nas prisões pela falta de estrutura delas, bem como não investimos nos serviços de inteligência e na investigação de crimes de homicídio e de estupro, por exemplo. Esse quadro, somado ao vazio do Estado, à morosidade e seletividade da Justiça, e aliado à falência estrutural do sistema prisional, são ingredientes centrais para explodir o barril de pólvora.

do crime impõe, há um processo constante de captura dessas pessoas pelas redes do crime, do tráfico, o que culmina no quadro de superencarceramento que vivenciamos atualmente. Nesse sentido, um menino negro morador da favela, desde que nasce, é representado como um potencial bandido e será remetido diversas vezes a essa condição quando seu direito à inclusão em uma boa escola for negado; quando for espancado pela polícia sem motivos aparentes devido à sujeição criminal; quando for levado à prisão sem julgamento ou acompanhamento jurídico adequado; quando vir seus parentes próximos serem mortos e executados sem que as “forças da lei” sejam implementadas.

Todas essas questões estão intimamente relacionadas e precisam ser avaliadas se queremos compreender minimamente as dinâmicas do crime organizado e o crescimento da violência em nossas cidades.

IHU On-Line – A senhora também trabalha com territórios indígenas. Que associações são possíveis fazer entre a ineficiência do Estado em reconhecer e garantir os direitos dos povos originais e a constituição das comunidades pobres de periferias das cidades do Norte e Nordeste?

Juliana Melo – No meu caso, a pesquisa com populações indígenas sempre esteve vinculada à luta por direitos territoriais e de reconhecimento. Em minhas experiências etnográficas junto a povos indígenas, sobretudo em processos de regularização territorial, pude comprovar *in loco* situações marcadas pela violação de direitos e por dramas humanitários diversos. Também pude perceber a falta de acesso à educação, à saúde, à dignidade de populações indígenas inteiras. Percebi ainda problemas surgidos em virtude de processos de urbanização e inserção de índios na cidade. Em minha pesquisa com os Baré urbanos em Manaus

ou com os índios Karajá da cidade de Aruanã, em Goiás, pude ver a “captura” de diversos indígenas para redes que envolvem a criminalidade, prostituição, drogadição e até vivenciei casos de execução e abandono de crianças.

Em Manaus, também percebi que indígenas passavam a fazer parte das “galeras”, e em Aruanã, os índios mestiços, não aceitos nem na cidade, nem na aldeia, eram representados como marginais e eram figuras “carimbadas” nas cadeias locais. Embora não tenha estudado o caso, há relatos de indígenas, sobretudo no Norte do país, que estão inseridos em rotas do tráfico de cocaína internacional e estão ficando à mercê de organizações criminosas e/ou sendo cooptados por essas redes. Aliás, há um grande número de indígenas presos e essa é uma pesquisa que precisa ser realizada em profundidade, cabendo notar que não existe um censo a esse respeito (as prisões não identificam os indígenas e muitos se negam a dizer que são índios para não serem ainda mais marginalizados).

Se existem essas correlações, bem como é possível constatar a presença de indígenas em prisões brasileiras, cabe notar que há uma relação de imagens estereotipadas sobre pessoas privadas de liberdade e indígenas que precisa ser observada e que as vincula. Ambos os grupos são remetidos à condição de marginalidade, o que justifica a sujeição a situações marcadas pela violação de direitos elementares. Por outro lado, no âmbito desse imaginário, tanto as prisões como as aldeias indígenas são vistas como lugares distantes e exóticos. São também lugares perigosos que despertam a curiosidade, mas não sustentam o desejo em um conhecimento mais aprofundado. Em maior ou menor grau, por outro lado, tanto indígenas como presos parecem estar mais próximos de uma condição de animalidade e não humanidade – o que justifica o tratamento indigno a eles destinado em nosso país e

“As mulheres são verdadeiras guardiãs de seus parentes”

IHU On-Line – A senhora trabalha com pesquisa etnográfica nos ambientes do Judiciário e do sistema carcerário. O que essas incursões nesses campos lhe têm revelado e de que forma contribuem para a compreensão do contexto da vida nas periferias?

Juliana Melo – Há uma relação direta entre desigualdade social, sistema carcerário e acesso à Justiça no Brasil. A seletividade da Justiça brasileira, assim como da polícia no Estado, somada a um processo de criminalização da pobreza, está na base dessa construção e ajuda a transformar mitos em profecias. Ainda que seja importante reconhecer que pessoas pobres têm escolhas e a possibilidade de romper as armadilhas que a vida

nosso desejo em não compreender suas dinâmicas.

IHU On-Line – Deseja acrescentar algo?

Juliana Melo – Gostaria de acrescentar que cabe à sociedade rever sua postura de omissão em relação à questão prisional e discutir os processos de seletividade da Justiça. Cabe desconstruir o mito de que a justiça brasileira é neutra e que bandido bom é bandido morto, pois essa perspectiva apenas permite a reprodução de imagens estereotipadas e ajudam a reproduzir uma estrutura

que só gera violência, tanto nas ruas como nas prisões. É preciso reconhecer que a existência e a luta pela dignidade nas prisões não anula a luta por dignidade de melhores condições de trabalho por carcereiros, por exemplo. É preciso perceber que, a despeito do medo, da raiva do outro e da desigualdade que marca nosso país e viola direitos de todos os cidadãos quando lhes nega o acesso a uma escola cidadã, quando mantém a permanência de um modelo punitivo e de encarceramento em massa de desiguais, a luta pela dignidade da vida deve ser para todos.

Não podemos continuar aceitando

um modelo de justiça criminal que mata lentamente e animaliza o outro (nesse caso, aquele que está preso e suas famílias) e que, historicamente, tem gerado mais problemas que soluções. Já somos uma das populações carcerárias com maior crescimento por ano no mundo, cabendo reconhecer que as pessoas reagem a situações de opressão como podem. A organização dos grupos criminosos, nesse sentido, deve ser vista como uma estratégia de reação e de resistência. Nesse sentido, ao nos mobilizarmos por condições de vida mais dignas dentro e fora da prisão, podemos diminuir a guerra que estamos vivenciando. ■

Leia mais

- “A guerra já está na rua”. **Facções não querem se submeter ao PCC e ocupam vazio deixado pelo Estado.** Entrevista especial com Juliana Melo, publicada nas Notícias do Dia de 19-01-2017, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2qgxbt>.

VIII COLÓQUIO INTERNACIONAL IHU
XX COLÓQUIO FILOSOFIA UNISINOS
METAFÍSICA E FILOSOFIA PRÁTICA
**A ATUALIDADE DO PENSAMENTO
DE FRANCISCO SUÁREZ, 400 ANOS DEPOIS**

Conferencistas confirmados

| | | |
|---|--|--|
| Prof. Dr. Ludger Honnefelder Universität Bonn - Alemanha | Prof. Dr. Daniel Schwartz Hebrew University of Jerusalem - Israel | Prof. Dr. Roberto Hofmeister Pich Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS |
| Prof. Dr. Olivier Boulnois École Pratique des Hautes Études - França | Prof. Dr. Pedro Calafate Universidade de Lisboa - Portugal | Prof. Dr. Ernildo Jacob Stein Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS |
| Prof. Dr. Constantino Esposito Università degli Studi di Bari Aldo Moro – Itália | Prof. Dr. Victor Salas Sacred Heart Major Seminary – EUA | Prof. Dr. Alfredo Culleton Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos |
| Prof. Dr. Santiago Sánchez Orrego Pontifícia Universidad Católica de Chile – Chile | Prof. Dra. Annabel Brett Cambridge University - Inglaterra | Prof. Dr. João Vila-Chã Pontifícia Università Gregoriana – Itália |

**25 a 28
de Setembro de 2017**

Informações e inscrições em ihu.unisinos.br

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS
Somos infinitas possibilidades

Presídio Central de Porto Alegre e o início dos coletivos de crime no RS

Marcelli Cipriani analisa como a estratégia de omissões e violação de Direitos Humanos do Estado na cadeia se configura em disputas que reverberam em todo o território da capital gaúcha

João Vitor Santos

Como em outras metrópoles, para compreender a dinâmica dos coletivos de crime que se incrustaram nas periferias de Porto Alegre, é preciso antes olhar para o sistema carcerário. “Esses grupos não necessariamente surgiram com a finalidade de cometer delitos, e o aparecimento das primeiras facções remetem a contextos de violação de direitos de apenado”, destaca a cientista social Marcelli Cipriani. “As facções aparecem, então, como uma forma de organizar a vida coletiva, de balizar as relações entre apenados e de promover a união diante das injustiças cometidas pelo Estado”, completa. No caso da capital gaúcha, o nascedouro das facções criminosas é o Presídio Central.

Na entrevista a seguir, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Marcelli demonstra que a dinâmica no Rio Grande do Sul é distinta da de outros estados dada a pulverização de grupos. Num momento de intensos conflitos, a Brigada Militar assume o presídio e promove a separação de presos por afinidades em galerias. Inicialmente dá certo, mas há um fortalecimento desses grupos. “Em 1996, a Falange Gaúcha transformou-se em Manos, controlando uma parte do Central já homogeneizada em torno de seus integrantes”, exemplifica. Para tentar quebrar essa hegemonia, a própria

BM insere outros grupos, criando verdadeiros territórios das facções que passam a disputar espaço. Com a superlotação e contingenciamento de policiais, a gestão da cadeia, na prática, é feita pelos grupos.

Os problemas nas periferias, segundo Marcelli, se agravam porque reproduzem as disputas que ocorrem dentro do Central. “Antigamente, em Porto Alegre, o domínio exercido pelas facções costumava se calcar nos laços comunitários ao invés de na imposição da força” porque os líderes tinham conexões com a comunidade. Com a morte desses líderes, a vila se torna zona de disputa. Assim, segundo ela, “a intensificação da violência pela competição armada começou a atingir as comunidades, esmagadas pelos tiroteios entre facções rivais, pelos toques de recolher muitas vezes impostos e pela troca das relações de fidelidade pelas de medo, insegurança ou imprevisibilidade”.

Marcelli Cipriani é formada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS e em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUCRS, pesquisa o tema das “facções criminais” desde 2015.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – O que entende como “facção criminal” e como compreender a lógica dessas organizações?

Marcelli Cipriani – Entendo facção criminal como uma forma de viver a criminalidade coletivamente,

na qual diferentes grupos espalhados por todo o território nacional partilham determinadas características comuns, apesar de possuírem particularidades. Como conceito teórico, facção criminal é frágil, especialmente por se referir a um

fenômeno recente no país (que remonta ao final da década de 1970), mas também porque, devido à sua inscrição no universo delituoso, envolve campos de difícil acesso a pesquisas acadêmicas. Isso faz com que a produção de conhecimentos

“Para a Brigada Militar, o controle das galerias pelos membros criminais barateia a administração prisional”

sobre o tema ainda não dê conta de sua multiplicidade.

Apesar da fragilidade tipológica, se pode indicar que essa vivência do “mundo do crime” a que se dá o nome de facção está centralmente vinculada à prisão. Grupos como o Comando Vermelho – CV, a Falange Gaúcha e o Primeiro Comando da Capital – PCC foram constituídos dentro de presídios, respectivamente do Rio de Janeiro (em 1979), de Porto Alegre (em 1987) e de São Paulo (em 1993). A própria ampliação e a interiorização do sistema penitenciário paulista vêm sendo relacionadas com o estabelecimento do PCC, assim como as estratégias de gestão da massa carcerária no Presídio Central de Porto Alegre são apontadas como determinantes para o surgimento e a consolidação de grupos de apenados.

Nas décadas posteriores à emergência das facções no Brasil, divisões internas ocorreram, novos grupos foram criados em âmbito local e grupos mais antigos avançaram (sob relações de aliança ou conflito) para além de seus estados de origem. Entretanto, a despeito das inúmeras transformações ocorridas nessas dinâmicas, a estreita vinculação da atividade de facções com a prisão permanece atual, relacionando-se tanto com a organização do cotidiano de apenados quanto com sua mercantilização.

Transbordamento para periferia

Ainda que tenham surgido original-

mente na prisão, outro traço comum às facções é o transbordamento de suas atividades para a rua, através da interação mútua entre a constituição de territórios prisionais (pelo controle de raios, galerias, ou mesmo de unidades inteiras) e de territórios nas cidades (pela projeção de poder, domínio e influência sobre o espaço urbano). Essa relação se dá, preferencialmente, em periferias, onde a atuação estatal é precária e o acesso à educação e ao trabalho formal é mais restrito.

Nesses cenários, as facções articulam as atividades criminosas como fonte de renda, orientando-se, principalmente, no entorno do mercado de armas e de drogas (ainda que não se limitando a eles). Na verdade, a relação da Falange Gaúcha com o tráfico de entorpecentes não foi imediata e, assim como no caso do PCC, seus membros estavam inicialmente envolvidos com assaltos a bancos e a carros-fortes. Foram alguns fatores estruturais, como o papel da cocaína no Brasil (que passou de corredor de passagem da substância a um de seus maiores consumidores), que influenciaram a reordenação do mercado de ilícitos, tornando-o mais lucrativo e propiciando a vinculação de facções a essas atividades.

Com o barateamento da cocaína no país, a partir do final dos anos de 1970 e mais expressivamente nos anos de 1980, outros delitos também foram estimulados, como a lavagem de dinheiro, o roubo e o furto de veículos, não raro utilizados como moeda de pagamento do entorpecente. Contemporaneamente,

o acréscimo ou a redução dos índices de homicídios, influenciados pelas situações de conflito ou de monopólio de facções, também se soma à difusão da atividade criminosa a áreas mais centrais, podendo incidir nas taxas de latrocínio, favorecido pela alta circulação de armamento e de munição.

Origem na violação de direitos

É importante destacar, todavia, que esses grupos não necessariamente surgiram com a finalidade de cometer delitos, e o aparecimento das primeiras facções do Rio de Janeiro, Porto Alegre e São Paulo remetem a contextos de violação de direitos de apenados, como violências perpetradas por agentes penitenciários e pelos próprios presos. As facções aparecem, então, como uma forma de organizar a vida coletiva, de balizar as relações entre apenados e de promover a união diante das injustiças cometidas pelo Estado e por seus agentes.

Assim, apesar de haver uma dimensão claramente econômica na existência das facções, elas não podem ser reduzidas por sua atuação criminosa, pois engendram identidades, fornecem ferramentas para que seus integrantes articulem o estigma social a que estão sujeitos, e produzem relações de pertencimento coletivo. O fato de os membros batizados do PCC se reconhecerem por “irmãos” é um exemplo disso. Em Porto Alegre, “slogans” de grupos criminais também indicam sua vinculação com a sociabilidade dos integrantes. Os V7,

por exemplo, se apresentam como “mais do que uma quadrilha, também uma família”.

Os Manos, por sua vez – facção que, na primeira metade da década de 1990, derivou da Falange Gaúcha –, se caracterizavam pela resignificação positiva do atributo do “bandido” e pela manutenção de uma relação de ódio recíproco com a sociedade: na medida em que essa os rejeitava, também deveria ser rejeitada por eles. Algo semelhante se vê no PCC, com seu projeto de “paz” aos integrantes e “guerra” ao Estado. Trata-se, portanto, de um aspecto “ideológico” (no sentido neutro do termo), que é sustentado por uma dimensão normativa da conduta dos integrantes, algumas vezes formalizada em princípios ou regras escritas (como o Estatuto dos Manos e o Estatuto do PCC).

Descentralização do poder

Em geral, as facções também são organizadas a partir de uma estrutura, embora essa seja variável, podendo tanto aproximar-se de um formato piramidal quanto descentralizado. Aparentemente, a tendência que esses grupos vêm assumindo é a de reduzir suas lideranças absolutas, distribuindo as responsabilidades e as funções de forma menos hierárquica. Isso pode ser percebido no PCC, cuja estrutura piramidal foi sendo progressivamente substituída pela descentralização. Nas facções gaúchas, o assassinato de Dilonei Melara¹ em 2005 – antigo membro da Falange Gaúcha e, mais tarde, líder da facção dos Manos – marcou o início de um período de flexibilização da estrutura organizacional,

com a criação de colegiados para a tomada de decisões. Esse movimento acompanha a ampliação e a pulverização das atividades das facções, que antes eram caracterizadas pelo domínio de prisões e de bairros específicos, e atualmente ampliam-se, buscam a expansão e disputam novos territórios.

Por fim, algo que parece rondar as facções como um todo é sua relação com o Estado. Seja devido às escusas corrupções policiais (venda de armamento, recebimento de propina, etc.), ou às consequências diretas que a política criminal e penitenciária têm produzido nesses grupos, é um equívoco pensá-los como “poderes paralelos”. Na verdade, o que se percebe é que o surgimento, o fortalecimento e a pulverização das facções criminais estão absolutamente imbricados no Estado e, portanto, essas não são paralelas a ele, mas se dão em função dele e em intersecção com ele.

“Entendo facção criminal como uma forma de viver a criminalidade coletivamente”

IHU On-Line – Quais as particularidades das facções de Porto Alegre em comparação com as demais do Brasil? Quais são os maiores grupos gaúchos e como se organizam?

Marcelli Cipriani – Em Porto Alegre, temos algumas particularidades institucionais que não ocorrem em outros lugares, que contribuíram centralmente para dar o tom às dinâmicas assumidas por facções locais nas últimas décadas e, conseqüentemente, para a expressão da violência urbana no município. Diferentemente do que ocorre nos

presídios brasileiros como um todo, quem administra o Central há quase 22 anos não é a Superintendência de Serviços Penitenciários – Susepe, mas a Polícia Militar. A passagem dessa gestão ocorreu pela “Operação Canarinho”², criada em 1995 com caráter emergencial e duração provisória de até seis meses.

A decisão foi motivada por um período de descontrole dos maiores presídios do estado, com a segurança pública sendo considerada como “caótica”. Os índices de homicídios e de outras violências prisionais atingiam níveis altíssimos, e a ocorrência de motins, rebeliões e tentativas de fuga em massa também eram frequentes. Alguns desses episódios adquiriram ampla visibilidade pública, contribuindo para a sensação de insegurança e insatisfação coletivas.

Naquele momento, o objetivo imediato da Brigada Militar era controlar as instabilidades do sistema penitenciário, que se agravavam pelas condições absolutamente precárias dos estabelecimentos e por sua superlotação (na época, o Central já acolhia mais do que o triplo da sua capacidade). Uma das estratégias que passaram a ser utilizadas pela polícia foi a espacialização dos apenados, que começaram a ser agregados, em galerias, de acordo com sua compatibilidade. Aliados foram aproximados entre si e “contras” foram separados, o que se deu em atenção aos riscos da má distribuição de presos, que já haviam sido indicados pela Vara de Execuções Criminais e pela Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa.

A situação do Presídio Central, então, começou a melhorar, o número de violências internas foi caindo progressivamente e os tumultos também foram reduzindo. Em 1996, a Falange Gaúcha transformou-se em

¹ **Dilonei Francisco Melara** (1954-2005): foi um criminoso brasileiro. Ficou conhecido por liderar o maior motim da história de Porto Alegre, no sul do Brasil. No episódio, acontecido em julho de 1994, ele e parceiros de prisão tomaram 27 reféns, escaparam do Presídio Central de Porto Alegre e invadiram, em um táxi, o saguão do hotel mais luxuoso da época, o Plaza São Rafael, no centro de Porto Alegre. O incidente causou a morte de cinco pessoas e um dos reféns ficou paraplégico. A partir de então, o assaltante de bancos fugiu várias vezes da prisão. Ex-agricultor nascido em São José do Ouro, Melara ingressou na carreira criminosa assaltando táxis e ônibus em Caxias do Sul, nos anos 70. Uma década depois, integrou a mais famosa quadrilha de ladrões de banco do estado. Melara foi assassinado em 2005. (Nota da **IHU On-Line**)

² **Operação Canarinho**: criada pela secretaria de Segurança do governo do Estado do Rio Grande do Sul em 1995 para apoiar o trabalho dos agentes penitenciários, a operação consiste no emprego de policiais militares, a Brigada Militar gaúcha. A Operação Canarinho foi uma força-tarefa temporária que deveria durar seis meses, mas que segue em vigor até hoje, como no caso do Presídio Central de Porto Alegre. (Nota da **IHU On-Line**)

Manos, controlando uma parte do Central já homogeneizada em torno de seus integrantes. Um ano depois, para tentar desestabilizar esse domínio e enfraquecer o monopólio dos Manos, a Brigada Militar favoreceu o surgimento de um novo grupo, que veio a ser chamado de Brasas.

Espacialização como estratégia e dominação das galerias

A proposta da polícia era de que um preso de seu afeto, o Brasa, ocupasse um dos pavilhões do Presídio Central, podendo preenchê-lo com apenas de sua confiança. O lugar deveria permanecer limpo e organizado, e o grupo deveria se comprometer com não fazer motins e rebeliões e com não organizar tentativas de fuga. Em troca, teria certa autonomia na gestão do pavilhão que, caso permanecesse em ordem e em paz, não seria duramente monitorado. De lá para cá, outras facções surgiram, e a espacialização do Central passou de estratégia de curto prazo para mecanismo institucionalizado, o que propiciou a consolidação de uma variedade de grupos dentro do presídio, cada um deles habitando uma ou mais galerias. Nelas, são alocados tanto os membros de facções quanto indivíduos que não lhe estão vinculados, mas moram em regiões do município sob seu controle.

Atualmente, no pavilhão A, a primeira galeria é do grupo Unidos Pela Paz, e a segunda é da facção da Conceição. No pavilhão B, a primeira é dos Abertos, e a segunda e terceira galerias pertencem aos Manos. O pavilhão C foi destruído em 2014, como parte de um plano nunca concretizado de demolir o Central, o que agravou ainda mais seus problemas de superlotação. No pavilhão D, a primeira e terceira galerias são dos grupos vinculados à Zona Norte do município de Porto Alegre e ao bairro Farrapos, enquanto a segunda pertence aos Abertos. Na terceira galeria do pavilhão F, vivem os Bala na Cara, a facção mais proeminente do estado. Nos demais pavilhões (E, G, H, I), distribuem-se galerias mar-

cadadas por outras características que não o pertencimento à facção, como presos por estupro, travestis, presos “problemáticos” e aqueles que estão em projeto de desintoxicação ou trabalham no presídio.

O acordo tácito entre polícia e apenas que propiciou a criação da facção dos Brasa é, em suma, a base da “pacificação” do Central, ainda que seus termos tenham sofrido alterações. Atualmente, a ordem interna ao presídio é vantajosa para a grande maioria dos atores sociais envolvidos. Por um lado, integrantes de facções perceberam no sistema um espaço de lucro e de poder, o que torna a ocorrência de instabilidades desinteressante. A autonomia que recebem para gerir suas galerias (incluindo-se funções como a abertura e o fechamento de celas, gerenciamento da subcantina, mercados paralelos, etc.) possibilita o controle da circulação de bens e serviços (lícitos e ilícitos) em cada uma delas, assim como produz um contingente de apenas de lhes devendo favores e quantias financeiras.

Paralelamente, apenas como um todo temem a perda de direitos como a visita e a imposição de sanções como a “viagem” (a transferência para outro presídio), e preferem não instigar maiores conflitos. Já para a Brigada Militar, o controle das galerias pelos membros criminais barateia a administração prisional, pois lhes transfere atividades que deveriam ser de sua competência, o que também permite a manutenção de um baixo efetivo de funcionários.

Os Bala na Cara

Uma das consequências do presídio “silencioso”, entretanto, é a força que garante ao funcionamento das facções que, apesar de manterem um “voto de paz” interno (a fim de não prejudicar seus próprios interesses), disputam com cada vez mais brutalidade do lado de fora dos muros carcerários. Esses conflitos foram adquirindo novos contornos a partir de 2008, com o controle de uma das galerias do Central pelos Bala na

Cara e por sua ascensão nos mercados locais do tráfico.

Os Bala surgiram com a característica da expansão forçada de territórios e com a utilização da violência como mecanismo principal de controle. Antes de seu crescimento, também havia conflitos entre membros de facções, mas suas relações não estavam tão circunscritas à disputa armada por novos pontos de poder, e os mercados de ilícitos se encontravam em relativo equilíbrio, com todos os maiores grupos lucrando concomitantemente. A partir de 2011, o “fator Bala na Cara” começou a alterar esse cenário.

Em reação à desestabilização do “mundo do crime” local, decorrente da consolidação violenta dos Bala na Cara como potência, surgiram, em 2016, os Antibala. Os adeptos da “bala nos Bala” compõem o chamado “embolamento”, uma agregação de diferentes grupos criminais, de maior ou menor expressividade que, nesse caso, se encontram unidos por rechaçarem os Bala, que aparecem como fator intimidador tanto para facções maiores (por ameaçarem sua posição nos negócios de ilícitos do município) quanto para grupos menores (que podem ser cooptados ou aniquilados pela facção).

A polarização da disputa entre Bala na Cara e Antibala e seu espraiamento para praticamente todo o município de Porto Alegre tem produzido um ciclo de vinganças que impacta a violência urbana tanto em termos quantitativos quanto qualitativos. Para além do aumento do número de latrocínios e homicídios (especialmente em periferias), tem-se percebido o uso de métodos cada vez mais cruéis, como a decapitação e o desmembramento, utilizados como forma de exaltar o poder dos grupos.

IHU On-Line – Como compreender as relações entre “facções criminosas” e moradores de comunidades de periferias?

Marcelli Cipriani – A relação entre facções e moradores das peri-

ferias é variável, não raro ambígua. O grupo criminal pode tanto oferecer vantagens quanto perpetuar opressões, demonstrando solidariedade e, ao mesmo tempo, cometendo atos de crueldade. Em Porto Alegre, a violência em comunidades sob domínio do tráfico parece estar relacionada com o início da expansão territorial dos grupos, que deixam de estar vinculados apenas ao local de sua origem e passam a controlar outras áreas.

Antigamente, em Porto Alegre, o domínio exercido pelas facções costumava se calcar nos laços comunitários ao invés de na imposição da força, porque seus líderes eram nativos dos bairros onde exerciam as atividades criminais. Nesse período, era comum que os integrantes dos grupos ajudassem os moradores (lhes comprando medicamentos ou botijões de gás e lhes arranjando empregos, por exemplo), bem como que produzissem festas infantis, eventos e outras celebrações financiadas pelo lucro do tráfico.

Com o crescimento das disputas, alguns bairros passaram a ser controlados por traficantes de outras áreas, e os elementos que possibilitavam a integração entre facções e moradores restaram enfraquecidos. Paralelamente, a intensificação da violência pela competição armada começou a atingir as comunidades, esmagadas pelos tiroteios entre facções rivais, pelos toques de recolher muitas vezes impostos e pela troca das relações de fidelidade pelas de medo, insegurança ou imprevisibilidade.

Campo da Tuca

Há, entretanto, algumas exceções. No “Campo da Tuca”³, por exemplo, se comenta a existência de normas de proteção à periferia, com o veto de crimes como o roubo e o estupro. Alexandre Goulart Madeira, o Xandi, ligado aos Manos, foi o último dos líderes de facções ligado intimamente por laços de pertencimento ao território. Quando

foi assassinado, em 2015, houve reações enlutadas dos moradores do Condomínio Princesa Isabel⁴. O local, também conhecido como “Carandiru”, é um dos centros de tráfico da cidade e o maior complexo urbano de venda de ilícitos dos Manos. Na ocasião, faixas foram penduradas nos apartamentos, uma música foi gravada para celebrar Xandi como “padrinho” da comunidade e um grafite foi pintado no prédio em sua homenagem.

Zonas de conflitos

Entretanto, as denúncias de opressões perpetradas por membros dos grupos costumam ser mais frequentes. Na vila Cruzeiro, bairro Santa Tereza, por exemplo, muitas famílias foram removidas de suas casas, por essas se situarem em pontos estratégicos para o comércio de entorpecentes ou para rotas de fugas. No Beco dos Cafunchos, bairro Agronomia, um líder comunitário foi assassinado em 2015, supostamente por estar causando incômodos a traficantes que haviam tomado a região no ano anterior.

O cenário de Porto Alegre é muito diferente do delineado por pesquisadores do PCC, que indicam que a redução dos homicídios em São Paulo estaria diretamente vinculada com sua atuação. O monopólio da facção sobre as prisões e periferias paulistas teria permitido não só o desuso da violência física para a manutenção do poder, como também a mediação das violências advindas dos moradores. Segundo esses autores, o PCC teria instaurado a regra de que o assassinato, nos territórios do grupo, só pode ser legitimado pelos tribunais do Comando, o que contribuiu decisivamente para o rompimento de um ciclo de mortes (por acerto de contas, dívidas do tráfico, etc.) e de vinganças que era, antes, verificado.

4 O condomínio Princesa Isabel, na avenida do mesmo nome, no bairro Azenha, em Porto Alegre, foi construído pela prefeitura como projeto de regularização fundiária. No local, havia uma vila. Os barracos foram destruídos e deram lugar a prédios, assentando os moradores em apartamentos. (Nota da **IHU On-Line**)

De forma inversa, a permanência de uma pluralidade de grupos no Presídio Central e nos bairros de Porto Alegre, em disputa aberta, corrobora com o aumento das violências no município, o que torna nosso contexto bastante distante do paulista, e mais próximo do identificado no Rio de Janeiro.

“Facção está centralmente vinculada à prisão”

IHU On-Line – De que forma se dá a territorialidade do tráfico de drogas diante do espaço urbano da metrópole? Até que ponto se pode falar em espaços de segregação e como esses espaços são inscritos numa cidade como Porto Alegre?

Marcelli Cipriani – Entendo por território a manifestação espacial do poder, e por territorialidade os arranjos e relações que se dão no território, as maneiras pelas quais o poder efetivamente se exerce. Assim, enquanto a ideia de território serve para definir o espaço social a partir do domínio de cada facção, refletir sobre suas territorialidades permite compreender o que faz com que uma área seja considerada “do” grupo criminal, e como isso se dá na realidade concreta.

A formação de territórios por facções passa dos acordos por interesses mútuos entre diferentes grupos criminais aos confrontos armados, e se vincula aos propósitos que orientam cada territorialidade específica (como a proteção de um grupo por sua agregação a outro, ou a exaltação simbólica de poder pela desterritorialização de um grupo pelo outro). As consequências que essas territorialidades implicam no substrato onde se dão (nos bairros

3 Vila da periferia de Porto Alegre. (Nota da **IHU On-Line**)

urbanos) são diferenciadas, produzindo efeitos variados nas comunidades afetadas.

Em Porto Alegre, quando a constituição de territórios é feita pela negociação com outros grupos, formam-se os “embolamentos”. Na prática, isso significa que pontos de tráfico menores se alinham a um grupo mais expressivo como fornecedor de seus ilícitos, que “facções” se uniram estrategicamente, ou, então, que passaram a apoiar grupos menores, acordando o oferecimento de armas e pessoal para a defesa de uma área de comércio de drogas. É algo semelhante ao que, no Rio de Janeiro, se chama de “comando”, uma congregação instável de grupos criminais mais organizados.

O desequilíbrio promovido pelos Bala na Cara nos mercados porto-alegrenses se deu, principalmente, por sua forma de territorializar os espaços periféricos, ligada ao seu objetivo de ampliar o controle territorial. O grupo começou a tomar pontos de tráfico nos quais os ilícitos vendidos tinham fornecimento de melhor qualidade do que os seus, não necessariamente expulsando seus comerciantes, mas coagindo-os a se associar ao grupo, a venderem suas mercadorias e a repassarem quantias financeiras para evitar uma invasão ou execução. Essas territorialidades são, assim, espécies de “embolamentos forçados” – nos quais o englobamento que se dá entre grupos não se firma por interesses comuns a ambos, assentando-se sobre relações hierárquicas de poder e de dominação.

Nesse caso, os territórios dos Bala na Cara se afirmam na violência como ato (a expulsão e o assassinato daqueles que se negam a vincular-se à facção) ou potencial (pela ameaça que paira aos integrantes de um grupo que aceita as condições dos Bala). Por outro lado, os Antibala são um conjunto de territorialidades em comum acordo, unidas pelo objetivo de frear os avanços do Bala na Cara. Assim, são grupos que compõem um “embolamento voluntário” – e é a resistência ao controle dos Bala na Cara

e o sentimento coletivo de desprezo à facção que tornam certas áreas do município territórios dos Antibala.

Esses processos se dão em espaços de segregação que, em termos gerais, podem ser tomados como locais desprezados pelas classes mais favorecidas da sociedade, e cuja habitação é composta por pessoas que foram “empurradas” à vivência e permanência neles. Em Porto Alegre, as remoções de famílias de áreas centrais – que viviam em lugares pejorativamente chamados de “malocas” – e sua realocação para locais periféricos têm se consolidado, com maior profundidade, a partir dos anos 1980, intensificando-se progressivamente até os dias atuais. Esses movimentos acarretam a qualificação diferenciada das áreas da metrópole, que se tornam marcadas pelo acesso diferencial dos indivíduos à participação no plano econômico, político e social.

Os padrões desiguais de desenvolvimento urbano contemporâneos e a hierarquização do espaço social começam a se intensificar paralelamente ao aumento das territorializações do tráfico em comunidades desassistidas, cujo acesso externo passa a ser mais controlado, havendo um relativo “fechamento” (sempre permeável, pois os consumidores, as armas e as drogas advêm do lado de fora). A partir da virada para a década de 80, o imaginário social sobre as periferias também passa a se transformar, e a representação social do morador da “favela” vai sendo cada vez mais relacionada ao crime e aos mercados de ilícitos.

Exploração do medo

Assim, o medo coletivo se amplia, e a insegurança urbana abre caminho à exploração desses sentimentos pelo capital privado e pelo Estado, em especial através da especulação imobiliária e dos processos de gentrificação. Nessa lógica, também se insere a valorização de sistemas privativos de vigilância e de controle, que servem à sensação individual de manutenção de alguma segurança em uma realidade social cada vez

mais imprevisível. Em municípios onde o padrão “centro-periferia” não pode mais ser observado, esse cenário é agravado, pois a segregação socioespacial se expressa com a justaposição de ricos e pobres, combinando a desigualdade de fato com uma relativa proximidade geográfica, como é o caso de Porto Alegre e do Rio de Janeiro.

Essa proximidade, entretanto, só se torna possível com o recurso a mecanismos de criação e estabelecimento de fronteiras: alarmes, cercas eletrificadas, muros altos, guaritas e cancelas, vigilância monitorada, etc. Com o crescente autoenclosure das elites e das classes médias, a proliferação de condomínios cada vez mais autossuficientes e exclusivos, a criação de espaços de lazer e circulação restritivos (ou de difícil acesso para determinadas partes da população), há a diminuição de vários tipos de interação social e espacial, e a homogeneidade dos que vivem dentro dos espaços de segregação e de autosegregação é confrontada com a heterogeneidade entre ambos.

Atualmente, os pontos de contato entre moradores de periferias e de outras áreas urbanas costumam restringir-se à compra de substâncias ilícitas por pessoas que não vivem em comunidades e pelo emprego da força de trabalho de seus habitantes em serviços pouco valorizados, como os braços ou domésticos. Através do filtro territorial, que também se intersecciona com filtros raciais, de classe e de acesso à cidadania, também se articulam a seletividade policial e penal, a vulnerabilidade social e a sujeição à violência comum ou praticada por agentes estatais.

Portanto, a ausência do Estado nos espaços segregados – percebida pela precariedade de serviços, de lazer, do acesso à cultura, ao trabalho e à educação, da acessibilidade a outras partes da cidade, etc. – é acompanhada da presença substancial de seu braço armado: seja porque esses locais estão mais sujeitos a patrulhamentos de rotina de policiais, seja pela atuação de Unidades de Polícia

Pacificadora, por episódios de emprego das Forças Armadas no combate à criminalidade quotidiana, ou por outras formas de militarização da questão urbana.

“Esses grupos não necessariamente surgiram com a finalidade de cometer delitos”

IHU On-Line – Que outras relações se estabelecem entre a favela, as comunidades de periferias, e a prisão, as cadeias gaúchas?

Marcelli Cipriani – Quando um indivíduo do sexo masculino é preso em Porto Alegre, ele será encaminhado para o Central, que é a “porta de entrada” do sistema. Antes de ser enviado para uma galeria, os policiais lhe perguntarão se ele faz parte de alguma facção, para que seja colocado nela. Caso o apenado não tenha vinculação com grupos criminais, o critério para definir onde ele viverá no presídio passa a ser o bairro de sua moradia na rua, e ele será colocado na galeria controlada pela facção que também controla essa área.

As galerias são corredores onde, lateralmente, se distribuem as celas nas quais deveriam ficar os indivíduos. Porém, devido aos graves problemas de superlotação do Presídio Central (sensivelmente mais críticos em galerias de facções), é inviável que as celas fiquem fechadas, e os apenados se distribuem pelos corredores. Em algumas galerias, eles se amontoam em colchões enfileirados e espalhados pelo chão, dada a falta de espaço extremada.

Evidentemente, é inviável que se faça um controle disciplinar do indivíduo em uma situação como essa: na verdade, os policiais não entram

nas galerias, e quem faz o controle de cada uma delas são os próprios apenados, em especial pelos chamados “prefeitos” e por seus colegiados. São eles que organizam o cotidiano interno e mantêm a ordem, não a polícia. Em lugar disso, os agentes estatais fazem um gerenciamento de grupo agenciado pelos representantes das galerias, que repassam eventuais solicitações de apenados e servem como mediadores.

Diante disso, temos alguns aspectos importantes: o primeiro é que se formam “nichos” em cada galeria, pela homogeneidade de presos de uma mesma facção ou de um mesmo bairro; o segundo é que, dentro desses “nichos”, os apenados têm uma autonomia considerável, propiciada pelo acordo tácito entre estes e os policiais, visando-se a manter a “pacificação” do Central. Na organização interna está incluída, dentre outras atividades, a venda de celulares, a venda de drogas (que é bastante rentável dentro do presídio, apesar de ter reduzido após a adoção de scanners para revistas corporais em 2015), e a própria mercantilização da vida cotidiana.

Assim como em outros presídios do país, falta, no Central, desde o papel higiênico, o sabonete, o colchão, etc., até, no caso extremo dos “caídos” (presos que não têm visitas), recipiente para a alimentação. Em tais casos, ela acaba sendo feita em sacos plásticos e com o uso das mãos. Esses bens básicos, necessários à satisfação das mínimas condições concretas de vida dos indivíduos, serão fornecidos pelos grupos criminais, que têm acesso à cantina do presídio.

Suprimentos via facções

Existe, no Central, uma cantina (estabelecida sob a cobrança de aluguel e via licitação), onde produtos (de higiene, alimentícios, etc.) são expostos à venda para os presos. Entretanto, como seria inviável que todos os apenados se dirigissem até a cantina, cada galeria conta com a figura de um “cantineiro”, responsável por fazer as

compras coletivas. O que ocorre, na prática, é que esse papel é assumido pela facção, que adquire os produtos e os revende a preços exorbitantes em “cantinas paralelas”.

Para além disso, existem outras formas de ocupar o vazio da presença do Estado ou a deficiência de seus serviços, que vão desde a cobrança pela entrada ou saída de aparelhos elétricos permitidos, mas de uso limitado (como ventiladores), até o fornecimento de advogados e passagens de ônibus para familiares de apenados que vivem no interior, por exemplo. O lucro gerado por uma galeria é expressivo a ponto de os integrantes de facções instrumentalizarem a superlotação em seu benefício próprio. Assim, quando se tranca a entrada de novos apenados em uma galeria de facção por motivos de falta de espaço, costuma-se haver reclamações por parte dos apenados que têm o seu controle.

O preço da “dádiva”

Todas as atividades dos grupos no presídio se exercem na lógica da “dádiva”, sob exigência de “contrapartidas” claras ou fazendo com que os indivíduos se sintam, de forma permanente e prolongada pelo tempo, “na obrigação”. Cobranças quanto à efetuação de serviços pelo apenado na rua, após a saída do presídio, até pedidos para que seus familiares tentem entrar com drogas no estabelecimento ou enviem quantias financeiras são comuns. Já que as galerias de facções têm correspondência em bairros do município, e como as famílias dos apenados também costumam viver nessas regiões, o controle feito pelo grupo transcende o indivíduo preso, atingindo seus entes próximos.

Em síntese, como quem faz a segurança das galerias e controla a circulação de seus bens e serviços são os presos e não a polícia, o sujeito que acessa o presídio entrega a garantia de sua vida e a manutenção de sua sobrevivência diária para outros presos. Por consequência, estes últimos acabam controlando o lugar

onde, na rua, os apenados moram, e onde, normalmente, suas famílias também vivem. Assim, se estabelece uma simbiose.

“O fortalecimento e a pulverização das facções criminais estão absolutamente imbricados no Estado”

IHU On-Line – Gostaria de detalhasse mais como as relações de poder e os processos sociais no contexto do Presídio Central de Porto Alegre “vazam” para as periferias.

Marcelli Cipriani – O “vazamento” de processos sociais do Central para periferias (e vice-versa) pode ser bem ilustrado através de um exemplo local, em que uma antiga liderança de grupo criminal foi internamente derrubada. Paulo Ricardo Santos da Silva, também conhecido como Paulão da Conceição, costumava ser o líder da facção da Conceição, localizada no bairro Partenon, mas presente em ao menos uma dezena de bairros porto-alegrenses. Paulão, uma das últimas lideranças “supremas” de grupos criminais locais, eventualmente entrou em choque com seu enteado, Beto Drey, que buscava assumir seu controle. As atitudes de Beto Drey desagradaram metade dos detentos da galeria da Conceição, o que acabou por influenciar negativamente o poder de Paulão nos territórios do grupo. Esse clima de dissenso criou as condições para a emergência de Xu que, à época, era um dos gerentes da facção.

Assim, enquanto Paulão e Beto Drey disputavam o domínio do grupo, Xu foi estabelecendo as bases (no presídio e fora dele) para a deposi-

ção de ambos e para a criação de um novo modelo de gestão descentralizado, a partir da estrutura de um colegiado. Em funk gravado com um celular por membros da facção no Central, eles cantam que tomaram seu morro através da humildade, que seria o lema da “nova direção”.

Quando o comando da Conceição mudou, alterando as dinâmicas nos bairros (sobre as novas alianças, a compra, venda e fornecimento de ilícitos, por exemplo), o comando da galeria do grupo no Central também foi transformado. Naquele momento, aos aliados de Paulão restaram duas alternativas: ou aceitavam a perda do domínio do antigo líder, acatando as novas orientações internas, ou deveriam sair da galeria. O oposto também ocorre, e se a galeria prisional tem grande influência na facção (por exemplo, se indivíduos em posições elevadas de poder se encontram presos), as determinações de dentro refletirão as atividades externas.

A busca pelo inimigo

Outro fator a impactar as relações sociais entre a prisão e a rua é o perfil do crime local e dos integrantes de facções dos anos 90 até o presente. Em sentido mais amplo, vão se perceber transformações fundamentais nas políticas de punição do país: por um lado, o fim da ditadura militar na década de 1980 coincide com o início do encarceramento em massa. Ao mesmo tempo, a adoção do discurso de “guerra às drogas”, importado dos Estados Unidos, vai criar um novo inimigo social: não mais o comunista, mas o traficante.

Esse discurso adquire força em um momento no qual o sistema de Importação-Exportação-Atacado das substâncias ilícitas também se reordena no Brasil, com o aumento de sua entrada no país e o barateamento de seu consumo. Em paralelo, a priorização da repressão ao comércio de drogas de varejo e a falta de articulação entre a polícia civil e a polícia militar vêm obstando o avanço de investigações, comprometendo o sucesso de ações que poderiam

causar real impacto nas dinâmicas do tráfico de ilícitos. Em oposição, a prisão em flagrante de pequenos comerciantes se tornou o foco do controle social, e o resultado observado é aquilo que se conhece por “enxugar o gelo”.

Com a nova lei de drogas de 2006 (cuja definição sobre o enquadramento por uso ou tráfico é deixada à discricionariedade de policiais na abordagem, de membros do Ministério Público na acusação e de juízes no julgamento), se deu o agravamento desse cenário, com o número de presos triplicando no país na última década e os índices de presos provisórios tornando-se altíssimos. A preferência das instituições de segurança pública e justiça criminal pela alternativa da prisão (e da prisão por motivo de drogas), e seu desprezo por medidas alternativas de punição, têm sido fatores fundamentais à padronização da população carcerária e à sua cooptação por facções criminais.

Somando-se a isso, em âmbito local, o recente aumento das rivalidades entre facções e da crueldade nas ações de seus membros acabou por produzir inimizades generalizadas, o que influencia a instabilidade das redes de relações criminais. A forma brutal de lidar com o crime é, por exemplo, simbolizada pelo próprio nome da facção dos Bala na Cara, que remete ao “tiro de esculacho” – tiro dado no rosto, para fazer com que a vítima de assassinato seja velada com o caixão fechado.

O quanto mais envolvido o indivíduo estiver com os conflitos armados e com os homicídios (ou “traficídios”, homicídios relacionados às disputas internas ao tráfico), mais apoio e proteção de seu grupo ele irá necessitar, o que acirra suas relações de pertencimento. O Central cristaliza e complexifica essa vinculação agregando outros elementos, como os referentes a favores e serviços oferecidos nas galerias. A polícia também desempenha esse papel na medida em que, apesar do aumento dos homicídios no estado, a grande maioria dos apenados se encontram

presos por tráfico, roubo e furto. Em Porto Alegre, os flagrantes policiais em bairros desassistidos são responsáveis por mais de 90% das prisões efetuadas, o que delinea o padrão das relações no ambiente carcerário.

“A ordem interna ao presídio é vantajosa para a grande maioria dos atores sociais envolvidos”

IHU On-Line – Você tem uma experiência de pesquisa com travestis e transexuais no ambiente do sistema carcerário. O que mais lhe chamou atenção nesse estudo?

Marcelli Cipriani – O Presídio Central, assim como outros presídios brasileiros, é caracterizado pelo tratamento deficitário (muitas vezes violento) concedido aos apenados. Tratando-se de um estabelecimento masculino, e no qual os valores e comportamentos vinculados à hiper-masculinidade são celebrados, em seu cotidiano também se articulam a transfobia, a homofobia e o sexismo. Não foi surpresa, portanto, entrar em contato com informações sobre os abusos aos quais as travestis presas estavam sujeitas, tanto por parte dos agentes da Brigada Militar quanto pelos demais apenados.

Essas manifestações se expressavam em termos multidimensionais. Desde o campo simbólico, pela negativa dos policiais em chamar as travestis por seu nome social (apesar da existência de decreto governamental nesse sentido), tratando-as pelos nomes de registro, até na violência física, por espancamentos protagonizados pela polícia. Além disso, as travestis costumavam ter seus cabe-

los raspados, eram proibidas de usar maquiagem, de pintar as unhas, e de se vestirem com roupas socialmente consideradas como femininas. Quanto ao convívio com demais apenados, sua exposição às violências físicas e sexuais eram reiteradas, e não era incomum que elas fossem usadas como “mulas” no transporte de substâncias ilícitas.

Esse cenário mudou em 2012, quando foi criada a “3ª do H” – 3ª galeria do pavilhão H –, onde travestis encaminhadas para o Presídio Central e seus companheiros homossexuais passaram a viver. Suas experiências, durante esse período, são bastante enriquecedoras para um debate sobre os processos de mudança social, a partir dos tensionamentos entre o peso das estruturas da sociedade e as possibilidades de agência dos indivíduos em um espaço duro como a prisão. A conquista da galeria foi resultado de uma conjunção de esforços, articulando a mobilização intensa das travestis presas com a atuação de organizações de direitos de travestis e de mulheres transexuais. Isso ocorreu ao mesmo tempo em que se estabelecia uma conjuntura favorável no âmbito do governo estadual, que passava a intensificar as políticas públicas de gênero e identidade.

Entretanto, tal processo de mudança não foi pleno, pois não bastou para assegurar o acesso à cidadania das travestis presas, que seguem abrindo mão de outros direitos (como o estudo e o trabalho, por exemplo, que poderiam lhes fornecer a remição da pena), para evitar o risco de abusos pelo contato com outros apenados. Ainda, as poucas possibilidades de geração de renda que são oferecidas a elas costumam reforçar estereótipos de gênero e de feminilidade, bem como reproduzir a “docilização” de suas existências, que devem ser “comportadas”.

Na atualidade, a 3ª do H escapa aos códigos normativos de galerias controladas por facções, e é orientada segundo outros critérios de sociabilidade. Além disso, assim como na ga-

leria dos trabalhadores, dos apenados em programa de desintoxicação e dos religiosos, nela tanto as drogas quanto os celulares e as armas estão absolutamente vetados.

IHU On-Line – Que análise faz sobre o papel da mulher num contexto de criminalidade, seja na cadeia ou na comunidade de periferia?

Marcelli Cipriani – Apesar de a população carcerária feminina ter crescido consideravelmente nas últimas décadas, e de grande proporção dessas prisões ter sido motivada pelo uso, venda ou transporte de drogas, entendo que o controle sobre os mercados de substâncias ilícitas (de dentro de presídios e fora deles) é essencialmente articulado por homens, com as mulheres ocupando posições coadjuvantes na produção de efeitos atribuídos ao tráfico em espaços urbanos.

Isso não quer dizer, todavia, que não há mulheres em posições de poder nas dinâmicas dos comércios de drogas, tampouco que, em suas trajetórias nas vivências criminais, elas não assumam papéis de protagonistas. Também não significa que, como erroneamente entendido por algumas visões mais tradicionais, o desejo de angariar poder não seja motivação de muitas mulheres para a entrada nos negócios de entorpecentes.

A inserção das mulheres no “mundo do crime” parece ser estimulada por uma variedade de fatores, que vão desde a proteção a companheiros envolvidos com o tráfico, até o potencial de empoderamento contido na atividade criminal, passando pela necessidade de complementação da renda ou mesmo de sua obtenção, em face do alto nível de desemprego atestado na categoria em que elas se alocam. Entretanto, como se dão predominantemente no Brasil, as principais redes e mercados de substâncias ilícitas são protagonizadas por grupos criminais formados por apenados em presídios masculinos,

não concentrando sua organização em torno de mulheres ocupando posições de poder (econômico e simbólico), que costumam acessar pontos secundários.

Todavia, em que pese ocuparem lugares secundários nas dinâmicas mais expressivas dos negócios de entorpecentes, as mulheres não deixam de ser afetadas por ele. Assim, submetem-se de diferentes formas às suas dinâmicas, assumindo comportamentos de risco; têm suas interações familiares afetadas por um marido, pai ou filho

que se encontra preso (através do transbordamento do estigma prisional e da mudança na lógica de renda familiar, por exemplo); podem ser sujeitadas pelo domínio de facções sobre seus entes queridos, que também as alcança; e o simples fato de morarem em locais que estão sob controle de grupos criminais pode acarretar a instituição, por parte desses, de normas sobre suas condutas, assim como a imposição de critérios para seus relacionamentos afetivos.

Seja qual for a maneira de analisar

as mulheres nessas redes e mercados, com elas participando deles ativamente ou sendo afetadas indiretamente por suas dinâmicas, é preciso perceber que, na maioria dos casos, estamos nos referindo a certas mulheres: aquelas que vivem em bairros sociopolítico-espacialmente segregados, que estão vulneráveis à violência do crime comum e da seletividade policial, que se encontram nas fronteiras do trabalho formal e informal, muitas que são chefes de família, e que costumam estar expostas à exclusão racial e de classe. ■

Leia mais

- **“É um segundo Carandiru”**. Artigo de Fernando Del Corona, publicado na revista IHU On-Line número 504, de 8-5-2017, disponível em <http://bit.ly/2rCKsvM>.

- **Galerias do terror. Documentário Central radiografa presídio que já foi considerado o pior do Brasil**. Reportagem reproduzida nas Notícias do Dia de 31-3-2017, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2sIH0cj>.

- **Presídio Central de Porto Alegre: as facções no comando**. Entrevista especial com Sidinei Brzuska, publicada nas Notícias do Dia de 19-4-2012, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2qXAihf>.

- **Colapso do Presídio Central de Porto Alegre na comissão da OEA**. Reportagem reproduzida nas Notícias do Dia de 24-4-2012, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2svAkip>.

- **Crise do Presídio Central de Porto Alegre atrai atenção da imprensa internacional**. Reportagem reproduzida nas Notícias do Dia de 14-1-2014, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2svBCKd>.

ObservaSinós

OBSERVATÓRIO DA REALIDADE E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
DO VALE DO RIO DOS SINOS



ihu.unisinos.br

Tráfico de drogas e crime organizado: a necessidade da complexificação do olhar

Francisco Amorim defende uma abordagem sistêmica como forma de enfrentar coletivos de crime organizado, em movimentos que exigem que o Estado vá muito além da política de repressão

João Vitor Santos

Para iniciar qualquer reflexão acerca de violência e criminalidade, é preciso romper com o lugar comum. Em geral, tem-se a ideia de que é na periferia que o crime organizado cresce porque as pessoas são pobres e o tráfico de drogas se apresenta como uma alternativa de resultados rápidos. Para o pesquisador e jornalista Francisco Amorim, isso é apenas parte de uma realidade. “A questão não é se o morador concorda ou não. Se não concorda, a regra é sempre a mesma: tem de sair. E ir para onde? Para outro bairro dominado por outro grupo?”, aponta ao destituir a ideia de adesão ao chamado poder paralelo.

Amorim, na entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, reconhece que os coletivos se inscrevem na periferia pela ausência do Estado. “O Estado se mostra, muitas vezes, apenas em seu lado repressor, sendo pouco eficiente nas esferas da educação e saúde. É circular pelas grandes cidades para constatar: onde há mais problema de iluminação pública, de pavimentação, de acesso a serviços públicos?”, pontua. Acuada no seu território, o morador ainda sofre com o que ele chama de “discriminação e a segregação espacial”. “Tem de conviver com a difusão de estereótipos que o marginalizam. O preconceito acaba sendo implacável. Muitas vezes dar o seu

endereço é encerrar uma entrevista de emprego”, analisa.

E assim, os índices de criminalidade aumentam. “Enquanto o problema for tratado apenas como questão de política, continuaremos vivendo em cidades inseguras”, avalia. Para Amorim, a violência “tem de ser vista como algo sistêmico, que envolve questões econômicas, culturais e institucionais. As assimetrias sociais, as renúncias do Estado, aliadas a um mercado consumidor consolidado, não tenho dúvidas, serviram de esteio para instalação destes grupos ligados à venda de entorpecentes”.

Francisco Amorim é professor universitário, jornalista formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, mestre em Sociologia pela mesma universidade e atualmente doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS, com doutorado-sanduíche na Universidade Autônoma de Barcelona. Integra o Grupo de Pesquisa Violência e Cidadania da UFRGS, onde investiga a relação sistêmica entre narcotráfico e criminalidade urbana nas maiores cidades da América Latina. Como jornalista, foi repórter no jornal Zero Hora e do Grupo Editorial Sinos, ambos no Rio Grande do Sul.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Como compreender o impacto do narcotráfico nas metrópoles? De que forma ele alimenta e se sustenta de outras formas de crime?

Francisco Amorim – O primeiro passo é complexificar o conceito.

Não podemos pensar em narcotráfico como um mercado ilegal de entorpecentes homogêneo, de reflexos iguais em todos os lugares. Há zonas de produção, rotas de transporte, pontos de venda e regiões de consumo. E mais: isso também va-

ria de droga para droga e ao longo do tempo.

Pense em duas drogas, infelizmente, bastante difundidas no mundo contemporâneo: cocaína e heroína. A primeira é produzida em larga escala em terras andinas, a segunda,

“Não podemos pensar em narcotráfico como um mercado ilegal de entorpecentes homogêneo”

em grande parte, tem origem em fazendas afegãs. Ambas são consumidas nos Estados Unidos. A primeira também é consumida na América do Sul e Central, a segunda, muito pouco por estes lados. Ambas são consumidas em território europeu sem registro dos mesmos patamares de violência observados na América Latina. Por que isso ocorre? Aspectos culturais, econômicos e até institucionais influenciam em como um determinado mercado se instala. É preciso levar em conta, como mostram alguns estudos, que o narcotráfico, como qualquer mercado, seja legal ou ilegal, se instala em uma região aproveitando-se de sua capacidade de produção, distribuição e consumo.

Façamos uma comparação entre cocaína e ecstasy. Drogas sintéticas chegam ao Brasil vindas da Europa pelas mãos, muitas vezes, de jovens universitários, sendo distribuídas em *festas raves* nas grandes metrópoles. Foram produzidas em laboratórios sofisticados e não requerem largas áreas de cultivo ou complicadas redes de distribuição para chegar às baladas brasileiras. O preço final é alto. Já a cocaína vendida nas mesmas metrópoles chega por milhares de quilômetros de rodovias ou em pequenos aviões, envolve produção na Bolívia, Peru ou Colômbia e tem sua distribuição capilarizada em diversos pontos, de bairros nobres a favelas. É empregada também para a produção de drogas mais baratas, como o crack e a merla¹, ampliando

seu leque de consumidores. Duas substâncias entorpecentes ilícitas, mas com organizações completamente distintas. Claro que há vasos comunicantes entre suas redes, mas a dinâmica difere pela própria natureza da substância.

Pense na maconha então: ela tem produção muito mais regionalizada, podendo ser cultivada em casa, levando a uma dinâmica completamente diferente. Por ter mais volume e menor preço final do que a cocaína, essa droga se torna muito menos vantajosa para tráfico intercontinental. Em geral, as rotas incluem um ou dois países, no máximo. Podemos perceber então que, como em qualquer outro mercado, a relação volume e preço final são determinantes para sua distribuição.

É da combinação dessas variantes que se estabelece o uso maior ou menor da violência, que sempre terá caráter instrumental. Ela é empregada para implementação ou manutenção do poder. Não é acessória, é essencial para estes grupos, mas também tem gradientes e escalas distintas ao longo do tempo e do espaço, de acordo com as oscilações do mercado decorrentes do consumo, do número de fornecedores e da própria contenção estatal.

ses de separação da cocaína, a partir do processamento das folhas da planta. Tem uma consistência pastosa, cheiro forte e apresenta uma tonalidade que varia do amarelado até o marrom de acordo com o produtor. Embora menos potente, tem efeitos destrutivos parecidos ou até maiores que os do crack. Sua capacidade de causar dependência física e psicológica é muito grande e a abstinência costuma ser extremamente dificultosa. A merla pode ser fumada sozinha ou adicionada a cigarros de tabaco ou de maconha. (Nota da **IHU On-Line**)

IHU On-Line – No que consiste a chamada “cadeia do narcotráfico”, essencialmente nas metrópoles latino-americanas, e por que é importante para ela a organização e domínio de comunidades de periferias?

Francisco Amorim – Podemos então pensar, a partir disso, que o narcotráfico de cocaína e maconha se aproveita na América Latina de regiões pobres, nos Andes, para produção, e periferias das metrópoles, para distribuição. Então, grupos passam a disputar espaços, controle, dessas redes. Como todo o mercado, o de drogas ilícitas não é infinito. Surgem então as disputas. Neste cenário, a repressão policial como estratégia única só aumenta o valor das substâncias no varejo, elevando o interesse dos grupos e reajustando os indicadores criminais. Como lembra a antropóloga Alba Zaluar², o humano sempre consumiu substâncias entorpecentes. Disso concluímos que temos um mercado socialmente construído com alguns atores dispostos a entregar e outros dispostos a pagar pelas substâncias ilícitas em questão.

Vejamos o caso de Porto Alegre, onde o consumo, apesar de ter crescido, não acompanhou o aumento do

¹ **Merla**: é uma variação da pasta de coca, da qual se originam também a cocaína e o crack. A merla é um produto grosseiro, obtido das primeiras fa-

² **Alba Zaluar** (1942): socióloga brasileira, doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo - USP. Atualmente é professora de Antropologia do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, onde coordena o Núcleo de Pesquisa em Violências - NUPEVI. Entre seus livros publicados, destacamos *De Olhos Bem Abertos. Rede de Tráfico em Copacabana* (Rio de Janeiro: FGV, 2003), e *Um Século de Favela* (Rio de Janeiro: FGV, 2006) (**Nota da IHU On-Line**)

número de quadrilhas existentes. Conforme estudos, até 2000, falávamos em três grandes grupos, agora, por algumas investigações de outros pesquisadores, já visualizamos cinco, seis facções. Há mais concorrência e, por isso, o incremento da violência por pontos de venda acaba sendo evidenciado pelas estatísticas de homicídios. A disputa por pontos ou a cobrança de dívidas, entre outras contendas, se decidem pela força. A mediação de conflitos é feita, literalmente, à bala. Não é à toa que são jovens pobres e negros as principais vítimas de homicídios. Muitos deles são recrutados como soldados do tráfico de varejo, atuando na ponta mais visível; estão na linha de frente. O ingresso destes jovens pode se dar por uma série de motivos, como a busca por renda ou poder. Infelizmente, muitas vezes, isso está vinculado à escassez de outros meios para alcançar metas de sucesso estabelecidas pela própria sociedade que lhe assegurem status, como possuir produtos e bens de marca. Em outros, é uma sensação de poder assegurada pela arma de fogo, lamentavelmente.

Há ainda um segundo efeito colateral. Em momentos de turbulência, de disputa ou forte repressão policial, alguns grupos podem migrar para outras atividades delitivas como roubos – o mais comum –, mas também sequestros e extorsões de comerciantes. Os grupos se aproveitam do poder de intimidação alcançado em suas comunidades na e pela guerra entre facções e contra a polícia. Aproveitam também do fato de terem à disposição armas para cometer crimes contra a vida e o patrimônio. Quando não são usadas pelos integrantes dos grupos, acabam sendo alugadas a interessados.

As redes se ampliam com a superlotação prisional, que é impulsionada pelo encarceramento de pequenos traficantes. Mais da metade dos detentos do Presídio Central de Porto Alegre, por exemplo, está lá por suspeita de envolvimento com o tráfico. Se fossem mais de dois mil líderes, suponho, já teríamos dado conta do

tráfico na cidade, não? O problema é que a política sobre drogas não está dando resultados. Prende-se muito, mas, muitas vezes, se prende mal. Qual o efeito disso? Nestas galerias superlotadas, sem condições de reabilitação, se estabelecem pactos, redes de solidariedade, de negócios, que vão se estender para as ruas ali na frente.

Por fim, a presença do tráfico gera, muitas vezes, uma situação em que se passa a admitir a violência como estratégia viável para resolução de conflitos. Soma-se a isso uma sociedade com traços fortemente patriarcais, onde a agressividade é compreendida como qualidade para soluções de contendas, e teremos um ambiente propício para que brigas de bar ou entre torcedores acabem em morte. O tráfico dissemina uma cultura da violência e seus efeitos ultrapassam as cadeias deste mercado. Neste sentido, teríamos que construir sociedades baseadas em uma cultura para a paz.

“Repressão policial como estratégia única só aumenta o valor das substâncias no varejo”

IHU On-Line – Como observa a relação entre os moradores das periferias e grupos de crimes organizados? Por que, em algumas situações, a resistência ao poder estatal, da polícia e do próprio Estado, é maior do que a resistência aos grupos organizados?

Francisco Amorim – A questão é de outra natureza. Há casos excepcionais, sim, mas isso está longe de se tornar regra. É muito mais um discurso, baseado em casos isolados, uma crença para justificar de forma precária ações de segregação social e

espacial destas comunidades. O que ocorre, algumas vezes, é que algum traficante ocupa as brechas deixadas pelo Estado ausente, ofertando algum tipo de ajuda e, principalmente, segurança, disciplinando algumas condutas, proibindo furtos e roubos em sua área de atuação, por exemplo. A questão não é se o morador concorda ou não. Se não concorda, a regra é sempre a mesma: tem de sair. E ir para onde? Para outro bairro dominado por outro grupo? A questão é mais de submissão do que de adesão. A falta de alternativa força o silêncio.

Se o Estado está presente apenas na sua dimensão policial, sem dúvidas, ele também reduz seu poder institucional. O Estado se mostra, muitas vezes, apenas em seu lado repressor, sendo pouco eficiente nas esferas da educação e saúde. É circular pelas grandes cidades para constatar: onde há mais problema de iluminação pública, de pavimentação, de acesso a serviços públicos? O Estado trata moradores da periferia e de bairros nobres de forma desigual. Quando o Estado está ausente, sim, ele perde sua legitimidade. Basta ver os efeitos dramáticos da crise institucional em que vivemos. Se o Estado é visto como algo distante, pode acabar sendo visto, equivocadamente, como desnecessário. Não é algo restrito a uma classe social. O tecido social se rompe, o pacto social se quebra quando o Estado deixa de cumprir de forma integral seu papel institucional.

Sobre essa questão, por isso, é importante destacar que o que pode ser visto como adesão, na verdade, é medo. Quando a viatura passa, quem fica é o grupo ilegalmente organizado. Na ausência do Estado, é a regra do grupo armado que você acaba tendo que seguir, sob o risco de se tornar a próxima vítima dele.

IHU On-Line – Quais são as particularidades dos grupos organizados do Sul do Brasil na comparação com outros do Sudeste, como Comando Vermelho – CV e Primeiro Coman-

do da Capital – PCC? Há disputas entre grupos locais e esses dois grandes grupos? Como isso se dá?

Francisco Amorim – Podemos falar de cenários e conjunturas, mas é preciso levar em conta que o mercado ilícito de entorpecentes é dinâmico. No passado, até os anos 2000, os maiores grupos tinham como origem quadrilhas de roubo a banco, a carro-forte e de veículos. Claro, algumas quadrilhas se aventuravam no tráfico internacional de armas por nossa condição fronteira. O tráfico vai ganhando espaço nos anos 80, 90 e se consolida nos anos 2000. Ele era controlado por estruturas familiares aqui em Porto Alegre até pouco tempo. Os padrões do tráfico eram vistos como membros de uma comunidade. O surgimento de uma nova facção, que antes chegou a estar conectada com atuais rivais, recrudescer a disputa por um mercado consumidor de varejo consolidado. Esse grupo surge com a pretensão de buscar a hegemonia regional, seguindo um modelo muito parecido ao visto em São Paulo. Então as taxas delitivas explodem. No entanto, importante frisar, no Sul, a disputa é pelo mercado do varejo local, pois não integramos as grandes rotas marítimas para a Europa, motivo da atual contenda entre PCC, CV e facções regionais do Norte e Nordeste.

A superlotação prisional e o uso de extrema violência fez o grupo em questão crescer rapidamente a ponto de levar à união de outros grupos menores para combatê-lo. O resultado disso é o aumento dos números de homicídios e de outros crimes. Se no passado existiam alguns acordos, demarcações territoriais mais estáveis, isso acabou. Já a relação com grupos de Rio e São Paulo é, ao menos por enquanto, pelo que temos visto, muito mais comercial do que orgânica. Em outras palavras, há conexões, negócios, mas não relações de comando de cadeia hierárquica. Os grupos daqui negociam com PCC e CV, pois estes controlam boa parte das rotas de armas e entorpecentes desde o

Paraguai, Colômbia e Bolívia.

A pergunta é se isso pode mudar. Como em qualquer mercado, quando você escolhe um parceiro no tráfico, você passa a ser também oponente de seus concorrentes. Neste sentido, sim, não se pode descartar que o conflito entre PCC e CV chegue às ruas gaúchas. Os dois grupos do Sudeste estão atualmente de olho nas rotas para a Europa, concentrando, neste momento, forças contra facções que resistem à invasão de seus territórios no Norte e Nordeste ou que não querem fazer alianças. No entanto, isso pode mudar a qualquer momento. Novas rotas aéreas, aumento do transporte de cargas pelo porto de Rio Grande para outros países, elevação do consumo de drogas no Uruguai ou Argentina, enfraquecimentos dos grupos locais, por exemplo, podem chamar a atenção das facções de fora. O Rio Grande do Sul não é uma ilha.

IHU On-Line – Qual a realidade das periferias da região metropolitana de Porto Alegre hoje? Como se dão as disputas entre poder institucional, Estado, e poder paralelo, crime organizado?

Francisco Amorim – O Estado, de forma geral, abdicou há décadas das regiões de suas cidades. Fora o patrulhamento policial feito em viaturas, o Estado está representado por escolas carentes de estrutura, com professores mal pagos, praças sem iluminação e postos de saúde ineficientes. Aliada aos baixos salários e efetivo reduzido, uma política de polícia de combate – e não de proximidade – afastou ainda mais o Estado dessas comunidades. Por outro lado, as redes ilícitas permanecem nestes locais por mais tempo, impondo suas regras quando as viaturas deixam a rua.

Muitos bairros, por conta disso, passam a ser palco das disputas pelo mercado do varejo de drogas. Como há demanda, mesmo que um grupo seja desarticulado em uma ação policial, outro assume seu lugar ama-

nhã. O resultado é a prisão de traficantes pouco expressivos na rede do tráfico, facilmente substituíveis. O que vimos, na prática, é uma seletividade penal que não tem contribuído para redução da violência, apenas lotando presídios.

Mas por quais motivos o número de mortes é mais elevado na região metropolitana? Os grupos se instalam onde o mercado consumidor está mais concentrado. Por consequência, a disputa violenta aumenta o número de mortes.

“As redes se ampliam com a superlotação prisional, que é impulsionada pelo encarceramento de pequenos traficantes”

IHU On-Line – Qual o impacto dos elevados números de homicídios nas comunidades periféricas de Porto Alegre entre os próprios moradores desses locais? Esse é o crime mais temido na periferia?

Francisco Amorim – O homicídio é o crime mais temido em qualquer sociedade, não seria diferente em Porto Alegre. Quanto mais violenta uma região, mais os moradores ficam acuados. Isso não é diferente na Capital. Muda a rotina, os hábitos, liberdades são suprimidas. O direito de ir e vir é restrito. O resultado é que o medo ou faz as pessoas fugirem do local ou se silenciarem. Em ambos os casos, quem se fortalece é o crime organizado.

A população que vive nestas áre-

as ainda sofre com a discriminação, com a segregação espacial. Tem de conviver com a difusão de estereótipos que a marginalizam. O preconceito acaba sendo implacável. Muitas vezes dar o seu endereço é encerrar uma entrevista de emprego, andar com uma camiseta da escola de samba do seu bairro é motivo para ser olhado de forma distinta pelo segurança de uma loja. A violência contra essa população esquecida pelo Estado vai além das rotinas às quais são submetidas nas redondezas de casa.

“Se o Estado está presente apenas na sua dimensão policial, sem dúvidas, ele também reduz seu poder institucional”

IHU On-Line – É possível afirmar que há invisibilidade nas mortes, essencialmente homicídios, ocorridas na periferia? Por que e quais as consequências?

Francisco Amorim – Não sei se a palavra seria ‘invisibilidade’. Eles são registrados, noticiados, mas recebem pouca atenção. A palavra seria talvez ‘esquecidos’, talvez ‘despersonalizados’, compondo apenas uma estatística sem rostos. Isso tem reflexos graves. Há uma banalização da vida. A tolerância com esses crimes, mesmo quando praticada entre grupos rivais, apenas agrava a situação. Um efeito colateral disso é uma concepção social territorializada do crime, carregada de estereótipos. Isso leva a considerações baseadas em generalizações de toda ordem.

Em muitos casos, por exemplo, a presunção de uma relação entre o homicídio registrado e o tráfico de entorpecentes não se confirma. O estrago à imagem da vítima está feito. Ela se torna vítima mais uma vez, agora da falta de interesse. O certo é que o jovem na periferia está em uma condição de vulnerabilidade muito maior.

IHU On-Line – Qual o peso do sistema carcerário, mais especificamente do Presídio Central, na engrenagem do crime organizado na capital gaúcha? Que associações podemos fazer entre a vida no Central e nas favelas, as chamadas vilas, de Porto Alegre?

Francisco Amorim – O Presídio Central continua sendo uma base importante de comando das facções gaúchas. Há estudos recentes que mostram a relação entre galerias da cadeia pública e os bairros da Capital. A superlotação apenas agravou o problema. A mudança na legislação sobre drogas catapultou o número de detentos, sem resolver o problema. Ao tornar as condições subumanas e delegar o controle interno dos pavilhões para as quadrilhas, o Estado criou um espaço propício para recrutamento de criminosos. Para viver lá dentro, você assume dívidas e aceita regras, que vão continuar valendo aqui fora. O Estado precisa assumir seu compromisso, previsto na Lei de Execução Penal. Do jeito que está, penso, apenas fomenta o crime.

IHU On-Line – Como analisa a construção que a imprensa faz da vida na periferia de Porto Alegre? E como compreender o que está por trás da narrativa de crimes construída pela imprensa gaúcha?

Francisco Amorim – Qualquer generalização sobre esse tema é temerária. Em relação à cobertura de temas de Segurança Pública, há avanços e retrocessos. Se por um

lado encontramos publicações que evoluíram em suas coberturas, dando espaço para análises mais profundas, outras empregam o sensacionalismo como estratégia para angariar audiência.

Vejo iniciativas com o objetivo de reduzir a dependência dos dados oficiais. Algumas voltadas ao monitoramento independente de crimes ou investimento em reportagens investigativas. Entretanto, há quem aposte em estratégias discursivas voltadas à espetacularização da notícia. O mesmo tem ocorrido com o jornalismo alternativo, que cresce com o avanço das tecnologias, que permitem a produção de relatos jornalísticos a partir de *smartphones*. Há boas iniciativas, que buscam tratar a violência como um problema social complexo. No entanto, outras propõem análises simplistas, dicotomias entre bem e mal, que não ajudam na compreensão do fenômeno social. De modo geral, a mídia evoluiu nas últimas décadas, mas há um longo caminho a percorrer. Muitos jornalistas escrevem sobre a periferia sem conhecê-la ou apenas a partir do que observam quando chegam para cobrir uma operação policial. Esse distanciamento leva a uma certa cegueira, uma visão incompleta destas regiões.

IHU On-Line – Deseja acrescentar algo?

Francisco Amorim – A violência nos grandes centros urbanos da América Latina tem de ser vista como algo sistêmico, que envolve questões econômicas, culturais e institucionais. As assimetrias sociais, as renúncias do Estado, aliadas a um mercado consumidor consolidado, não tenho dúvidas, serviram de esteio para instalação destes grupos ligados à venda de entorpecentes. Enquanto o problema for tratado apenas como questão de política, penso, continuaremos vivendo em cidades inseguras. ■

Confira outras publicações do IHU acerca do tráfico de drogas e da criminalidade

- **Prisões brasileiras. O calabouço da modernidade.** Revista IHU On-Line número 471, de 31-8-2015, disponível em <http://bit.ly/2qXGA0n>.
- **A marcha cega diante o fascínio da violência.** Reportagem do IHU, publicada nas Notícias do Dia de 31-7-2017, disponível em <http://bit.ly/2s9i00Y>.
- **Uma nova política de drogas poderia ajudar a América Latina?** Reportagem reproduzida nas Notícias do dia de 26-4-2016, disponível em <http://bit.ly/2rD1nrP>.
- **Crescimento da população carcerária implica aumento da violação de direitos.** Entrevista especial com Humberto Ribeiro Júnior, publicada nas Notícias do Dia de 31-1-2017, disponível em <http://bit.ly/2rKO22O>.
- **A disputa pelo monopólio do tráfico e a estrutura do crime organizado pela aliança entre os mais ricos e os mais pobres.** Entrevista especial com José Cláudio Alves, publicada nas Notícias do Dia de 12-1-2017, disponível em <http://bit.ly/2rWsTUn>.
- **Brasil e o risco de um narcoestado - A retroalimentação entre a política e o tráfico.** Entrevista especial com Thadeu Brandão, publicada nas Notícias do Dia de 17-1-2017, disponível em <http://bit.ly/2rD30FT>.
- **"Foi a ausência do Estado que produziu essa violência cruel".** Reportagem reproduzida nas Notícias do Dia de 11-1-2017, disponível em <http://bit.ly/2qXyt3U>.
- **Marco legal antidrogas: "A internação compulsória é moralista e criminalizante".** Entrevista reproduzida nas Notícias do Dia de 15-4-2013, disponível em <http://bit.ly/2qQclZX>.
- **Aprisionamento em massa fortalece facções criminosas.** Reportagem reproduzida nas Notícias do Dia de 5-1-2017, disponível em <http://bit.ly/2rD2o32>.
- **Com cadeias já superlotadas, País tem 564 mil mandados de prisão em aberto.** Reportagem reproduzida nas Notícias do Dia de 27-1-2017, disponível em <http://bit.ly/2rt8eWs>.
- **Crime e sociedade estamental no Brasil: De como la ley es como la serpiente; solo pica a los descalzos.** Artigo de Lenio Luiz Streck, publicada no Cadernos IHU ideias, número 178, disponível em <http://bit.ly/2rWs8KZ>.
- **Violências: O olhar da saúde coletiva.** Artigo de Élide Azevedo Hennington e Stela Nazareth Meneghel, publicado no Cadernos IHU Ideias, número 51, disponível em <http://bit.ly/2qQ6Om7>.

Confira outras entrevistas publicadas no sítio do IHU com a temática periferias

- **Transformações no mundo do trabalho e suas implicações nas periferias urbanas.** Entrevista especial com Gerardo Silva, publicada nas Notícias do Dia de 29-5-2017, disponível em <http://bit.ly/2qF4puf>.
- **A pluralidade das periferias: da mobilização coletiva ao reconhecimento das individualidades.** Entrevista especial com Leandro Pinheiro, publicada nas Notícias do Dia de 26-5-2017, disponível em <http://bit.ly/2ruxmfQ>.
- **Setores políticos 'progressistas' e a compreensão enviesada e utilitarista da periferia.** Entrevista especial com Henrique Costa, publicada nas Notícias do Dia de 17-5-2017, disponível em <http://bit.ly/2qF2C8C>.

- **Valores da periferia estão mais próximos do anarquismo do que do liberalismo.** Entrevista especial com Marcio Pochmann, publicada nas Notícias do Dia de 17-4-2017, disponível em <http://bit.ly/2o4IH5F>.

- **A potência criativa das periferias na construção de novas narrativas web.** Entrevista especial com Eduardo Alves, publicada nas Notícias do Dia de 5-4-2017, disponível em <http://bit.ly/2rYzgG8>.

- **Grafite e pichação se alimentam da iconografia da periferia.** Entrevista especial com Maria Amelia Bulhões, publicada nas Notícias do Dia de 10-2-2017, disponível em <http://bit.ly/2rp6ZpF>.

- **A periferia paulista substitui Lula por Doria e adere ao discurso do mérito sustentado pelo lulismo.** Entrevista especial com Henrique Costa, publicada nas Notícias do Dia de 7-10-2016, disponível em <http://bit.ly/2qKuasC>.

- **As periferias de Porto Alegre: Suas pertencas, redes e astúcias. Bases para compreender seus saberes e dinâmicas éticas.** Entrevista especial com Leandro Pinheiro, publicada nas Notícias do Dia de 17-8-2016, disponível em <http://bit.ly/2rYAph4>.

- **A dessolidarização social e a ostentação pelo consumo: um novo retrato do Brasil à luz da periferia urbana de São Paulo.** Entrevista especial com Thais Pavez, publicada nas Notícias do Dia de 6-7-2016, disponível em <http://bit.ly/2rJyo8Q>.

- **Periferia de São Paulo. "Polícia, crime, igreja e trabalho são esferas de vida que se interpenetram".** Entrevista especial com Gabriel Feltran, publicada nas Notícias do Dia de 5-7-2016, disponível em <http://bit.ly/2ruYotK>.

- **"O regime militar não acabou nas periferias. Mudou apenas a cor do uniforme".** Entrevista especial com Adriano Pilatti, publicada nas Notícias do Dia de 21-11-2013, disponível em <http://bit.ly/2rg2MpX>.

- **A UPP não convence a juventude da periferia.** Entrevista especial com Julio Ludemir, publicada nas Notícias dia de 18-11-2011, disponível em <http://bit.ly/2rpmfD0>.

- **O rap e o funk na socialização do jovem da periferia.** Entrevista especial com Juarez Dayrell, publicada nas Notícias do Dia de 8-11-2007, disponível em <http://bit.ly/2rph3Pa>.

- **A ascensão do pentecostalismo: da religião à política.** Entrevista especial com Christina Vital, publicada nas Notícias do Dia de 19-4-2017, disponível em <http://bit.ly/2st3QUW>.

- **Desvinculação religiosa entre os jovens é maior do que a adesão ao pentecostalismo.** Entrevista especial com Silvia Fernandes, publicada nas Notícias do Dia de 25-4-2017, disponível em <http://bit.ly/2ruAMiD>.

- **Mercado e Estado, dois oligopólios em permanente negociação entre si.** Entrevista especial com Hugo Albuquerque, publicada nas Notícias do Dia de 3-4-2017, disponível em <http://bit.ly/2prfFKI>.

- **A nova classe trabalhadora, seu imaginário e a reprodução de valores liberais.** Entrevista especial com Jordana Dias Pereira, publicada nas Notícias do Dia de 27-4-2017, disponível em <http://bit.ly/2st0YHL>.

- **Porto Alegre. Com pequenas e grandes obras, a cidade é um lugar de disputa permanente.** Entrevista especial com Lucimar Siqueira, publicada nas Notícias do Dia de 20-8-2014, disponível em <http://bit.ly/2ruXaZr>.



ihu.unisinos.br

IX Colóquio Internacional IHU.

A Biopolítica como teorema da Bioética

17 e 18 de outubro de 2017

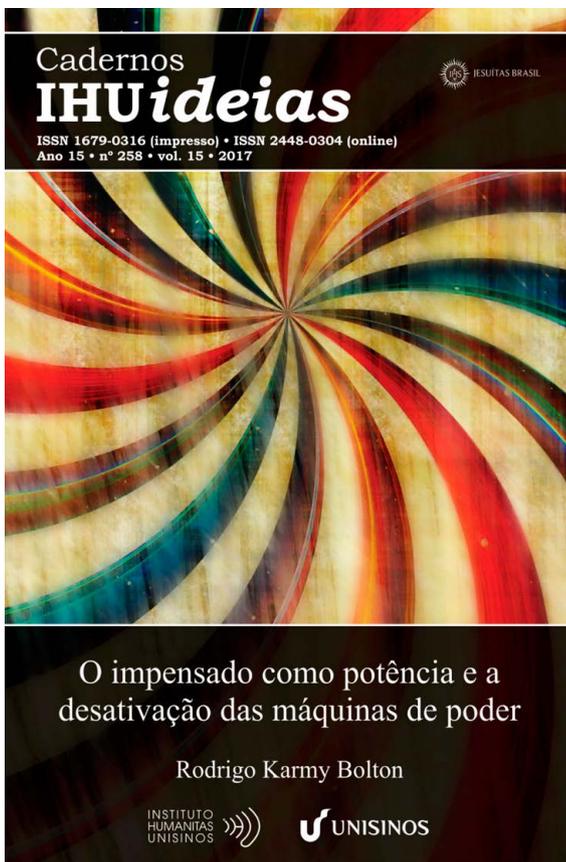
O impensado como potência e a desativação das máquinas de poder

Em sua edição de número 258, o **Cadernos IHU Ideias** traz a entrevista completa com **Rodrigo Karmy Bolton**, doutor em Filosofia pela Universidade do Chile, onde leciona e é pesquisador do Centro de Estudos Árabes da Faculdade de Filosofia e Humanidades, intitulada *O impensado como potência e a desativação das máquinas de poder*. Nessa

entrevista, Bolton reflete acerca da obra de Giorgio Agamben. “Poderíamos dizer que toda a arqueologia filosófica agambeniana consiste em desbloquear o impensado da máquina, abrir o campo do possível que toda máquina tenta conter. Aqui se encontra o que Agamben chama provisoriamente de a potência destituente, que pode ser definida como um movimento de constituição e destituição, uma vez que possibilita múltiplos usos possíveis”, destaca o pesquisador. Fragmentos dessa entrevista já haviam sido publicados na edição 505 da revista IHU On-Line, *Giorgio Agamben e a impossibilidade de salvação da modernidade e da política moderna*, disponível em ihuonline.unisinos.br/edicao/505.

Acesse a versão completa do artigo em <http://bit.ly/2qWVF5B>

Esta e outras edições do Cadernos IHU ideias também podem ser obtidas diretamente no Instituto Humanitas Unisinos – IHU, no campus São Leopoldo da Unisinos (Av. Unisinos, 950), ou solicitadas pelo endereço humanitas@unisinos.br. Informações pelo telefone (51) 3590-8213.





Chris (Daniel Kaluuya) enfrenta clima de dúvida e de uma crescente tensão racial na festa oferecida pelos pais de sua namorada branca

62

O pesadelo branco dos Estados Unidos

No ano em que *Moonlight* ganhou o Oscar de melhor filme, *Corra!* discute o racismo misturando terror e comédia

Fernando Del Corona¹

Em meados de fevereiro, no mesmo fim de semana em que *Moonlight* ganhava o Oscar de melhor filme, estreava nos Estados Unidos *Corra!*, do diretor Jordan Peele, uma mistura de terror e comédia que aborda as relações raciais ainda tensas que permeiam uma sociedade que se proclama pós-racial – uma coincidência que carrega um forte significado.

Na história, Chris (Daniel Kaluuya), um jovem negro, se prepara para conhecer os pais de Rose (Allison Williams), sua namorada branca. “Eles sabem que eu sou negro?”, pergunta Chris. “Não. Eles deveriam?”, ela replica. O rapaz sabe que não é tão simples. Seu amigo, Rod (Lil Rel Howery), brinca ao telefone: “Não vá para a casa dos pais de uma garota branca”. No caminho para lá, durante um encontro com um policial, Rose parece indignada quando este pede os documentos de Chris sem motivo aparente. Chris entende, tem a calma própria de quem já passou por isso antes.

Esses momentos iniciais, antes da trama realmente entrar em vigor, servem para estabelecer uma dinâmica central à história. Até em um ambiente aparentemente inofensivo, as relações raciais sempre são interpretadas de maneiras diferentes, dependendo de que lado você se encontra. Em uma sociedade como a dos Estados Unidos, onde alguns se dão ao luxo de afirmar que o racismo acabou, as peculiaridades dessa relação ainda permanecem firmemente estabelecidas logo abaixo da superfície.

Corra! não se propõe a abordar o racismo explícito de tantos outros filmes que o antecedem. O que interessa ao diretor Jordan Peele é um racismo institucionalizado, até socialmente aceito para alguns

¹ Fernando Del Corona é mestrando em Comunicação e especialista em Televisão e Convergência Digital pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, graduado em Produção Audiovisual pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Em seu artigo de conclusão da especialização, pesquisou a relação de fãs da série *Game of Thrones* com spoilers no ambiente do site reddit. Em sua dissertação, em fase de desenvolvimento, investiga a presença da imagem-tempo na obra da diretora norte-americana Sofia Coppola.

segmentos. Os pais de Rose, Dean (Bradley Whitford) e Missy Armitage (Catherine Keener), são o exemplo de brancos liberais. Eles votariam em Obama uma terceira vez, se pudessem – e deixam isso claro na primeira oportunidade. Eles adoram trazer lembranças de suas viagens a outros países: “É um enorme privilégio poder experimentar a cultura de outra pessoa”, proclama Dean, palavras disfarçadamente proféticas. O irmão mais novo, Jeremy (Caleb Landry Jones), sugere uma violência vagamente disfarçada.

Chris também conhece na casa Walter (Marcus Henderson) e Georgina (Betty Gabriel), os dois negros que trabalham para os Armitage. Ele sente que há algo estranho, mas, como é frequentemente o caso em situações assim, imagina uma explicação: talvez Georgina não goste que ele esteja namorando uma branca, talvez Walter não goste de outro negro mandando nele.

Aos poucos, conforme visitas – praticamente todas brancas – chegam à casa para uma festa anual, pequenas situações de tensão se acumulam. Comentários soltos sugerem um racismo velado em estereótipos aceitos: é verdade que negros são bons de cama? Mas Chris ainda evita falar algo. Estaria ele imaginando coisas?

Esse clima de dúvida e de uma crescente tensão racial é a força guia de *Corra!*. Peele, metade do duo de comediantes Key e Peele, traz, no seu primeiro trabalho como diretor, uma veia humorística que transita entre as intervenções bem-humoradas de Rod e as risadas tensas nas interações de Chris com todos na casa. O que ele expõe com surpreendente eficácia para um diretor de primeira mão é a hipocrisia que ainda permeia por trás de uma América branca e liberal, que se congratula por suas ações progressistas, mas é desinteressada em realmente mudar algo que possa destituí-la de seus privilégios.

Uma mistura de *Adivinhe quem vem para jantar* (1967) com *O bebê de Rosemary* (1968) e um toque de *As esposas de Stepford* (1975), *Corra!* atualiza o terror psicológico dos dois últimos com o teor racial do primeiro. *Rosemary* e *Stepford* funcionam como metáforas para a posição da mulher em uma sociedade que a oprime e a força a papéis sociais pré-estabelecidos de mãe e dona de casa, enquanto critica a artificialidade dos construtos sociais que mantêm essa situação em vigor. Da mesma maneira, *Corra!* é uma metáfora para a posição do negro em uma sociedade que primeiro o silencia, para depois consumi-lo à sua maneira, expandindo, como nos outros filmes, a ideia de como essa mesma sociedade invade e controla o corpo alheio para atingir seus objetivos. Ele também carrega *A noite dos mortos vivos* (1968), marcante pelo raro herói negro em um filme de terror – gênero que gerou a piada de que “o negro sempre morre primeiro” – preso em uma casa, lidando com uma horda sedenta pelo seu cérebro.

Difícil aprofundar-se nas críticas de Peele sem revelar os rumos inesperados que a história toma, que é grande parte da experiência do filme. A maneira com que a trama se desenvolve trata da fetichização da experiência e da cultura negra pela população branca, assim como da necessidade do negro de se assimilar a uma sociedade branca, empurrando-o para um vazio onde não pode se expressar. Um dos visitantes da festa, um negociador de arte cego, elogia Chris pelas suas belas fotos urbanas, e como ele gostaria de poder ver pelos olhos dele. A figura do artista que “não vê cor” não é perdida em Peele. Outro visitante coloca desembaraçadamente para Chris que “negro está na moda agora”.

Chris se vê rodeado das micro-agressões diárias tão familiares em relações raciais e busca nos poucos negros que encontra um entendimento que é possível somente entre duas pessoas nessa situação. Através de detalhes nesses encontros, Peele sugere segredos sinistros. Cada vez mais ele se convence que tem algo errado, mas como falar disso com Rose sem acusar sua família de ser racista? *Gaslighting* é o termo usado recentemente para representar situações em que uma pessoa faz a outra duvidar de sua própria sanidade através da distorção dos fatos. Dean não pode ser racista, ele votaria em Obama uma terceira vez se pudesse, lembra?

Peele recheia o filme com simbolismos. A casa dos Armitage remete a uma fazenda dos tempos da escravidão nos Estados Unidos. A roupa usada por Andrew (Lakeith Stanfield), um dos poucos negros presentes na festa, lembra as vestimentas de escravos, e um dos momentos chaves do filme gira em torno de um uso do algodão – um dos símbolos máximos da escravidão nos Estados Unidos. Ele explora diferentes elementos visuais – um cervo, uma xícara fina de chá – e o papel da televisão na construção de relações raciais. É um filme que traz referências até em sua trilha sonora, com o tema gravado em swahili, cuja única palavra em inglês é “brother” (irmão), sugerindo uma universalidade do termo e da relação entre negros ao redor do mundo. Além de seu teor social, porém, é um filme divertido e tenso, muito bem atuado – especialmente pelo jovem Kaluuya –, que sabe andar com elegância a tênue linha entre o terror e a comédia.

Corra! foi produzido com um orçamento de 4,5 milhões de dólares – valor ínfimo para produções Hollywoodianas – e, através de um forte boca a boca, quebrou diversos recordes: foi o primeiro filme de estreia de um diretor negro a quebrar a marca de 100 milhões de dólares de bilheteria, passou duas semanas como a maior bilheteria de todos os tempos de um diretor negro – até ser batido por *Velozes e furiosos 8*, do diretor F. Gary Gray, que segurava o recorde anterior com *Straight Outta Compton: A história do N.W.A* (2015). Também foi a maior bilheteria de um filme de estreia baseado em um roteiro original, quebrando o recorde de quase 20 anos de *A bruxa de Blair* (1999).

Peele – ele mesmo em uma relação inter-racial com a comedianta Chelsea Peretti – originalmente escreveu o filme durante o primeiro mandato da presidência de Barack Obama. Ele achou que não haveria muito interesse no filme na época, quando o racismo parecia superado, e o país era dominado por um clima positivo, mas resolveu avançar com o projeto diante do número crescente de casos de agressão contra negros e o surgimento do movimento Black Lives Matter. É um tema recorrente – Eddie Murphy já fazia piadas sobre conhecer os pais da namorada branca nos anos 1980 –, mas Peele traz frescor e criatividade para uma discussão cada vez mais relevante.

Nos anos seguintes da vitória, em 2014, de *12 anos de escravidão* no Oscar – o de melhor direção não foi para o diretor negro Steve McQueen, e sim para Alfonso Cuarón –, um movimento nas redes sociais chamado Oscar So White – ou Oscar tão branco – criticou a ausência de qualquer negro nas quatro principais categorias por dois anos seguidos. Em 2017, porém, quebrou-se o recorde de negros indicados, seja na categoria principal ou em secundárias. Mais do que isso, três dos indicados a melhor filme são histórias sobre negros, e uma se passa na Índia. Dois dos prêmios de melhor atuação foram para negros, Viola Davis e Mahershala Ali – o primeiro ator muçulmano a ganhar um Oscar. E, finalmente, *Moonlight* ganhou de *La La Land* como melhor filme do ano.

A ironia do lançamento de *Corra!* no mesmo fim de semana é marcante: Hollywood é famosa por adotar a mesma postura que o filme critica, e a cerimônia deste ano colocou essa questão no centro das atenções. Premiando *Moonlight* – mas, mais uma vez, sem premiar o diretor negro Barry Jenkins, e sim Damien Chazelle, de *La La Land* –, eles puderam se animar e proclamar sua postura não racista, aliviando-se um pouco da culpa dos brancos dos últimos anos. Que *Moonlight* merecesse mais do que *La La Land* é o que menos importa na discussão – o Oscar é notório por suas premiações políticas, vide o prêmio de *Guer-ra ao terror*, em 2010. Ainda que seja uma vitória importante e simbólica, é importante questionar – como *Corra!* coloca de maneira eloquente – as nuances por trás de uma premiação dessa na sequência de uma polêmica como a do Oscar So White. O quanto parte de um lugar de honestidade e o quanto é uma maneira de uma comunidade branca se autocongratular por premiar uma história negra? Assim como Chris, é importante estar atento.



Corra! (2017), de Jordan Peele

Ficha técnica

Corra!

Estados Unidos, 2017, 103 min.

Título original: Get Out

Direção: Jordan Peele

Roteiro: Jordan Peele

Produção: Sean McKittrick, Jason Blum, Edward H. Hamm Jr., Jordan Peele

Elenco: Daniel Kaluuya, Allison Williams, Lil Rey Howery, Catherine Keener, Bradley Whitford



O JCPOA e os caminhos do Irã

Bruno Lima Rocha

Para Gabriel Adam, o Irã é um país com posição estratégica no Oriente Médio, controlador do Estreito de Hormuz, possui enorme influência nos movimentos políticos xiitas, além de ser uma potência energética em construção. Hoje o Irã detém a 4ª maior reserva de petróleo do mundo e é o 7º maior produtor; em gás natural possui as maiores reservas e é o 3º maior produtor. No artigo a seguir, Adam acredita que há um potencial de exportação de energia ainda não explorado, devido também à impossibilidade de investir em infraestrutura pelas sanções econômicas.

Gabriel Adam é formado em Ciências Jurídicas e Sociais, possui mestrado em Relações Internacionais e doutorado em Ciência Política. É professor dos cursos de Relações Internacionais e Direito na Unisinos.

Eis o artigo.

65

Um dos maiores acertos da política externa do Governo Obama (2009-2017) – e não foram muitos – foi a obtenção do acordo com o Irã relacionado à pesquisa para obtenção de energia nuclear por parte do país xiita. O Joint Comprehensive Plan of Action – JCPOA, assinado em julho de 2015 por Irã, os cinco membros do Conselho de Segurança da ONU (China, Estados Unidos, França, Grã-Bretanha e Rússia) e a Alemanha prevê um controle internacional sobre o projeto de energia nuclear iraniano em troca do levantamento das sanções econômicas impostas pela ONU e por algumas potências do sistema internacional acompanhadas de seus aliados. Quando de sua assinatura, a compreensão geral sobre o acordo era de que além do impedimento colocado aos iranianos de produzirem armas nucleares, ele significaria a distensão entre Teerã e Washington. Prova disto foi a decisão da Arábia Saudita de não assumir sua vaga como membro rotativo do Conselho de Segurança, pois se opunha à normalização das relações das potências ocidentais com o seu rival regional, bem como as críticas feitas por Israel à confiança indevida que estava sendo depositada no regime dos Aiatolás. Contudo, passado pouco mais de um ano após a entrada em vigor do JCPOA, eventual aproximação estadunidense-iraniana não é vislumbrada no horizonte.

Do lado estadunidense convém destacar que o Partido Republicano sempre foi contra o acordo, considerando-o uma espécie de capitulação de Obama perante um dos países do Eixo do Mal de George W. Bush. Na sua campanha presidencial, Trump chegou a classificar o JCPOA como o pior acordo da história estadunidense. Ao chegar à Presidência, Donald Trump tem externado igual posicionamento, o que o levou inclusive a cogitar a denúncia do tratado, sob a alegação de que Teerã banca grupos terroristas no Oriente Médio. De sua parte, o Irã tem cumprido as exigências que lhe foram impostas, em especial a permissão para as inspeções regulares da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA); contudo as sanções econômicas relacionadas ao seu

programa nuclear não estão sendo levantadas na velocidade esperada, o que tem contrariado sobremaneira o governo do país.

Em termos de atos que atingem direta ou indiretamente o Irã, a política estadunidense de conta-gotas na liberação do capital iraniano depositado em contas mantidas junto a bancos ocidentais, soma-se o apoio de Washington à Arábia Saudita no conflito mantido no Iêmen (um desastre humanitário pouco divulgado) e a obstinação em derrubar o regime de Bashar Al-Assad na Síria. A consciência iraniana de que as consequências sofridas com tais manobras são de fato planejadas pela Casa Branca levou suas autoridades de política externa a declarar fora do âmbito do JCPOA não há nenhum tipo de negociação com os EUA. Ou seja, o padrão de desconfiança mútua e de disputas em campos opostos no Oriente Médio e no sistema internacional que baliza o relacionamento entre Teerã e Washington desde 1979 permanece vigente.

Ainda que seja impossível calcular com precisão quem sai mais prejudicado com a atual situação, é inegável que a política do Partido Republicano e do Presidente Trump gera mais dividendos do que lucros aos EUA.

Na medida em que não existe isolamento completo no sistema internacional, muito menos vácuo de poder, a assinatura do JCPOA abriu a oportunidade para que outras potências, consolidadas ou emergentes, se aproximassem do Irã a fim de solidificar parcerias e realizar investimentos. Em função do embargo econômico sustentado principalmente pelos países ocidentais, os maiores importadores do petróleo iraniano são Estados asiáticos (na ordem: China, Índia, Japão e Coreia do Sul). A confiança negocial estabelecida torna natural que ao procurar parceiros para investimentos em infraestrutura relacionada à energia o governo do Irã privilegie tais países. Semelhante raciocínio serve para os planos iranianos de construir indústrias de gás natural liquefeito. Em uma época em que o declínio das reservas de hidrocarbonetos de baixo custo de produção e refino é fato notório, um bom relacionamento com Teerã garante a Pequim, Nova Déli e Tóquio o acesso a uma fonte de energia com enorme capacidade de crescimento a partir da realização de investimentos pontuais no sistema de transporte deste setor. No tocante à produção de energia nuclear, a Rússia, outra apoiadora em tempos complicados – ainda que por vezes recalcitrante – largou na frente na construção de usinas e manutenção das já existentes, projetos que países europeus como a Alemanha igualmente detêm interesse.

Para além da questão puramente energética, a posição geográfica do Irã lhe coloca como um *hub* interessante para a ligação terrestre entre a Ásia e a Europa via Oriente Médio. Na medida em que a China tem investido de maneira pesada em sua Nova Rota da Seda e a Rússia possui planos semelhantes, ainda que menos ambiciosos, a interligação eurásiana dá indícios de que ocorrerá nos próximos anos, o que aumenta o papel a ser desempenhado nesses projetos por países como Irã, Paquistão e Turquia.

Portanto, o quadro que se configura é de um estreitamento de laços entre o Irã, China e Rússia, justamente os únicos países que reúnem vontade e capacidade de enfrentarem os EUA no sistema internacional. Os ganhos hodiernos do Governo Trump com sua veemência anti-iraniana são a manutenção do caos no Oriente Médio e os apoios já tradicionais de Israel, Arábia Saudita e as demais petromonarquias sunitas. Num futuro não tão distante, é bastante possível que estes benefícios sejam parcos se comparados à construção de uma coalizão pragmática a juntar Teerã, Pequim e Moscou, o que permitirá que se considere o JCPOA uma oportunidade perdida por parte dos EUA e um ganho estratégico do Irã. ■

Expediente

Coordenador do curso de Relações Internacionais da Unisinos: Prof. Ms. Álvaro Augusto Stumpf Paes Leme

Editor: Prof. Dr. Bruno Lima Rocha



Outras edições em www.ihuonline.unisinos.br/edicoes-anteriores



Prisões brasileiras. O calabouço da modernidade

Edição 471 | Ano XV | 31-8-2015

“A revista IHU On-Line desta semana debate a situação do sistema carcerário brasileiro, que mantém um crescente processo de deterioração no qual a promessa de atender o binômio punir-ressocializar tem cada vez menos horizontes para se concretizar. A presente edição pretende jogar uma luz sobre as degradantes condições de sobrevivência da população encarcerada, cada vez mais invisibilizada perante a sociedade e o poder público.”



O sistema prisional brasileiro. Um espelho da sociedade

Edição 293 | Ano IX | 18-5-2009

“São 5 mil presos num espaço para 1,8 mil. A maioria das celas está em ruínas. Imagine, então, que numa galeria para 150, estão 450 presos. Nestas galerias, sem divisão alguma, os presos se misturam em grandes bandos.” Assim o jornalista gaúcho Daniel Scola descreve o caos do Presídio Central de Porto Alegre. Ele é um retrato do sistema prisional gaúcho e brasileiro. “Muitas pessoas me perguntam qual é a marca de um presídio”, relata o jornalista. E responde: “Para mim, é o cheiro de esgoto”. Sim, o sistema prisional brasileiro e gaúcho exala um cheiro fétido de decomposição.”



Segurança urbana e desigualdade social

Edição 182 | Ano VI | 29-5-2006

“A realização do Seminário Latino-Americano de Segurança Urbana, em maio de 2006, ensejou a produção do tema de capa da edição 182 da IHU On-Line. Quando estávamos preparando o seminário, uma iniciativa da Prefeitura de São Leopoldo, sob a coordenação do secretário de Segurança Pública, Carlos Sant’Ana e sua equipe, em parceria com o Instituto Humanitas Unisinos - IHU, estourou a tragédia social de São Paulo, que acompanhamos nas Notícias Diárias, publicadas na página web do IHU e que favoreceram a acuidade e a pertinência das entrevistas que compõem o número.”

Leia nesta edição

Editorial pág. 3

Tema de capa

Jorge Zaverucha: O caso do sistema prisional pág. 4
 Alza Zuban: Os desafios da pesquisa sobre criminalidade pág. 8
 Vera Medeiros Batista: A criminalização da pobreza pág. 10
 Luiz Eduardo Soares: Transição para maior liberdade da polícia brasileira pág. 15
 Antonio Carlos Cardoso Branco: “A sociedade assume uma postura crítica de complexidade” pág. 19
 Arturios Maduen: A cultura cidadã e a diminuição da violência em Bogotá pág. 23
 João Teixeira: O crime organizado está fora das fronteiras pág. 25

Brasil em foco
 José Carlos Braga: O Brasil está engolido por um “boom” paulista de desenvolvimento capitalista pág. 31
 Ricardo Cavalcanti: Brasil não possui um modelo de desenvolvimento pág. 33

Destaque da semana

Tecnologia Política:

Stallone no capitalismo pág. 42
 Juan José Zamora: Maria de Magalhães, Jesus e a política apostólica pág. 43
 Juan José Zamora: Inimigos e Inimigos: Maria Madalena foi uma sacerdotisa pág. 44
 Jhabier Múzquiz-Hernández: A Maria Madalena bíblica pág. 47

A captura biopolítica da vida humana pelos dispositivos de poder contemporâneos

Prof. Dr. Guilherme Castelo Branco - UFRJ



06 de junho (terça-feira)

19h30min às 22h

Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU

IX Colóquio Internacional IHU

A Biopolítica como teorema da Bioética

ihu.unisinos.br

Os impactos da Revolução 4.0 nas metrópoles, sociedades, nações, indústrias e indivíduos

Prof. Dr. Élcio Brito da Silva

sócio-diretor da SPI – Integração de Sistemas Ltda., Pós-doutor pela Poli/USP

08 de junho de 2017 (quinta-feira) | 17h30min às 19h

Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU

Esta atividade integra o ciclo “Revolução 4.0, Inteligência Artificial e Internet das Coisas. Impactos no modo de produzir e viver”.



ihu.unisinos.br

Mata Atlântica e seus ecossistemas. Desmatamento, conflitos e políticas ambientais

Mario Mantovani - Fundação SOS Mata Atlântica/SP

13 de junho (Terça-feira) | 19h30min às 22h

Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU



14º Passoa IHU

OS BIOMAS BRASILEIROS
E A TEIA DA VIDA

ihu.unisinos.br

ihu.unisinos.br | ihuonline.unisinos.br

twitter.com/_ihu

bit.ly/faceihu

bit.ly/instaihu

bit.ly/youtubeihu

medium.com/@_ihu